

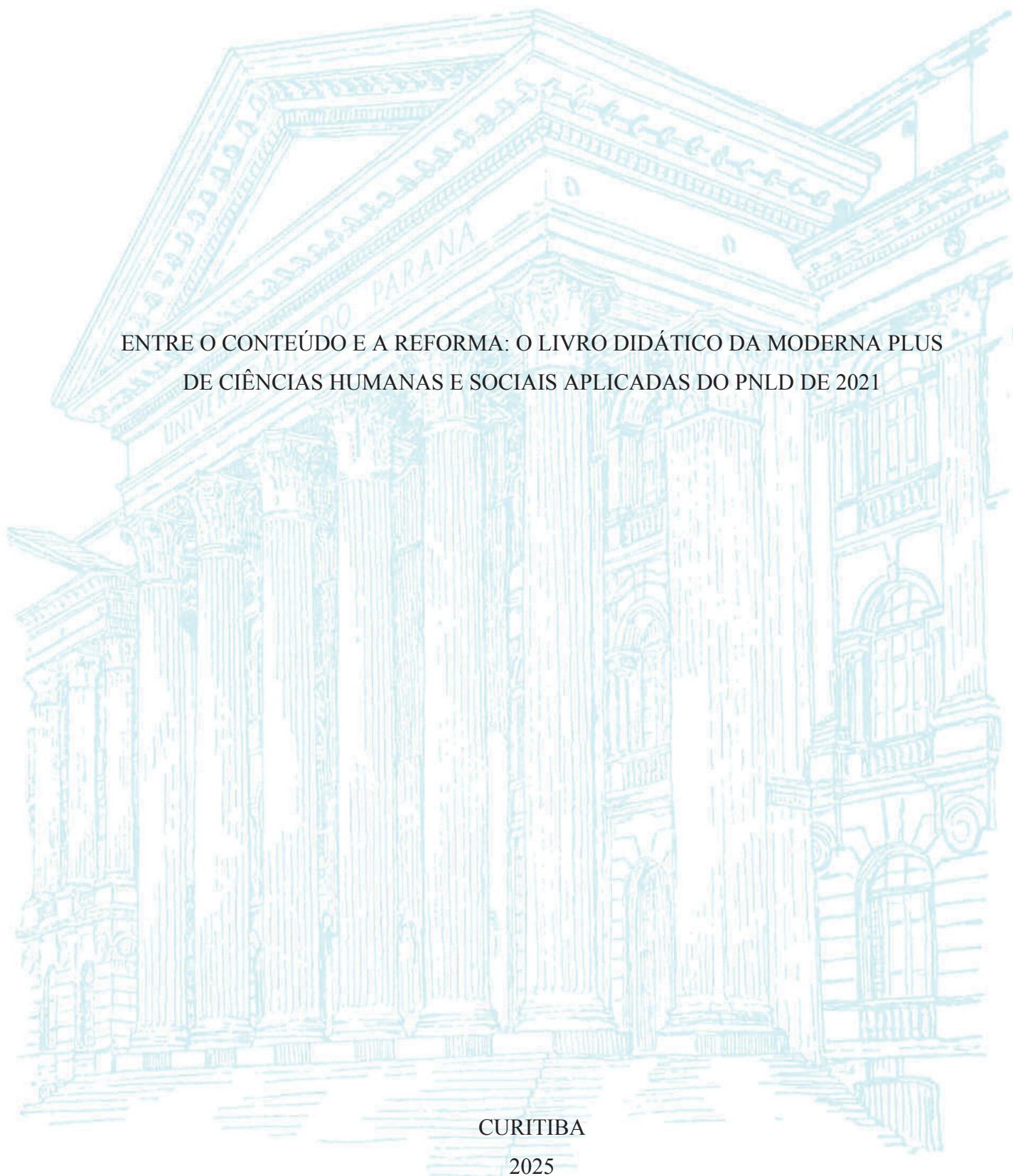
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANNY GABRIELLE MENEZES SOUSA

ENTRE O CONTEÚDO E A REFORMA: O LIVRO DIDÁTICO DA MODERNA PLUS
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO PNLD DE 2021

CURITIBA

2025



ANNY GABRIELLE MENEZES SOUSA

ENTRE O CONTEÚDO E A REFORMA: O LIVRO DIDÁTICO DA MODERNA PLUS
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO PNLD DE 2021

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Meucci

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Sousa, Anny Gabrielle Menezes

Entre o conteúdo e a reforma: o livro didático da Moderna Plus de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD de 2021. / Anny Gabrielle Menezes Sousa. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Meucci.

1. Livros didáticos. 2. Ensino médio - Currículos. 3. Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (Brasil). I. Meucci, Simone, 1970-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANNY GABRIELLE MENEZES SOUSA**, intitulada: **Entre o conteúdo e a Reforma: o livro didático da Moderna Plus de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD de 2021**, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Novembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

25/11/2025 15:46:43.0

SIMONE MEUCCI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/11/2025 13:48:02.0

MANOEL MOREIRA DE SOUSA NETO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ)

Assinatura Eletrônica

25/11/2025 13:47:48.0

MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

À minha mãe e avós.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação foi um percurso que exigiu não apenas esforço intelectual, mas também uma rede de suporte inestimável. Desejo expressar minha profunda gratidão a todos os familiares, amigos, professores e colegas que me ofereceram apoio integral: o suporte material e financeiro que garantiu minha permanência, e o apoio emocional que nutriu minha resiliência. Meu sincero pedido de desculpas por não conseguir nomear a vastidão de pessoas que contribuíram, mas saibam que a gratidão se estende a cada uma delas.

Em primeiro lugar, minha eterna gratidão à minha mãe, Luísa de Marillac, por ser o pilar do meu apoio emocional, pela sua força e pelo incentivo incondicional em cada fase desta jornada. À minha irmã Karine Menezes e à minha sobrinha Clarice Menezes, agradeço por sempre torcerem por mim.

Agradeço imensamente às amigas preciosas que floresceram durante o mestrado, em especial, Magna, Tayná, Tâmara, e Lucas. Obrigada pela escuta, pelas caminhadas até o RU, pelos cafés da tarde e pelas risadas que aliviaram a rotina. Vocês estarão em meu coração para toda a vida. Aos amigos que me acompanham em uma longa caminhada, em especial Samara, Daniel e Carol (amigos de infância), e Francisco, Carolina, Pedro e David (amigos da graduação): mesmo longe, levo comigo a memória de nossa união, especialmente o suporte e as risadas compartilhadas durante as aulas no período da pandemia.

A toda a minha família felina, por transformar os dias pesados em momentos de leveza. Em especial, ao eterno Saulo, que me acompanhou por curtos e inesquecíveis 17 anos; sua falta será sempre sentida. E às Marias (Odara, Margot, Penélope, Rita, Charlotte, Amélia e Judy) e Josés (Francisco, Antônio e Romeu) – sim, são muitos! –, agradeço por tornarem as noites de trabalho menos solitárias e muito mais alegres.

À minha orientadora, Professora Doutora Simone Meucci, minha gratidão por cada reunião, pelo esclarecimento paciente, pelas orientações firmes, e pelo acolhimento essencial que garantiu a conclusão desta dissertação.

Agradeço aos colegas do grupo de orientandos por todas as considerações e momentos de aprendizado.

Aos membros da banca de Qualificação, Professora Doutora Ileizi Fiorelli Silva e Professor Doutor Manoel Moreira de Sousa Neto, sou grata pelas críticas valiosas, sugestões e comentários.

Minha gratidão se estende à Professora Doutora Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski e, novamente, ao Professor Doutor Manoel Moreira de Sousa Neto por terem aceitado o convite e dedicado seu tempo na avaliação final desta dissertação.

Aos meus professores da Universidade Federal do Ceará, em especial Alexandre Jerônimo Correia Lima e Francisco Willams Ribeiro Lopes, que me incentivaram a seguir o caminho da educação, minha profunda admiração.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela crucial concessão da bolsa que representou o suporte financeiro fundamental para a dedicação exclusiva e a realização desta pesquisa. Da mesma forma, expresso minha gratidão às políticas públicas de incentivo à educação e permanência do estudante (Viva o RU!), pois foram elas que garantiram minha permanência digna na Universidade. Este trabalho é também um reflexo da importância desses investimentos na ciência brasileira.

Para os seres que habitam as margens e esquinas do planeta, para as vidas alteradas pela violência colonial e para aqueles que desfrutam dos privilégios, da proteção e dos poderes herdados e mantidos nessa arquitetura de violência e exclusão, a educação não pode ser meramente entendida como uma política de preparação para o mundo ou como forma de acesso à agenda curricular vigente. A educação não pode gerar conformidade e alimentar qualquer devaneio universalista. A educação não pode estar ligada a qualquer defesa de desenvolvimento humano e de seu caráter civilizatório que esteja calçada em uma única lógica.

(Rufino, 2021, p.10)

RESUMO

A Reforma do Ensino Médio de 2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impactando diretamente o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). A partir de 2021, o PNLD passou a selecionar livros didáticos agrupados por áreas do conhecimento, rompendo com a produção tradicionalmente disciplinar e unificando componentes como Sociologia, História, Geografia e Filosofia em manuais de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Esta mudança suscita questionamentos sobre como os conteúdos foram reorganizados e qual o impacto no pensamento das Ciências Humanas no ambiente escolar. O objetivo desta pesquisa é investigar como as mudanças curriculares da Reforma do Ensino Médio de 2017 repercutiram na nova configuração dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, utilizando como objeto de análise a coleção “Moderna Plus” da Editora Moderna, aprovada no PNLD 2021. Especificamente, busca-se analisar as condições de produção dos materiais didáticos por meio da comparação entre os editais do PNLD de 2018 e 2021, e examinar a organização dos conteúdos na coleção selecionada. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e documental, fundamentada em uma proposta metodológica que tem como base a sociologia configuracional e sociologia do conhecimento. A análise se apoia nas operações de sistematização, institucionalização e rotinização para escrutinar as relações entre produtores (Estado e editoras), a formalização do conhecimento e a estabilidade dos conteúdos nos livros didáticos. O estudo realiza uma análise comparativa entre os editais do PNLD de 2018 e 2021 e examina comparativamente a coleção *Moderna Plus* (PNLD 2021) e o livro *Sociologia em Movimento* (PNLD 2018), com foco na disciplina de Sociologia. A pesquisa mostra que não há estabilidade do conhecimento de Ciências Humanas após a Reforma. A reorganização curricular resultou em conteúdos fragmentados e menos aprofundados, com um desequilíbrio entre as disciplinas, em que Sociologia e Filosofia perdem espaço. A reutilização de materiais de edições anteriores indica que, na prática, a produção editorial adotou uma estratégia conservadora para se adaptar às novas regras, mais do que uma inovação pedagógica plena. Assim, a Reforma do Ensino Médio, demonstra dificuldades em romper com a lógica institucional estabelecida, questionando a efetividade da ruptura proposta para o currículo do Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Livro didático. PNLD. Reforma do Ensino Médio. Pensamento social. Ciências Humanas.

ABSTRACT

The 2017 Upper Secondary Education Reform amended the National Education Guidelines and Bases Law (LDB) and the National Common Curricular Base (BNCC), directly impacting the National Textbook and Educational Materials Program (PNLD). Starting in 2021, the PNLD began selecting textbooks grouped by areas of knowledge, breaking from the traditionally disciplinary production model and unifying components such as Sociology, History, Geography, and Philosophy into manuals for Applied Human and Social Sciences (CHSA). This shift raises questions about how content was reorganized and its impact on Human Sciences thinking in the school environment. The objective of this research is to investigate how the curricular changes from the 2017 Upper Secondary Education Reform reverberated in the new configuration of Applied Human and Social Sciences textbooks, using the "Moderna Plus" collection from Editora Moderna—approved under PNLD 2021—as the object of analysis. Specifically, it seeks to analyze the production conditions of educational materials through a comparison of the PNLD calls for proposals from 2018 and 2021, and to examine the organization of content in the selected collection. The research employs a qualitative and documentary approach, grounded in a methodological proposal based on configurational sociology and the sociology of knowledge. The analysis relies on the operations of systematization, institutionalization, and routinization to scrutinize the relationships between producers (the State and publishers), the formalization of knowledge, and the stability of content in textbooks. The study conducts a comparative analysis between the PNLD calls from 2018 and 2021 and comparatively examines the Moderna Plus collection (PNLD 2021) and the Sociology in Motion book (PNLD 2018), with a focus on the discipline of Sociology. The research demonstrates that there is no stability in Human Sciences knowledge following the Reform. The curricular reorganization resulted in fragmented and less in-depth content, with an imbalance among disciplines, in which Sociology and Philosophy lose space. The reuse of materials from previous editions indicates that, in practice, editorial production adopted a conservative strategy to adapt to the new rules, rather than a full pedagogical innovation. Thus, the Upper Secondary Education Reform reveals difficulties in breaking with the established institutional logic, questioning the effectiveness of the proposed rupture for the curriculum of the New Upper Secondary Education.

Keywords: Textbook. PNLD. Upper Secondary Education Reform. Social Thinking.
Humanities

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Etapas do processo do PNLD.....	37
FIGURA 2 – Participantes do PNLD.....	37
FIGURA 3 – Proposta pedagógica da coleção Moderna Plus.....	77
FIGURA 4 – Visualização do ícone “ENXERGUE SUAS DISCIPLINAS!”.....	79
FIGURA 5 – Exemplo de um mapa mental disponibilizado pela editora.....	79
FIGURA 6 – O que diz o Suplemento sobre o NEM.....	119
FIGURA 7 – Sugestão da divisão de capítulos entre professores.....	124

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Diferenças entre os itens e suas posições entre os editais de convocação	
47	
TABELA 2 – Organização do edital de convocação para o PNLD de 2018	49
TABELA 3 – Prazo para cumprimento das etapas de cadastramento dos editores, pré-inscrição e inscrição/entrega das obras didáticas e da documentação	
54	
TABELA 4 – Recorte dos critérios eliminatórios específicos para as disciplinas de Ciências Humanas presentes no edital de convocação do PNLD 2018	58
TABELA 5 – Organização do edital de convocação para o PNLD de 2021	62
TABELA 6 – Prazo para cumprimento das etapas de solicitação de acesso ao sistema, cadastramento dos editores e das obras, entrega dos DVDs	69
TABELA 7 – A coleção Moderna Plus e seus capítulos	85
TABELA 8 – Organização do livro sociologia em movimento do pnld 2018	
101	
TABELA 9 – Comparação da organização dos capítulos sobre cultura dos livros Sociologia em	
Movimento e Moderna Plus vol. 5: Sociedade, Política e Cultura	109
TABELA 10 – Comparação da organização dos capítulos sobre cultura dos livros Sociologia em Movimento e Moderna Plus vol. 4: Poder e Política	112
TABELA 11 – Comparação da organização dos capítulos sobre cultura dos livros Sociologia em Movimento e Moderna Plus Vol. 3: Mundo do Trabalho e Desigualdade Social	115
TABELA 12 – Temas que orientam a área de CHSA	125
TABELA 13 – Competências específicas para CHSA	127

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CHSA	- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
MP	- Medida Provisória
NEM	- Novo Ensino Médio
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNLD	- Programa Nacional do Livro Didático
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	- Secretaria de Educação Básica
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SICAF	- Sistema de Cadastro de Fornecedores
TST	- Tribunal Superior do Trabalho
UFRB	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA.....	26
2.1 OS LIVROS COMO OBJETOS DO PENSAMENTO SOCIAL.....	26
2.2 O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DO PNLD.....	33
2.3. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017.....	38
3 O EDITAL DO PNLD 2021: O NOVO DESENHO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	44
3.1. DA ANÁLISE DOS EDITAIS.....	46
3.2 O EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD DE 2018.....	48
3.2.1. Estrutura.....	49
3.2.2. Autores e artífices: a competência por trás do Edital PNLD 2018.....	50
3.2.3. Destinatários claros: o Edital PNLD 2018 e seu público-alvo.....	52
3.2.4. Avaliando os prazos de entrega dos livros didáticos: por que isso importa?.....	53
3.2.5. Do processo à formalização: o que o Estado exige das editoras?.....	54
3.2.6. Princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas disciplinares.....	56
3.3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS, LITERÁRIAS E RECURSOS DIGITAIS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD 2021.....	59
3.3.1 Estrutura.....	60
3.3.2. Autores e artífices: há competência por trás do Edital PNLD 2021?.....	62
3.3.3 Negociando com “participantes”: quem o Estado está contratando?.....	65
3.3.4. Prazos apertados e expectativas elevadas: o edital que chegou tarde.....	69
3.3.5. Critérios para avaliação das obras didáticas por área do conhecimento: como avaliar	

temas?.....	71
3 4. NOVOS RUMOS: COMO AS ALTERAÇÕES NO EDITAL PARA O PNLD 2021 REDEFINEM O LEGADO DE 2018.....	72
4 ANÁLISE DA COLEÇÃO DE LIVROS MODERNA PLUS.....	74
4.1 EDITORA MODERNA E GRUPO SANTILLANA: PERFIL E ALCANCE.....	75
4.2 ADAPTAÇÃO DA EDITORA MODERNA ÀS EXIGÊNCIAS DO PNLD 2021: ENTRE INTERDISCIPLINARIDADE E CONTINUIDADE DISCIPLINAR.....	76
4.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO: ESTRUTURAS E FORMALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	82
4.3.1 Mecanismos de validação e certificação: a BNCC no manual didático.....	83
4.3.2 Estrutura textual.....	84
4.4 ESTABILIDADE E ESTATUTO DO CONHECIMENTO: HÁ ESTABILIDADE DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS APÓS A REFORMA?.....	88
4.4.1 Mecanismo e ferramentas de estabilização.....	89
4.4.2 Estruturação do conhecimento: organização temporal e periodização histórica dos livros didáticos.....	91
4.4.2.1. Volume 1 – Natureza em transformação.....	92
4.4.2.2. Volume 2 – Globalização, emancipação e cidadania.....	92
4.4.2.3. Volume 3 – Trabalho, ciência e tecnologia.....	93
4.4.2.4. Volume 4 – Poder e política.....	94
4.4.2.5. Volume 5 – Sociedade, política e cultura.....	95
4.4.2.6. Volume 6 – Conflitos e desigualdades.....	95
4.5 A DESDISCIPLINARIZAÇÃO E A HISTÓRIA COMO BASE INTEGRADORA.....	97
4.6 HÁ ESTABILIDADE?.....	99
4.6.1 O que permaneceu da Sociologia do PNLD de 2018?.....	100
4.6.1.1 Capítulo 3: Cultura e ideologia.....	102

4.6.1.2 Capítulo 6: Poder, política e Estado.....	104
4.6.1.3 Capítulo 9: Trabalho e sociedade.....	105
4.6.2 O que permaneceu?.....	106
5 O SUPLEMENTO AO PROFESSOR: UMA PONTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA.....	116
5.1 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ARTIFÍCIO BUROCRÁTICO E DESMANCHE DA LÓGICA DISCIPLINAR.....	
121	
5.1.1. A tensão entre a manutenção das disciplinas e a flexibilização das fronteiras disciplinares no Novo Ensino Médio.....	123
5.1.2. O desmanche das disciplinas.....	124
5.2 A CONEXÃO FINAL: A CALCULABILIDADE BUROCRÁTICA E A NEGAÇÃO DO CONHECIMENTO PODEROSO.....	
129	
5.2.1 Dominação burocrática, instrumentalismo e a perda do conhecimento confiável.....	129
6 CONCLUSÃO.....	132
REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre um surto viral em uma província da República Popular Chinesa, que logo se revelaria como o prenúncio de uma crise global sem precedentes. Em 7 de janeiro de 2020, foi confirmada a identificação de um novo tipo de coronavírus. Em 11 de março do mesmo ano, a OMS declarou a Covid-19 como uma pandemia. No Brasil, os primeiros casos foram confirmados na primeira semana de março.

A pandemia transformou profundamente diversos contextos e impôs uma nova realidade ao mundo, causando consequências que ultrapassaram os limites da saúde pública. A educação, por exemplo, foi afetada no mundo todo, com escolas vazias e implementação de ensino remoto. No Brasil, a pandemia trouxe, para além das mudanças com o ensino remoto, uma oportunidade para uma determinada parcela da sociedade, setores público e privado interessados em adentrar nas escolas públicas, e avançar com a implementação da Reforma do Ensino Médio, aprovada pelo governo Temer ainda em 2017 (Lei nº 13.415/2017) e sancionada em 16 de fevereiro daquele ano, a partir de uma Medida Provisória. Com a pandemia, foi imposta a adoção, de forma não presencial, de programas emergenciais para garantir a continuidade da aprendizagem dos estudantes. Para isso, os sistemas de ensino instituíram o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, viabilizando o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Com isso, a educação básica pública adotou o uso de diversas plataformas digitais. Nesse contexto de mudanças forçadas, houve um ganho de evidência para as plataformas educacionais. Elas passaram a ser apresentadas como um “aperfeiçoamento da aprendizagem” discente ou como a “solução eficaz” para problemas educacionais (Lemos; Thiengo; Lima, 2025, p. 138).

Um exemplo da aceleração dessa plataformização foi a solução encontrada em diversos estados para o ERE: a adoção do *Google for Education*, que oferece ferramentas como *G Suite* e *Google Classroom* (Cilindro, 2020, p. 195). Na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, por exemplo, foi firmada uma parceria com a *Google for Education* para disponibilizar aplicativos via a Plataforma *Google Classroom* (Kuhn; Borba, p. 114).

Para além das plataformas, algumas Secretarias de educação criaram seus próprios conteúdos para serem utilizados pelos professores, um dos maiores exemplos foi a SEED (Secretaria do Estado da Educação do Paraná), os conteúdos em formato de slides causaram

algumas polêmicas. Em 2023, um slide fornecido pela Secretaria para uso dos professores em sala de aula afirmava que pessoas vítimas da ditadura eram consideradas “antipatriotas” e “esquerdistas”. Naquele mesmo ano, outro material viralizou nas redes sociais por um conteúdo, voltado para as aulas de Educação Financeira, que trazia slides estigmatizando a pobreza e culpabilizando estudantes pela sua condição social, trazendo termos como “mentalidade rica” e “mentalidade pobre”.

Em São Paulo, também durante o ano de 2023, o governo estadual estabeleceu que, a partir de 2024, os estudantes da rede pública do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio deixariam de usar livros impressos. Em substituição, as aulas seriam ministradas pelos professores por meio de slides elaborados pela equipe da Secretaria de Educação e exibidos em telas. Na ocasião, outra medida séria foi tomada, a de abandonar o Programa Nacional do Livro e Material Didático, o PNLD, também para as faixas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Três anos antes, em 2020, o então presidente Jair Bolsonaro declarou que "os livros hoje em dia, geralmente são um amontoado, muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo". No mesmo dia em que criticou a quantidade de textos nos livros, o presidente também manifestou defesa por um "ensino que seja útil" e afirmou rejeitar "essa historinha de ideologia de gênero". Ele declarou ainda: "Temos livros que ainda serão distribuídos este ano, apesar de terem sido feitos nos anos anteriores. Precisamos seguir a lei. Em 2021, todos os livros serão nossos, feitos por nós. Os pais vão se orgulhar. Na capa estará a bandeira do Brasil e o hino nacional."

É diante desse contexto que está o livro didático do PNLD de 2021, objeto desta pesquisa, um material fruto de uma Reforma que foi envolvida por críticas da comunidade escolar, um material que já entra com essa briga pelo espaço do que vai valer nas escolas. Com essa informação, é imprescindível avisar de antemão que este trabalho não visa responder à Reforma, mas mostrar a natureza e a complexidade dela, especialmente vista de uma perspectiva muito tradicional de organizar o conhecimento que é o formato *livro*.

É amplamente aceito que os livros didáticos possuem um impacto significativo no dia a dia das escolas, repercutindo de várias maneiras no processo de ensino e aprendizagem. Um exemplo disso é que o livro didático exerce a função de organizador da prática cotidiana da sala de aula, funcionando como um dispositivo que organiza o conhecimento.

Há vários estudos que demonstram o uso do livro didático¹ como orientador do planejamento dos professores na construção das aulas nas escolas. Dessa forma, podemos observar que certos conteúdos são trabalhados em sala de aula em razão de sua presença nos livros didáticos. Isso evidencia que o livro é o instrumento pelo qual o currículo realmente se concretiza na sala de aula. Portanto, para analisarmos a organização do conhecimento na escola, não se pode desprezar o livro didático.

No contexto brasileiro, nas escolas públicas, os livros didáticos são majoritariamente distribuídos pelo PNLD. O Programa é uma das políticas públicas educacionais mais importantes do país. Consiste na avaliação, compra e distribuição gratuita de livros didáticos, pedagógicos e literários, além de outros materiais didáticos e paradidáticos para alunos e professores das escolas públicas de educação básica no Brasil. O PNLD do Ensino Médio ocorre a cada três anos, quando são selecionados, adquiridos e distribuídos livros para todos os anos dessa etapa escolar. Todas as ações relacionadas a essa política são elaboradas pelo Ministério da Educação e executadas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que tem a responsabilidade de organizar e administrar todo o processo de inscrição das obras didáticas. O principal instrumento que orienta todo o processo são os editais de convocação elaborados pelo MEC, por meio dos quais são estabelecidas as etapas e prazos do processo, critérios de avaliação, normas técnicas, instrumentos, contratos, entre outros aspectos, além de definir os conteúdos e os objetivos dos livros.

Para compreendermos a dimensão dessa política pública, somente no ano de 2022, foram distribuídos gratuitamente 206 milhões de livros didáticos, beneficiando mais de 30 milhões de estudantes, com um valor total de aquisição de R\$ 1,8 bilhões. O livro didático, no contexto dessa política do Estado brasileiro, torna-se uma potente ferramenta organizadora de campos de conhecimento em todo o território nacional. Não é por acaso que grande parte dos estudos acadêmicos sobre os livros didáticos tomam por objeto aqueles selecionados pelo PNLD.

Nesta pesquisa, como já apontado, levamos em consideração a Reforma do Ensino Médio de 2017. A Reforma alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e resultou em uma mudança curricular do Ensino Médio. Após a Reforma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sofreu alterações, tornando-se mais flexível, dividindo-se em um itinerário obrigatório comum a todos estudantes, que corresponde a cerca de 60% da carga horária e garante competências e habilidades definidas pela BNCC, e em itinerários

¹ Sousa Neto, Almeida e Pessoa (2016); Merissi (2020); Turra (2011).

formativos específicos, que ocupam os 40% da carga horária conforme o interesse do estudante. Os itinerários formativos são organizados em cinco áreas principais: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e Formação Técnica e Profissional. Cada escola teria autonomia para definir quais itinerários formativos ofertar, considerando as necessidades da comunidade escolar, e deveria estruturar esses percursos incorporando os quatro eixos estruturantes colocados pela BNCC (investigação científica, processos criativos, mediação sociocultural e empreendedorismo) para promover uma formação integral, alinhada às demandas contemporâneas.

Em princípio, o novo currículo possibilita, por um lado, que os estudantes desenvolvam competências gerais comuns e, por outro, que aprofundem conhecimentos em áreas específicas, tornando-se “protagonistas de seu aprendizado” e melhor preparados para os desafios acadêmicos e do cotidiano, como destacado na própria BNCC em sua versão final. Ao tratar dos fundamentos pedagógicos do novo currículo, a BNCC ressalta que, no mundo atual, é essencial que o indivíduo compreenda seu contexto histórico e cultural, comunique-se bem e desenvolva competências como criatividade, pensamento crítico, colaboração e responsabilidade. De acordo com esse currículo, essas habilidades vão além do simples acúmulo de informações, abrangendo a capacidade de aprender continuamente, lidar com o excesso de dados, tomar decisões autônomas, resolver problemas e conviver com a diversidade.

Isso também é destacado no Guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2021². O Guia reforça que o PNLD 2021, seguindo os passos do PNLD 2019 (Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental) e do PNLD 2020 (anos finais do Ensino Fundamental), se propõe a promover o desenvolvimento das competências gerais, competências específicas e habilidades definidas pela BNCC, seguindo uma proposta de estimular a autonomia e a participação ativa dos estudantes, visando formar jovens capazes de tomar decisões e contribuir para uma “sociedade mais ética, justa e inclusiva”.

Antes da Reforma, o Ensino Médio no Brasil apresentava um currículo padronizado, sem opções de escolha para os alunos e voltado para uma formação geral, sem a oferta de trajetórias formativas ou obrigatoriedade de articulação com o ensino técnico-profissional.

² O Guia do PNLD é o documento oficial que orienta a seleção dos materiais didáticos pelas escolas públicas no Brasil. De acordo com informações fornecidas pelo próprio documento do Guia, a escolha dos materiais deve ser responsabilidade dos professores, por meio de um processo coletivo e reflexivo, conforme as diretrizes do Guia. Ainda, destaca que essa seleção deve ocorrer de maneira democrática e autônoma.

Como as modificações, tivemos a alteração dos componentes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático que, em 2021, passou a selecionar livros didáticos agrupados por área de conhecimento, rompendo com um ciclo de produção e circulação de livros organizados segundo cada componente disciplinar. Dessa maneira, onde antes encontrávamos manuais didáticos de sociologia, história, geografia e filosofia, agora temos somente os livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA).

O edital de convocação do PNLD de 2021³, foi o documento responsável por normatizar essas alterações a fim de orientar a inscrição e a seleção dessas obras didáticas alinhadas à BNCC, destinadas a estudantes e professores das redes públicas de todo o país. Nesse edital, houve outras categorias de material didático, além dos livros por área de conhecimento: projetos integradores, formação continuada e materiais digitais, com foco na reutilização e atualização dos conteúdos para o ciclo de três anos. O edital estabelece critérios que possuem o intuito de garantir a qualidade pedagógica e a adequação dos materiais às diretrizes curriculares nacionais.

Nesta investigação, queremos compreender como os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD de 2021 refletem as mudanças curriculares causadas pela Reforma do Ensino Médio de 2017. A importância desses livros reside no fato de serem os primeiros avaliados após a Reforma.

Decidimos analisar a coleção de livros didáticos *Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, publicada pela editora Moderna. Essa editora pertence ao Grupo Santillana, uma multinacional espanhola de educação e tecnologia. Por sua vez, a Santillana é a divisão educacional do Grupo PRISA, um conglomerado que atua em mídia, informação e entretenimento.

O Grupo Santillana tem forte atuação na América Latina, onde, de acordo com informações do próprio Grupo, oferece soluções de aprendizagem digital para escolas. Já o Grupo PRISA, fundado em 1972, atua em mais de 20 países, cria e distribui conteúdo em espanhol e português. Suas marcas mais conhecidas incluem o jornal *El País*, as rádios *LOS40* e *W Radio* e o jornal esportivo *AS*. Com a presença do Grupo PRISA no Brasil, em Portugal e na crescente comunidade hispânica nos Estados Unidos, a empresa alcança um público de aproximadamente 700 milhões de pessoas, segundo informações divulgadas pela própria empresa.

³ Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021.

Dessa forma, a aquisição da editora Moderna, em 2001, pelo Grupo Santillana não apenas fortaleceu sua posição já competitiva no mercado editorial brasileiro, mas também ampliou seu alcance e capacidade de influência, beneficiando-se da sólida rede de conexões políticas, econômicas e midiáticas do conglomerado espanhol. Esse movimento estratégico não só potencializou a presença da Moderna no cenário nacional, mas também refletiu a expansão da hegemonia cultural e comercial do Grupo Santillana na América Latina, consolidando sua dominância em um mercado editorial cada vez mais globalizado e integrado.

De acordo com os dados do FNDE, a Moderna também foi a editora que mais vendeu livros didáticos da edição de 2021 do PNLD. A editora Moderna ficou em primeiro lugar em vendas de livros, com um total R\$ 218.988.234,5, gerando uma significativa diferença de R\$ 56.105.526,13 em relação à segunda colocada, a editora FTD.

A editora inscreveu obras didáticas para todas as áreas previstas no edital do PNLD de 2021. Nas obras didáticas, chamadas de Objeto 2 no edital — que será detalhado no capítulo 2 —, possui duas ramificações, sendo a primeira as **Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento**: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. E segunda **Obras Didáticas Específicas**: Língua Portuguesa, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática e Língua Inglesa.

Nas obras específicas, a editora Moderna conseguiu inscrever quatro obras em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática, a saber: *Diálogo - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*; *Conexões - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*; *Identidade em Ação - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*; e *Moderna Plus - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*. Em Língua Estrangeira Moderna - Inglês: Ensino Médio, aprovou duas obras: *Diálogo - Língua Inglesa* e *Moderna Plus - Inglês*. Já em Língua Portuguesa para o Ensino Médio, aprovou uma obra, *Se Liga nas Linguagens - Português*.

No que diz respeito às obras por área do conhecimento, a editora aprovou quatro obras em Ciências da Natureza e suas Tecnologias: *Ciências da Natureza - Lopes & Rosso*; *Diálogo - Ciências da Natureza e suas Tecnologias*; *Moderna Plus - Ciências da Natureza e suas Tecnologias*; e *Conexões - Ciências da Natureza e suas Tecnologias*.

Em Linguagens e suas Tecnologias, inscreveu três coleções: *Se Liga nas Linguagens*, *Moderna Plus - Linguagens e suas Tecnologias*, e *Identidade em Ação – Linguagens e suas*

Tecnologias. Em Matemática e suas Tecnologias, aprovou as obras *Conexões – Matemática e suas Tecnologias* e *Diálogo – Matemática e suas Tecnologias*.

Por fim, em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além da coleção *Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, as coleções *Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, *Diálogo – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* e *Identidade em Ação – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* também foram aprovadas pela editora Moderna na edição de 2021 do PNLD.

Podemos perceber que a editora Moderna possui um vasto catálogo dentro do PNLD, o que contribuiu para sua liderança nas vendas de livros didáticos na edição de 2021. No entanto, a escolha de analisar especificamente a coleção *Moderna Plus* nesta pesquisa vai além da forte presença da Moderna no PNLD e do seu amplo catálogo.

Primeiramente, na coleção *Moderna Plus*, em uma análise preliminar, apontou uma concentração significativa de autores presentes nos livros aprovados pela editora no PNLD de 2018. Com isso, ao aprofundar nossa análise sobre os conteúdos da coleção, percebemos que houve uma adaptação de livros anteriores que já foram exitosos em edições anteriores do PNLD. Em particular, ao olharmos para disciplina de Sociologia, o livro *Sociologia em Movimento* do PNLD de 2018 evidencia a conexão direta entre esse título e a coleção analisada da *Moderna Plus*, pois para além da adaptação de conteúdos, todos os seus autores foram incorporados à coleção *Moderna Plus*, o que evidencia a conexão direta entre esse título e a coleção analisada, reforçando a relevância da *Moderna Plus* para a área e para a pesquisa em questão.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como as mudanças curriculares introduzidas pela Reforma do Ensino Médio de 2017 repercutiram na nova configuração dos livros de Ciências Humanas do PNLD, para isso, como colocado acima, utilizamos do recorde da coleção *Moderna Plus* da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nossos objetivos específicos se organizam em três partes:

- Discutir a centralidade do livro como objeto heurístico e analisar as condições de produção em que ele está inserido.
- Analisar os editais de Convocação do Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas do PNLD referentes aos anos de 2018 e 2021.
- Examinar as condições de produção e distribuição, bem como a organização e apresentação dos conteúdos de Ciências Humanas no livro didático da editora Moderna no PNLD de 2021.

Sistematização da pesquisa e análise dos manuais didáticos: uma abordagem sociológica

O segundo capítulo, intitulado “O livro didático como objeto de análise sociológica”, discutimos a centralidade do livro enquanto objeto heurístico, enfocando as relações entre produtores e receptores do conhecimento, ou seja, a articulação entre editoras, autores, mercado editorial, Estado, escolas e universidades, para compreender como se constitui o sistema de produção do livro. Para tanto, realizamos uma contextualização a partir da literatura, incluindo autores da manualística espanhola e pesquisadores brasileiros que trabalham o livro sob perspectivas sociológicas. Também situamos o campo da pesquisa, abordando a história do PNLD e as mudanças decorrentes da Reforma do Ensino Médio de 2017.

O terceiro capítulo “O edital do PNLD 2021: o novo desenho de uma política pública” irá analisar os editais de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o PNLD de 2018 e 2021. Utiliza-se, para isso, a proposta metodológica de Meucci (2020) para analisar como o estado impõe as normas para as editoras, considerando a o vocabulário, os conteúdos curriculares estabelecidos e as particularidades textuais e editoriais requeridas para cada obra, juntamente com o processo de análise de conteúdo dos editais.

A pesquisa, nessa etapa, é baseada em documentos públicos, disponibilizados pelo governo federal, através do site do Ministério da Educação. A investigação de cada edital busca, também, compreender e interpretar o significado de trechos e escolha de palavras empregadas no documento. Além disso, foram marcadas as diferenças entre os editais, desde o prazo para entrega dos livros, objetos curriculares impostos, léxico e organização dos documentos. O objetivo do capítulo está em compreender as modificações presentes no PNLD de 2021 levando em conta o contexto da Reforma do Ensino Médio, buscando entender o novo desenho dessa política pública, bem como o impacto da Reforma no currículo do PNLD.

O quarto capítulo “Análise da coleção *Moderna Plus*” tem como propósito analisar a coleção *Moderna Plus* aprovada no PNLD de 2021. Através dessa amostra, esperamos entender as principais mudanças curriculares dadas pela Reforma de 2017. Ainda, para entendermos de forma mais completa a estabilidade do conhecimento nos novos livros, realizamos uma análise comparativa entre a coleção *Moderna Plus* e o livro *Sociologia em*

Movimento do PNLD de 2018. Usamos a Sociologia como um recorte para entender quais mudanças de conteúdo são notadas entre os dois livros.

A escolha pelo recorte analítico da disciplina Sociologia justifica-se por ela ser um saber cuja presença no currículo do Ensino Médio reflete constantes lutas políticas e ideológicas, sendo sujeita a recorrentes idas e vindas no currículo escolar. Ora a valorizando como ferramenta de formação crítica, ora a removendo por representá-la como ameaça à ordem vigente. Desde sua primeira menção no currículo em 1882, durante o Império, até sua inclusão oficial na década de 1920, a disciplina enfrentou oscilações relacionadas às Reformas educacionais e regimes políticos autoritários que a suprimiram para evitar críticas sociais. A redemocratização nos anos 1980 garantiu a reinserção da Sociologia como disciplina optativa, tornando-a obrigatória apenas em 2008, para então ser flexibilizada novamente a partir da Reforma de 2017, quando passou a fazer parte dos itinerários formativos facultativos da BNCC. Isso evidencia que seu conteúdo já foi restringido e ressignificado conforme interesses institucionais e políticos, o que impacta diretamente a forma como os temas sociológicos são apresentados e debatidos no ambiente educacional e público, tornando essa disciplina um campo sensível às disputas de poder (Wieczorkiewicz, 2022; Lopes, 2021; Freitas e França, 2017).

O quinto capítulo, intitulado “O *Suplemento ao Professor* e os desafios da Reforma do Ensino Médio de 2017”. Nele, investigaremos o *Suplemento ao Professor* presente na coleção *Moderna Plus*, analisando-o como recurso que revela as articulações entre agentes e agências da cadeia produtiva – editoras, autores, órgãos governamentais e instituições escolares – e as estratégias e tensões relativas à implementação das mudanças trazidas pela Reforma. O procedimento metodológico envolverá análise qualitativa do conteúdo desses suplementos, com foco na relação entre editoras e políticas educacionais, e nas orientações para circulação e uso dos livros na escola.

Pretendemos contribuir para avaliar um dos aspectos da Reforma no Ensino Médio, seus limites e possibilidades, olhando para um de seus efeitos mais imediatos: o PNLD. Ainda, levando em consideração que a Reforma e os novos livros são acontecimentos recentes, é essencial uma pesquisa que possa fazer um levantamento de dados e investigar possíveis desdobramentos para o ensino da sociologia no Brasil, servindo, assim, de base para futuras pesquisas dentro da nossa área do conhecimento. Com base nesse propósito, a seguir apresentamos a sistematização desta pesquisa, detalhando como os capítulos foram estruturados para abordar os diferentes aspectos do tema.

A fundamentação teórica e metodológica da pesquisa apoia-se na proposta metodológica elaborada por Simone Meucci (2020) que se baseia na sociologia configuracional de Norbert Elias e na sociologia do conhecimento. Utilizaremos as operações de sistematização, institucionalização, rotinização e classificação para analisar as condições de produção do livro, a apresentação dos conteúdos e a avaliação da estabilidade e estatuto do conhecimento. Assim, teremos um panorama integrado que articula aspectos sociais, políticos e culturais na análise dos livros didáticos do PNLD.

Para melhor compreensão da metodologia de análise, é fundamental entender as operações propostas por Meucci, especialmente a operação de ‘sistematização’. Esta operação refere-se ao sistema de relações entre produtores e receptores do conhecimento, analisando a articulação entre editoras, autores, editores e o mercado editorial em relação ao Estado, escolas e universidades. No contexto desta pesquisa, a ‘sistematização’ será empregada para examinar, de forma integrada aos objetivos do estudo, como os editais e documentos oficiais regulam e influenciam essas relações. Assim, a análise buscará identificar, nos editais, os mecanismos de definição de conteúdos, os critérios para seleção dos livros e a participação de diferentes agentes no processo editorial, evidenciando como essas diretrizes impactam a produção e circulação do conhecimento. Dessa forma, a metodologia não apenas fundamenta teoricamente a análise, mas orienta diretamente a leitura crítica dos documentos que compõem o corpus da pesquisa.

A operação ‘institucionalização’ está relacionada com as dimensões legal, estilística e estética. Refere-se a formalização de conteúdos, a definição dos temas e seus fundamentos oficiais, trata-se, também, de recursos estilísticos como linguagem e visualidade, ou seja, como os conteúdos são apresentados. A terceira, ‘rotinização’, é a operação que diz respeito à estabilidade e estatuto do conhecimento. Refere-se ao processo pelo qual o conteúdo dos livros didáticos se torna padronizado e repetitivo, seguindo um formato predefinido que facilita a produção em massa e a padronização do ensino. Sendo assim, é a manutenção do sistema e das regras, mantendo o esqueleto organizacional, garantindo estabilidade ao estatuto do campo do conhecimento.

Com a variável ‘campos de conhecimento’, da operação ‘classificação’, buscamos o entendimento dos campos disciplinares, levando em consideração os aspectos das condições de organização dos conteúdos nesses campos, quais são os campos disciplinares que constituem a obra e como seus conteúdos são organizados. Iremos, dessa maneira, entender a dimensão da divisão do trabalho intelectual. Através da metodologia de Meucci, será

realizado o escrutínio dos livros didáticos do PNLD de 2021, levando em consideração o próprio material textual e o contexto social e político o qual está colocado.

Após essa análise, será realizado o levantamento dos dados obtidos, o que se apresenta para a sociologia e as Ciências Humanas, quais autores estão sendo trabalhados, entre outras variáveis. Visando ter uma real compreensão da situação das Ciências Humanas nos livros didáticos de CHSA. Com isso, podemos começar a levantar hipóteses sobre o atual status dessa área de conhecimento na educação básica brasileira através do PNLD.

2 O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

O objetivo deste capítulo é formular o livro didático enquanto um objeto sociológico capaz de revelar como campos de conhecimento são socialmente classificados, hierarquizados e organizados. Livros canônicos são tradicionalmente alvo da análise na área de pensamento social para compreender como se constituem temas e campos de conhecimentos. Queremos, pois, evidenciar que livros didáticos demonstram também condições de sistematização e rotinização de campos de conhecimento, mas em um sentido diferente: como campos de conhecimentos especializados tornam-se conteúdos escolares. Também iremos localizar o livro didático no campo do pensamento social, discutindo a centralidade do livro enquanto objeto heurístico.

2.1 Os livros como objetos do pensamento social

Na área de pensamento social as interpretações criam efeitos sociais importantes. O modo como as sínteses são feitas podem organizar e/ou reorganizar campos de conhecimento. Tradicionalmente, as análises do pensamento social são as que se importam com o repertório de livros e textos de uma sociedade, sejam esses documentos na forma de artigos de jornal, cartas, diários, correspondências oficiais, etc. É nessa área que ocorre um estudo mais hermenêutico, onde é realizada uma exegese de textos e, também, uma análise mais contextual.

No campo do pensamento social, podemos entender a ossatura das ideias, condições de produção e circulação do livro, além dos efeitos sociais, sociopolíticos das ideias presentes

nos livros. Trazemos aqui alguns trabalhos que exemplificam como o pensamento social trabalha com esse objeto.

Glaucia Villas Bôas em *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966* (2007) realiza um estudo sociológico sobre a produção de livros de ciências sociais no Brasil durante o período de 1945 e 1966. Villas Bôas analisa livros do acervo da Biblioteca Nacional, englobando disciplinas como história, economia política, antropologia, sociologia, ciência política, geografia, entre outros. A autora busca verificar os resultados da implementação das primeiras instituições de ensino e pesquisa das ciências sociais, perscruta as áreas, os editores, autores, temas e abordagens mostrando como respondem às mudanças sociais e como também as confrontam.

Durante esse período, a pesquisa mostra que a produção nas ciências sociais no Brasil se concentrou principalmente nos impasses e temas singulares da sociedade brasileira, ao invés de abordagens teóricas e metodológicas. Entre 1945 e 1955, houve um foco especial em temas ligados à construção e manutenção da unidade política do país, bem como às origens étnico-culturais da população. O estudo ressalta como as características únicas da experiência histórico-social do Brasil entre 1945 e 1966 moldaram a diversidade de temas e questões exploradas nas ciências sociais.

Em sua obra, Villas Bôas justifica o livro enquanto um recurso empírico-metodológico. Suas reflexões acerca da escolha do objeto, nos ajuda a compreender a dimensão do livro enquanto um objeto científico e nos serve de inspiração para pensar o livro didático:

Utilizou-se nessa pesquisa o livro como recurso empírico-metodológico. O livro define-se como meio de comunicação e difusão da cultura, como produto e mercadoria, como objeto de arte. Em definição corrente, o termo significa “mensagem escrita de extensão considerável feita para a circulação pública, e registrada em materiais leves, mas duradouros o suficiente para ser carregada, comparativamente, com maior facilidade”. Acrescente-se que o livro é em geral uma publicação não-periódica. Diferencia-se do folheto pelo número de páginas e tipo de capa. (...) O registro escrito é, sem dúvida, um elo indispensável entre a produção e a recepção das idéias. Ao materializar o saber adquirido, a publicação completa uma etapa do saber, evidenciando interesse em divulgá-lo para um público mais amplo. Os livros conjugam, ao menos, duas ordens de interesse: conhecimento de determinados problemas, debate de tais problemas. (Villas Bôas, 2007, p. 30-31)

Com a elaboração de Villas Bôas, podemos perceber como o livro pode ser utilizado para perceber e escrutinar um contexto social, político ou histórico, ou determinado tema. Ou seja, é possível compreender momentos e realidades marcadas na história por meio da análise

da produção de conhecimento publicada na forma de livros. O livro é um documento, um produto de seu próprio tempo. O que o trabalho de Villas Bôas apresenta, nos ajuda a tomar como inspiração para pensar os livros didáticos com o mesmo valor.

Simone Meucci já olhou, em seu livro *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos* (2011), para os primeiros compêndios de sociologia produzidos no Brasil para descobrir as expectativas originais que pavimentam o processo de produção profissionalizada, um período imediatamente anterior ao de Glaucia, entre os anos de 1930 e 1945. Meucci investiga a institucionalização da sociologia no Brasil, analisando a produção de manuais destacando tanto autores renomados, como Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre, quanto autores menos conhecidos. Os manuais permitem explorar o papel desempenhado pelos autores na sistematização do conhecimento sociológico, bem como a importância da sociologia nos debates da época. Como podemos observar através desses trabalhos, os livros mostram como se organizam os campos de conhecimento. Tentaremos ver agora na direção oposta: não como esses livros mostram processos de especialização, profissionalização em curso. Mas como as sínteses escolares produzidas em condições especializadas precisam responder a processos de *desdisciplinarização* do conhecimento.

A manualística clássica

No campo dos estudos sobre manuais didáticos, destaca-se um grupo de autores pioneiros que investigam esses livros a partir das perspectivas da história, pedagogia, sociologia da educação, sociologia escolar e do currículo. Neste trabalho, destacamos algumas contribuições da *manualística* para compreender os diferentes valores heurísticos atribuídos aos livros didáticos e para situar nossa pesquisa dentro desse campo. O termo *manualística*, cunhado por Agustín Escolano Benito (1998), designa um campo temático que entende o livro escolar como fonte histórica privilegiada e como gênero textual. Além disso, essa área analisa como o livro escolar é produzido, utilizado e qual impacto tem na educação formal na sociedade do conhecimento (Benito, 2017, p. 8). Sob essa perspectiva, o livro didático é fundamentalmente abordado por sua dimensão histórica.

Essa compreensão é essencial para sustentar nosso argumento em defesa do manual didático como objeto de análise, pois posiciona o livro como um reflexo dos contextos históricos, configurando-se como um tema importante para o campo do pensamento social, que frequentemente utiliza a perspectiva histórica para entender como as ideias de sociedade e

conhecimento se formam e transformam ao longo do tempo, condicionadas por contextos específicos.

Benito, além de introduzir o conceito de manualística, é reconhecido por suas análises detalhadas da produção e circulação dos livros didáticos, explorando as dinâmicas que acompanham o desenvolvimento da escolarização e dos processos culturais e formativos. Em seu trabalho *Sobre la Construcción Histórica de la Manualística en España* (2001), ele interpreta os livros didáticos como criações culturais e pedagógicas codificadas segundo regras textuais ligadas às práticas educacionais. Ao analisar livros produzidos no século XIX e início do século XX, o autor identificou diversos gêneros textuais, entre eles: livros de iniciação, séries cíclicas, enciclopédicos, livros-guia, livros de consulta e livros ativos, cada um com características e funções específicas no processo de ensino-aprendizagem.

Em *El manual como texto* (2012), Benito classifica o manual escolar como um texto com identidade própria, parte integrante da identidade cultural nacional e objeto de disputa entre grupos sociais. Nesse sentido, ele afirma:

En otro orden de cosas, la construcción de la identidad de un manual está socialmente condicionada por dos factores. Uno se refiere al carácter de icono generacional que el libro escolar llega a tener. Cada generación se identifica, en este sentido, por los manuales que sus miembros han compartido como pares sociológicos de una cohorte escolar. Las escrituras e imágenes de estos textos han entrado a formar parte del imaginario social de una generación y de la identidad narrativa de los sujetos que pertenecen a ella. El otro condicionamiento sociocultural se asocia a la función atribuida al libro escolar como símbolo de una cultura nacional, de un conjunto de conocimientos y valores que constituyen la tradición disponible transmitida a un grupo. (...) Como la moneda o el timbre postal, el libro de enseñanza, sujeto a controles del sistema desde los orígenes del Estado liberal del XIX, es una producción nacional vigilada que no sólo vehicula la lengua oficial de un país, sino los símbolos y los valores patrios que constituyen las bases de la sociabilidad de los menores del tejido social, los códigos de la cohesión identitaria de una nación. De ahí la lucha de los grupos que quieren afirmarse como culturas nacionales por asegurarse el control de los libros de uso en la escuela pública. (Benito, p. 37, 2012)

Ao descrever o livro didático como uma produção nacional vigiada que veicula valores patrióticos e símbolos que formam a identidade social da nação, Benito revela o poder heurístico dos livros como elementos fundamentais na socialização dos jovens e na coesão identitária.

Benito (2017) também destaca Alain Choppin, pesquisador francês precursor dos estudos em manualística a partir dos anos 1980, que organizou um catálogo de livros escolares franceses desde a Revolução, reorientando a pesquisa na área. O banco de livros

Emmanuelle, ligado ao *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP), reúne um acervo essencial para demonstrar a importância dessas fontes na compreensão histórica da educação formal. Choppin contribuiu para o desenvolvimento de abordagens teóricas e metodológicas que valorizam os manuais escolares, muitas vezes ignorados por historiadores e pesquisadores da educação.

Assim, a manualística aproxima-se do campo do pensamento social ao oferecer ferramentas para entender o livro didático como recurso valioso para análises educacionais, históricas e curriculares, permitindo investigar estruturas sociais, aspectos culturais, políticos e educacionais, ampliando a compreensão da educação formal na sociedade contemporânea.

Análises de livros didáticos no Brasil por sociólogos

Dentre os autores e autoras que analisam e trabalham com os livros didáticos no Brasil, duas pesquisadoras se destacam na análise da relação de sua produção com as políticas estatais: Helena Bomeny e Barbara Freitag.

Bomeny escreve e organiza o livro *A Política do Livro Didático* (1984) juntamente com João Batista Araújo e Oliveira e Sonia Dantas Pinto Guimarães. O livro é um marco para os estudos sobre manuais didáticos no Brasil. No capítulo II, escrito por Bomeny, há o escrutínio da política pública do livro didático desde o início de sua história com o Decreto-lei nº. 1.006, de 30 de dezembro de 1938 até os anos 1980. A autora faz o panorama do livro didático enquanto objeto da ação estatal, observando essa relação entre Estado e os livros escolares.

Ao contextualizar o controle exercido sobre os livros didáticos durante o Estado Novo, a autora evidencia a importância política atribuída a esse material naquele momento histórico. O decreto em questão listava onze impedimentos à autorização, todos relacionados a aspectos político-ideológicos. Entre esses impedimentos, destacavam-se a proibição de conteúdos que pudessem ofender o Chefe da Nação ou outras instituições de autoridade, como Exército e Marinha, além da vedação a materiais que incitassem a oposição ou a luta entre classes sociais. Esses são apenas alguns exemplos apresentados por Bomeny.

A ênfase, de acordo com a autora, exagerada em aspectos cívicos e morais sugeria duas situações: a) o livro deveria valorizar as conveniências políticas e pedagógicas que o governo fosse a favor ou b) a crença na existência de uma produção de literatura didática

inadequada ao propósito de formação de um espírito de nacionalidade. Ou seja, o livro foi visto pelo estado como objeto de poder e instrumento que, ao mesmo tempo, tinha potência transformadora agindo na sociedade a favor ou contra determinados propósitos.

Barbara Freitag, juntamente com Valeria Rodrigues Motta e Wanderley Ferreira Costa, escrevem o livro *O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil* (1987), livro no qual se desenvolve um histórico das legislações acerca dos livros didáticos no Brasil considerando o contexto político no qual a política estatal se realiza.

Esse trabalho chama também a atenção para o Estado em sua relação com o livro, como também faz uma defesa da análise dos livros didáticos, objetos recentes na pesquisa científica brasileira do período:

(...) no Brasil a pesquisa sobre o livro e sua crítica se limitaram, por longas décadas, a estudos isolados de cursos de pós-graduação, que via de regra permaneceram engavetados, sem merecer a atenção dos técnicos, assessores e burocratas que vinham fazendo a política do livro didático no Brasil. Só muito recentemente (a partir do início da década de 80), essa tendência vem sendo revertida, pela institucionalização e atuação decidida de equipes de pesquisa, que a partir de São Paulo (UNICAMP, Fundação Carlos Chagas, USP, PUC) e do Rio (UFRJ, UFF1, ABT, FGV) vêm pesquisando sobre o livro didático, procurando influenciar — via publicações e debates públicos — os destinos da educação brasileira, em geral, e do livro didático, em especial. (Freitag, Motta e Costa, 1987, p. 15)

Essas análises de Bomeny (1984) e Freitag, Motta e Costa (1987) evidenciam a centralidade política do livro didático no Brasil, ressaltando seu papel como instrumento de poder e mediação entre o Estado e a sociedade. Enquanto Bomeny aponta a forte intervenção do Estado, especialmente no período do Estado Novo, que buscava controlar o conteúdo das obras para garantir a conformidade ideológica, Freitag, Motta e Costa destacam a lenta consolidação da pesquisa sobre livros didáticos no país, que apenas a partir da década de 1980 começou a se institucionalizar e a influenciar as políticas educacionais por meio do trabalho de grupos acadêmicos. Assim, o livro didático revela-se não somente como um objeto de ensino, mas como espaço simbólico onde se refletem conflitos, interesses e disputas em torno da formação da identidade nacional e das ideologias vigentes, ressaltando a importância de sua análise para compreender as relações entre educação, política e cultura no Brasil.

Assim, essas reflexões sobre o livro didático enquanto instrumento de poder estatal e objeto de disputas políticas, fundamentam o entendimento contemporâneo do livro como um agente ativo na produção curricular, perspectiva trabalhada por Frangella (2024). Ao deslocar o livro didático para uma posição híbrida e central nas disputas políticas e culturais da

educação, Frangella amplia a análise tradicional, mostrando que o livro não apenas materializa políticas como a BNCC, mas também participa ativamente da sua significação e conflito, especialmente no contexto das mudanças legislativas recentes.

Essa abordagem crítica é reforçada e aprofundada pela análise empírica de Gomes e Copatti (2023), que evidenciam a tensão entre as propostas curriculares dos livros didáticos do PNLD 2021 e as práticas escolares, revelando os desafios da interdisciplinaridade e as limitações decorrentes da crescente mercantilização do campo editorial. Dessa forma, esses estudos atualizam e expandem o debate iniciado por Bomeny e Freitag, demonstrando como o controle sobre o material didático pode restringir a autonomia docente e promover um ensino normatizado, mesmo sob a aparência de inovação pedagógica.

Assim, esses corpos teóricos, mesmo em períodos e enfoques diferentes, dialogam para construir um panorama abrangente e profundamente crítico sobre o livro didático no Brasil. Eles reconhecem que o livro didático é um dispositivo que ultrapassa a mera funcionalidade pedagógica e se insere em dinâmicas políticas, econômicas e culturais complexas, que permeiam desde a formulação das políticas públicas até a experiência concreta em sala de aula, implicando diretamente nas condições de ensino, aprendizagem e do trabalho profissional docente. Essa articulação crítica oferece uma base sólida para compreender os desafios atuais e futuras possibilidades para o livro didático e as políticas educacionais brasileiras.

Esse conjunto de análises oferece um panorama crítico sobre o livro didático no Brasil, evidenciando-o como um objeto que vai além de sua função pedagógica, inserindo-se em dinâmicas políticas, econômicas e culturais complexas. Essas dinâmicas permeiam desde a formulação das políticas públicas até a prática cotidiana em sala de aula, impactando diretamente as condições de ensino, aprendizagem e o trabalho dos docentes. A partir dessa compreensão, torna-se possível analisar com maior profundidade as políticas públicas relacionadas ao livro didático, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, cujo estudo detalhado será o foco do próximo tópico: *O livro didático como objeto de uma política pública: o caso do PNLD*.

Nesse contexto, apresentaremos a política do PNLD no contexto pós-Reforma do Ensino Médio de 2017, cuja nova estrutura expõe um descompasso evidente entre a formação especializada oferecida nas universidades, especialmente na pós-graduação, e a *desdisciplinarização* presente no ensino básico e médio brasileiro após a Reforma.

Nesse descompasso, observa-se um desmonte da estrutura disciplinar na escola, que vai além da simples questão da formação disciplinar dos docentes. Embora os professores continuem a ser formados em áreas específicas do conhecimento, a organização curricular e metodológica do ensino básico tem promovido uma flexibilização e uma transversalidade que enfraquecem as fronteiras tradicionais das disciplinas. Essa fragmentação curricular provoca uma tensão não apenas na formação docente, que permanece especializada e ancorada nas disciplinas tradicionais, mas também na produção dos livros didáticos, cujos autores e editores ainda possuem formação disciplinar. Assim, o PNLD e a educação básica enfrentam um conflito interno entre a política de *desdisciplinarização* curricular e a persistência das delimitações disciplinares na formação e na produção de materiais didáticos, evidenciando um desafio importante para a coerência e efetividade das políticas educacionais no Brasil.

2.2 O livro didático como objeto de uma política pública: o caso do PNLD

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático é uma iniciativa voltada para a distribuição gratuita de diversas obras educacionais, incluindo livros didáticos, materiais pedagógicos e literários, entre outros recursos de apoio à atividade educativa. Esse programa atende exclusivamente alunos e professores das escolas públicas que compõem a educação básica no Brasil, proporcionando um suporte essencial para a melhoria da qualidade do ensino no país.

O marco inicial do PNLD ocorreu em 1985, no contexto de redemocratização do país. Antes disso, em 1976 surgiu o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), somente em 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef passa ser Programa Nacional do Livro Didático, já com a sigla PNLD. O Decreto trouxe algumas mudanças, como: os professores indicariam o livro didático a ser utilizado, valorizando sua participação no processo educacional. A reutilização do livro foi incentivada, o que implicava na abolição do modelo descarte, acompanhada do aperfeiçoamento das especificações técnicas para garantir maior durabilidade das obras e possibilitar a implantação de bancos de livros didáticos. Houve a extensão da oferta desses materiais para alunos da 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias, ampliando o acesso. Paralelamente, com o fim da participação financeira dos estados, o controle do processo decisório passa para a Fundação

de Apoio à Educação (FAE), que assegura o critério da escolha dos livros pelos próprios professores.

Junto a Constituição de 1988, que garantiu a educação como um direito social fundamental, o programa buscou universalizar o acesso a materiais didáticos de qualidade para todos os estudantes brasileiros. Nas décadas seguintes, o PNLD passou por importantes reformulações e expansões que vamos pontualmente destacar aqui:

- Em 1995, de maneira progressiva, retoma-se a universalização da entrega dos livros didáticos no ensino fundamental. Nesse ano, foram incluídas as disciplinas de matemática e língua portuguesa.
- Em 1996, passou a abranger ciências, e em 1997 foram contempladas as disciplinas de geografia e história.
- Em 1997, o programa foi transferido para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que ampliou sua escala e alcance nacional.
- No ano 2000, foram introduzidos a distribuição de dicionários e a prática de entregar os livros didáticos no ano anterior ao letivo, o que otimizou o planejamento pedagógico das escolas.
- Em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foi implementado. Esse programa tinha como objetivo a universalização de livros didáticos para os alunos do Ensino Médio público de todo o país.
- Em 2005, ocorreu a distribuição parcial de livros de matemática e português para 1ª série do Ensino Médio do Norte e do Nordeste através do PNLEM.
- Em 2006, ocorreu a distribuição parcial de livros de matemática e português, mas dessa vez para todos os anos do Ensino Médio e regiões do país através do PNLEM.
- Em 2009, ocorreu a distribuição integral de livros de matemática, português, biologia, física e geografia, mais reposição e complementação de química e história através do PNLEM.
- Em 2009, a resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009, incluiu escolas de Ensino Médio no âmbito de atendimento do PNLD.

O PNLD tem passado por contínuas atualizações para atender às demandas pedagógicas e estruturais da educação básica no Brasil, em especial após a Reforma do Ensino Médio de 2017. Hoje, o PNLD está estruturado para contemplar diferentes segmentos da educação básica, com processos definidos de avaliação, escolha e distribuição de obras que

seguem as diretrizes da BNCC e as normativas atuais do Ministério da Educação. O funcionamento do Programa baseia-se no fornecimento contínuo, periódico e gratuito dos materiais escolhidos pelas escolas participantes.

As editoras inscrevem suas obras que são avaliadas por uma comissão constituída pelo MEC. A avaliação destina-se a aprovar obras que respeitem as condições estabelecidas pelo edital. Há interesse das editoras na aprovação das obras e frequentemente elas aguardam a publicação do edital para inscrever suas obras. A cada triênio, ocorre a renovação dos materiais para a etapa do Ensino Médio, o que significa que a cada ano um segmento diferente é atualizado com novas publicações e recursos educativos.

A avaliação das obras do PNL D, atualmente, é gerenciada pela Secretaria de Educação Básica, no Ministério da Educação. Essa Secretaria realiza avaliações criteriosas para aprovar ou reprovar os materiais submetidos, considerando aspectos técnicos e pedagógicos conforme os parâmetros estabelecidos. O FNDE, por sua vez, desempenha um papel estratégico na administração do programa, fazendo a gerência financeira e logística. Ainda, o FNDE, em apoio à Secretaria de Educação Básica, elabora o edital de convocação, estabelecendo as regras para a inscrição de livros, e o publica no Diário Oficial da União. Entretanto, antes de lançar um edital, o FNDE submete a sua minuta ao escrutínio público por meio de audiência pública.

Nessa avaliação os livros didáticos passam por uma análise conduzida por comissões técnicas do Ministério da Educação, compostas por professores, mestres e doutores. Essa avaliação é realizada com base nos editais específicos de cada ciclo e nas legislações educacionais vigentes, como a BNCC e a LDB. Cada etapa da educação possui características próprias, que são levadas em consideração durante a aprovação dos materiais, são considerados critérios variados como a adequação ao currículo, a clareza e qualidade da linguagem, a organização do conteúdo, o uso de recursos visuais, e o tratamento de temas transversais.

O processo consiste em sete etapas, onde inicia-se com a inscrição, que compreende o registro dos editores e das obras, incluindo o envio dos arquivos relacionados à documentação necessária e ao conteúdo das obras. A inscrição está aberta aos detentores dos direitos autorais, respeitando as regras, os prazos e as condições especificadas em cada edital. Tanto as obras quanto os documentos submetidos são examinados para assegurar que atendam aos critérios mínimos exigidos para validação.

Após a validação da inscrição, ocorre a avaliação pedagógica, cujo objetivo é garantir que as obras respeitem o edital. Essa etapa incentiva a criação de conteúdos que promovam a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, sendo adequados às necessidades da educação pública brasileira, conforme os princípios estabelecidos na legislação da educação básica. Os materiais devem respeitar a diversidade de ideias e as diferentes correntes pedagógicas, além de considerar as variadas realidades sociais, culturais e regionais.

A habilitação envolve a análise detalhada da conformidade jurídica, fiscal, econômica e trabalhista das empresas participantes, bem como a verificação dos contratos firmados entre elas e os autores, adaptadores, organizadores, ilustradores e demais criadores intelectuais das obras ou materiais digitais.

Na etapa de escolha, é disponibilizado para os professores de cada ciclo um Guia do PNLD, que contém informações essenciais sobre as obras aprovadas, possibilitando a seleção dos materiais mais adequados para suas escolas.

Em seguida, acontece a negociação, quando, após a definição dos títulos, quantidades e localidades das escolas, são processados os dados para estabelecer os parâmetros de preços mínimos e máximos para cada obra. Os editores recebem a quantidade de obras selecionadas e apresentam preços iniciais, os quais podem ser ajustados através de contrapropostas até a fixação do valor final.

A aquisição consiste na contratação efetiva das editoras, baseada nas quantidades escolhidas pelas escolas e nos preços acordados durante a negociação. A etapa de distribuição engloba a produção dos materiais pelas editoras e o encaminhamento das obras aos serviços postais, que realizam a entrega de cada volume às escolas que as selecionaram.

Por fim, o monitoramento e a avaliação envolvem visitas regulares aos centros logísticos das editoras, aos correios e às redes de ensino, com o propósito de verificar se as condições estabelecidas nos editais e nos contratos estão sendo devidamente cumpridas por todos os envolvidos no programa.

É importante ressaltar que para aderir ao o PNLD, os responsáveis pelas redes estaduais, municipais e pelas escolas federais precisam enviar o termo de adesão, no qual demonstram interesse em receber os materiais do programa e se comprometem a cumprir as ações previstas conforme a legislação vigente. Todas as informações sobre o processo de adesão estão disponíveis na página dedicada ao tema no site do FNDE.



Figura 1: Etapas do processo do PNLD. (fonte: Ministério da Educação)

Participantes do PNLD				
MEC	FNDE	Redes de ensino	Gestores	Professores
Planejamento e construção de editais	Elaboração de editais e parceria com o MEC	Gestão e monitoramento da utilização	Recebimento e utilização dos materiais	Participação na escolha de títulos
Avaliação pedagógica e divulgação de resultados	Gestão do processo de compra e distribuição	Infraestrutura e equipes para execução	Registro e participação efetiva	Alinhamento com proposta pedagógica
Colaboração com o FNDE e fortalecimento da participação	Controle de qualidade e monitoramento	Controle e distribuição eficiente	Controle e conservação dos materiais	Zelo pela utilização e conservação
Avaliação contínua do programa	Descarte responsável e avaliação periódica	Fiscalização e ações preventivas	Cumprimento de obrigações e prestação de informações	Denúncia de irregularidades
		Conformidade legal e apoio técnico		

Figura 2: Participantes do PNLD. (fonte: Ministério da Educação)

Dessa forma, o PNLD se configura como um pilar importante no fortalecimento da educação básica no Brasil, provendo os ambientes escolares com materiais pedagógicos atualizados e de alta qualidade, que são essenciais para a promoção de um ensino mais inclusivo, eficaz e alinhado às demandas educacionais contemporâneas.

Apesar de seus inegáveis avanços, o PNLD ainda enfrenta desafios importantes. A tensão entre a centralização das escolhas pedagógicas e a autonomia docente, a necessidade de garantir a qualidade e a atualização dos materiais didáticos, o tensionamento entre conhecimento disciplinar e conhecimento integrado/interdisciplinar, são questões que demandam atenção constante. Esses elementos são fundamentais para analisar o impacto da Reforma do Ensino Médio de 2017 na reconfiguração dos livros didáticos, especialmente na área de Ciências Humanas, foco desta pesquisa.

2.3. A Reforma do Ensino Médio de 2017

A Reforma do Ensino Médio de 2017, representou uma das mudanças mais significativas no cenário educacional brasileiro nas últimas décadas, desde a promulgação da LDB em 1996. Essa Reforma não surgiu de uma ideia nova, mas foi fruto de um debate que se estendeu por mais de uma década. Ao ser promulgada, a Reforma propôs alterações consideráveis na estrutura curricular, na organização das disciplinas e nos objetivos da educação do Ensino Médio. Seu principal objetivo foi flexibilizar o currículo, permitindo que os estudantes escolhessem parte de sua carga horária a partir de cinco áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional.

Apesar das mudanças, a implementação da Reforma gerou controvérsias e críticas profundas, principalmente por conta da redução das disciplinas obrigatórias — como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física — que foram diminuídas em função da ampliação do peso de Português e Matemática, configurando assim um currículo menos disciplinarizado. Além disso, a Reforma foi aprovada em meio a um contexto político conturbado, por meio da Medida Provisória 746/2016, convertida em lei após a saída da presidenta Dilma Rousseff, com pouca consulta pública e em meio a mobilizações sociais intensas.

Uma das mudanças mais destacadas pela Reforma foi a ampliação da carga horária anual do Ensino Médio, que deveria passar de 800 para 1.400 horas com o objetivo de atingir, ao longo dos três anos do curso, um total de 3.000 horas. Desse total, 1.800 horas correspondem à Base Nacional Comum Curricular, enquanto as restantes 1.200 horas são dedicadas aos itinerários formativos, que os estudantes podem escolher conforme seus

interesses. A meta é que as escolas adotem gradualmente essa carga, avançando rumo a um modelo de ensino em tempo integral.

No entanto, a lei não previu financiamento federal adequado para que as redes públicas pudessem realizar essa transição, o que compromete a infraestrutura, a contratação de professores e as condições de trabalho. No período, constatou-se que a medida poderia ampliar desigualdades, pois apenas as escolas com maior capacidade financeira teriam condições de se adequar plenamente ao novo modelo.

Antes da Reforma e da implementação da BNCC em 2018, o currículo do Ensino Médio era orientado principalmente pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)⁴, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), estabelecidas desde 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012, com orientações mais específicas para a etapa do Ensino Médio. O currículo era estruturado em quatro áreas fundamentais: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, e também incluía componentes obrigatórios como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, Educação Física, História do Brasil, entre outros conteúdos transversais como direitos humanos, educação ambiental e respeito ao idoso.

Esse currículo, ainda que apresentasse indícios de interdisciplinaridade e flexibilização, era fortemente organizado por disciplinas, com fronteiras claras entre elas. Segundo a teoria de Basil Bernstein (1996), podemos dizer que esse currículo possuía uma classificação forte tanto internamente (entre as disciplinas, com conteúdos delimitados e identidades disciplinares claras) quanto externamente (com alta autonomia do campo educacional em relação às exigências do mercado e produção).

Bernstein (1996) define a classificação como o grau de isolamento entre categorias; assim, no currículo que antecedeu a BNCC, as disciplinas como Sociologia eram obrigatórias, com objetivos e conteúdos definidos. As equipes responsáveis por esses componentes eram formadas por especialistas de associações específicas, reforçando as fronteiras da disciplina. Além disso, a legislação reforçava a Educação Básica como direito universal e os conhecimentos como "direitos à aprendizagem", reforçando a autonomia do campo educacional.

Com a Reforma e a BNCC de 2018, essa “classificação forte” foi enfraquecida. O currículo passou a ser estruturado por competências e habilidades, mais genérica, que diluiu a

⁴ As OCN (Orientações Curriculares Nacionais) de 2006 também foi um documento que orientava mais diretamente o currículo e teve grande impacto nos PNLDs.

organização disciplinar em favor de um modelo baseado em itinerários formativos e competências transversais, aproximando-se de uma classificação fraca. Disciplinas importantes foram transformadas em “estudos e práticas”, como é o caso da Sociologia, que perdeu seu lugar e carga horária garantidos.

Essa mudança representa uma redução da autonomia do campo educacional diante da influência crescente do mercado, que passa a ser um regulador dos conteúdos e competências, evidenciando uma lógica mercantilista na educação. Assim, há uma transição de um currículo com fronteiras disciplinares sólidas para um currículo fragmentado e flexível, subordinado a interesses econômicos.

Como mencionado anteriormente, o contexto político da Reforma do Ensino Médio foi marcado por instabilidade e mobilizações sociais expressivas. Antes da aprovação da Reforma, em 2015 e 2016, ocorreram as grandes ocupações das escolas públicas brasileiras, lideradas principalmente por estudantes do Ensino Médio. Estas mobilizações tinham como objetivo defender a educação pública e reagir contra medidas governamentais que afetavam negativamente o setor.

O movimento iniciou-se em São Paulo, com cerca de duzentas escolas ocupadas e protestos em diversas cidades. Em 2016, a mobilização ganhou escala nacional, especialmente no Paraná, com a ocupação de aproximadamente 850 escolas, 14 universidades e 3 núcleos regionais, atingindo quase todos os 399 municípios do estado. No país todo, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas registrou a ocupação de 1.197 escolas. Além das ocupações, foram organizadas passeatas, abaixo-assinados, aulas públicas e bloqueios de vias, evidenciando o amplo descontentamento estudantil.

Os protestos denunciaram o congelamento dos investimentos públicos, especialmente após a aprovação da Medida Provisória nº 746/2016, que aumentava a carga horária do Ensino Médio sem contrapartida financeira para as escolas públicas e tornava disciplinas importantes facultativas. Estes fatores agravaram o sentimento de precarização e mercantilização da educação pública, alimentando a resistência contra a Reforma.

A partir desse contexto, muitos educadores e pesquisadores, como Silva e Scheibe (2017), apontam que a Reforma aprofunda as desigualdades ao direcionar alunos de escolas públicas para uma formação técnica fragmentada e de menor qualidade, enquanto alunos da rede privada mantêm acesso a currículos amplos e aprofundados. O professor Gaudêncio Frigotto, em entrevista realizada em 2022 por Allan Monteiro, Ana Abranches, Ileizi Fiorelli e Túlio Velho Barreto, critica duramente a Reforma, chamando-a de "contra Reforma",

alegando que ela nega a educação como um direito básico e uma formação integral para a cidadania, reforçando a lógica dual da educação brasileira.

Frigotto também questiona o falso protagonismo juvenil defendido oficialmente, lembrando que a insuficiência de infraestrutura e recursos nas escolas públicas inviabiliza uma formação de qualidade. Para ele, a Reforma é uma forma de mercantilização da educação, beneficiando interesses privados e desvalorizando conhecimentos humanísticos. Além disso, oferece um currículo fragmentado que compromete o desenvolvimento crítico e político dos estudantes.

Em resumo, o processo de aprovação da Reforma ocorreu sem a ampla participação social necessária – o artigo de Ana Paula Corti (2019) destaca que o discurso da "crise do Ensino Médio" funcionou como um "significante vazio" para justificar mudanças urgentes, em um cenário político que dificultou o debate democrático. O movimento estudantil e a comunidade educacional reagiram intensamente, mostrando que a Reforma não foi consensual, mas entrou como uma mudança abrupta em um campo já marcado por lutas políticas e sociais.

Como a BNCC surgiu: um percurso político

A Base Nacional Comum Curricular, segundo a análise detalhada de Lopes (2021) em seu artigo "(Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil", é um documento fundamental na política educacional brasileira, que visa garantir o controle político do conhecimento escolar. O documento do Ensino Médio da BNCC, datado de 2018, está diretamente ligado e normatizado pela Lei nº 13.415, de 2017, conhecida como a Lei da Reforma do Ensino Médio. O artigo de Lopes se aprofunda nessa relação, explorando as tensões e continuidades políticas que moldaram a BNCC e a Reforma curricular, especialmente no que tange à disciplina de Sociologia.

A emergência da BNCC não pode ser compreendida como um evento isolado. Lopes (2021) situa a Reforma do Ensino Médio em um contexto de longo prazo de políticas curriculares, destacando que a BNCC é o ápice de um processo que envolveu diferentes governos e propostas. A BNCC se insere, portanto, em uma política de Estado que busca centralizar a definição de currículo.

O PL, embora tenha um caminho diferente da MP que resultou na Lei nº 13.415, já apresentava uma estrutura similar, com uma parte comum e uma diversificada, a jornada em

tempo integral e a formação técnica. O artigo de Lopes destaca que as audiências públicas sobre o PL nº 6.840/2013 já indicavam um viés tecnicista e um diálogo deficitário com as entidades educacionais, sob a forte influência de segmentos empresariais do setor privado. Essa atuação do setor privado, segundo o autor, é uma das continuidades do processo, uma vez que a BNCC e a Reforma de 2017 também foram marcadas por forças hegemônicas que defenderam a implementação de uma agenda neoliberal na educação.

A trajetória da BNCC até sua aprovação

Silva e Alves Neto (2020) colocam que a elaboração da BNCC foi um processo marcado por intensos debates e rupturas, que pode ser dividido em três fases políticas distintas que influenciaram suas quatro propostas formuladas entre 2014 e 2018. Eles explicam que, na primeira fase (2012 a 2014), houve a consolidação da Educação Básica como direito universal. O Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, majoritariamente composto por membros do ensino superior, formulou a primeira proposta denominada “Por uma política curricular para a educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento – Versão Preliminar” (2014). Essa proposta reforçava a Educação Básica como direito universal e considerava os conhecimentos como direitos à aprendizagem e desenvolvimento. As áreas e componentes foram pensados a partir de quatorze direitos à aprendizagem, sem detalhamento específico de conteúdos por série, deixando essa definição para estados, municípios e escolas. Nessa fase, a Sociologia figurava como componente obrigatório em todas as séries do Ensino Médio, com seus conteúdos integrados à Área de Ciências Humanas.

Na segunda fase, entre 2015 e 2016, Silva e Alves Neto apontam que ocorreu uma conciliação seguida de uma ruptura acentuada entre 2016 e 2017. A mudança de governo em 2015 resultou em nova equipe no MEC, responsável pelas propostas subsequentes da BNCC. A proposta de 2015 vinculava os direitos à aprendizagem a objetivos estruturados de forma semelhante às Matrizes de Referência do ENEM e do SAEB. A versão de 2016 organizava esses objetivos por unidades, mantendo a Sociologia como componente obrigatório em todas as séries, com objetivos divididos inicialmente por eixos (2015) e depois, em 2016, por unidades focadas em desigualdade social, diversidade e estado democrático de direito. O processo foi interrompido com o impeachment da presidenta Dilma e a posse de Michel Temer, quando nova equipe no MEC acelerou as reformas, sobretudo no Ensino Médio.

Silva e Alves Neto (2020) ressaltam que a Lei nº 13.415 e a BNCC são mais do que uma simples reforma curricular, constituindo um processo político complexo que usou o discurso da crise para impor uma agenda específica. Essa agenda alterou a estrutura do Ensino Médio, centralizou o poder na definição do conhecimento, desvalorizou certas áreas do saber, ignorou o financiamento adequado das escolas públicas e impôs um modelo que para muitos ignora a pluralidade e as realidades locais das escolas brasileiras.

A BNCC foi um processo de construção política que passou por diferentes versões, cada uma refletindo as disputas e os rearranjos de poder. A primeira versão, de 2015, era uma proposta mais abrangente, que buscava articular-se com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, prevendo a oferta de todas as áreas do conhecimento no Ensino Médio.

A segunda versão, de 2016, já apresentava mudanças significativas, como a separação entre a BNCC e a parte diversificada do currículo. Ela introduziu uma linguagem mais voltada a competências e habilidades, alinhando o documento a modelos internacionais e aos interesses do mercado. Essa versão já gerou críticas por desvalorizar o conteúdo em detrimento do "saber fazer", o que foi visto por alguns como um enfraquecimento das disciplinas e da formação intelectual.

A terceira e última versão, de 2017, é a que se consolida após a aprovação da Lei nº 13.415, em meio a um cenário político conturbado. Lopes (2021) analisa essa versão como a que sela a Reforma, estabelecendo o currículo do Ensino Médio em 1.800 horas de formação básica comum e 1.200 horas de itinerários formativos. A Sociologia, tema central do artigo de Lopes, é um exemplo importante das discontinuidades e rupturas que a BNCC trouxe. Embora fosse uma disciplina obrigatória por lei, a Reforma de 2017 a retirou do quadro de matérias fixas, colocando-a como um componente curricular que pode ser ofertado dentro dos itinerários formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa mudança, segundo o autor, representa um recuo no sentido político e social da disciplina, que perde seu status de conhecimento obrigatório para todos os estudantes.

A aprovação da Lei nº 13.415 por meio de Medida Provisória, em um contexto de ruptura institucional, permitiu que a Reforma fosse implementada sem o debate democrático necessário, silenciando as vozes críticas da academia e da sociedade civil. A aprovação acelerou a Reforma e demonstrou a força política dos grupos que a defendiam, que buscavam consolidar uma agenda neoliberal para o país, que se estenderia à educação, principalmente no que diz respeito ao currículo.

Willams (2021) destaca que a trajetória da BNCC é marcada por continuidades, como a influência do setor privado e a agenda neoliberal, mas também por descontinuidades significativas, como a mudança no status de disciplinas essenciais como a Sociologia. Para ele, a Reforma de 2017 e a BNCC representaram um novo arranjo curricular que, ao promover a flexibilização, impôs uma lógica de controle sobre o conhecimento, impactando diretamente o propósito do Ensino Médio e a formação de estudantes.

Em diálogo com Willams, Silva e Alves Neto concordam que a Reforma de 2017, ao flexibilizar disciplinas críticas e ampliar a formação técnica, privilegiou interesses de grupos econômicos. Eles acrescentam que a rápida reformulação da BNCC em 2018 evidencia seu caráter controverso e a resistência dos educadores, estudantes e movimentos sociais, que defendem um Ensino Médio vinculado à justiça social e à equidade. Ao contrário de resolver a "crise do Ensino Médio", a Reforma pode ter aprofundado as desigualdades e ampliado as disputas sobre o que de fato se entende por educação no Brasil.

3 O EDITAL DO PNLD 2021: O NOVO DESENHO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Entendemos até aqui a importância do livro didático, o valor do PNLD e o que foi a Reforma do Ensino Médio de 2017. Com a Reforma, como já exposto anteriormente, o PNLD sofreu mudanças para além da nova divisão de livros didáticos. Para compreender essas alterações, o presente capítulo tem como proposta avaliar a nova estrutura do Programa, uma análise que ocorre através dos documentos oficiais do governo federal.

Os documentos em questão são os Editais de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas do PNLD de 2018 e 2021. A escolha de analisar o edital de 2018 é importante pois entende-se que, por meio dele, podemos ter um parâmetro para investigar o edital de 2021 a partir de outros documentos e entender o impacto da Reforma sobre a avaliação dos livros de 2021. O que é pedido nos novos livros? Quais conteúdos? Quais normas devem ser seguidas? Como já foi colocado anteriormente, entendemos o PNLD como uma política pública que impacta a circulação do conhecimento escolar. Dessa maneira, perceber o impacto antes e depois da Reforma nos permite compreender quais tipos de consequências teremos nas escolas e, especialmente, nos estudantes.

Em primeiro momento, devemos olhar para o fato de que queremos investigar uma política pública, já estabilizada, mas que passou por mudanças devido à atuação do Estado. Neste contexto, é fundamental compreender a burocracia a partir da perspectiva de Weber. Max Weber (2004) considera a burocracia moderna não apenas como uma forma avançada de organização administrativa baseada em métodos racionais e científicos, mas também como uma maneira legítima de exercer dominação. Weber define a burocracia como a estrutura formal que permite organizar as atividades humanas para alcançar objetivos comuns a longo prazo.

Weber identificou vários atributos essenciais da burocracia em sua análise, entre eles a *Administração baseada em documentos*. A burocracia moderna opera mantendo registros escritos detalhados de suas atividades, decisões e processos, guardando os originais ou rascunhos. Isso significa que tudo precisa estar "escrito no papel", o que orienta os Estados sobre o que farão, em que condições podem trabalhar, etc. Um edital, nesse sentido, representa a materialização dessa documentação escrita, um documento formal que estabelece regras, condições e expectativas de forma calculável e impessoal. O documento possui um valor inestimável, podendo ser objeto de pesquisa que nos permite desvendar processos e fenômenos. No caso desta pesquisa, nos permite avaliar o sistema burocrático em que o PNLD está inserido e qual a sua nova estrutura após as diretrizes estabelecidas após a Reforma de 2017.

A burocracia é um instrumento de poder tecnicamente superior, caracterizado por sua precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discricção, uniformidade, subordinação rigorosa e diminuição de atritos e custos. Com isso, o que está em xeque aqui, sob a análise de Weber, é precisamente a instrumentalização da burocracia estatal para fins antidemocráticos. Embora a burocracia, por sua natureza, seja um instrumento de precisão neutro em termos de valores, ela pode ser "colocada à disposição de interesses de dominação muito diversos, tanto puramente políticos ou econômicos quanto outros quaisquer" (Weber, 2004, p. 226).

No caso dos governos Temer e Bolsonaro, ao passarem a Reforma do Ensino Médio de 2017 e com a elaboração da BNCC, pode ter criado uma ameaça à educação pública, conforme as críticas à Reforma de 2017 que analisamos nas seções anteriores. Os editais do PNLD podem mostrar essa transição de uma burocracia que pode sustentar a democracia para aquela que a ataca, por algumas razões. Um edital, embora formalmente neutro, pode ser elaborado definindo critérios ou metas que, sob a aparência de racionalidade técnica, servem a

agendas específicas (políticas ou éticas, por exemplo) em detrimento de princípios democráticos ou da equidade.

Um edital, em sua formalidade, pode ocultar as reais intenções ou as negociações que o moldaram, tornando difícil para o público ou mesmo para outras instâncias de poder (como o parlamento) questionar sua razão ou seus fundamentos, perpetuando decisões que podem ser antidemocráticas, Weber chama isso de “segredo oficial”.

Weber argumenta que a administração burocrática é, em sua essência, uma forma de gestão que exclui o público. Ela procura esconder seu conhecimento e suas ações da crítica sempre que possível. Essa inclinação ao sigilo funciona como um instrumento de poder fundamental para impedir o controle externo. Embora a administração burocrática seja pautada por regras racionais e mensuráveis, essa rigidez, aliada ao monopólio do conhecimento, age como um obstáculo. As decisões são apresentadas como resultados técnicos e "imparciais", baseadas em regulamentos e dados internos, o que dificulta que alguém que não tenha conhecimento especializado possa questionar os fundamentos dessas decisões sem ter acesso ao mesmo nível de informações detalhadas.

Dessa forma, a previsibilidade que a administração burocrática, baseada em documentos como o edital, oferece pode ser cooptada para implementar políticas que restrinjam a autonomia ou o acesso, transformando-se de um meio eficiente para a governança em uma ferramenta de dominação que serve a interesses específicos e potencialmente antidemocráticos.

3.1. Da análise dos editais

Para a análise dos editais, recorreremos às operações de sistematização e rotinização presentes na metodologia proposta por Meucci (2020). Entendemos que a metodologia proposta não se refere aos editais, mas aos livros. Contudo, na medida que os livros são orientados pelo edital, o texto burocrático permite entender as condições de produção dos livros, especialmente as normas, a forma e a temporalidade. Portanto, na operação de sistematização buscamos observar a articulação entre editoras e Estado. Analisamos aqui os aspectos das condições de produção e distribuição dos manuais didáticos.

Com a rotinização iremos perscrutar os aspectos da estabilidade e estatuto do conhecimento. Essa operação metodológica destaca a importância do significado do

conhecimento e como os argumentos se relacionam com os desafios e possibilidades da sociedade, influenciando o papel e a consistência do saber nos livros didáticos analisados.

Ao sistematizarmos as duas operações para análise neste capítulo, nosso objetivo é encontrar nos editais a chave para compreender a relação entre o conhecimento das ciências humanas e o impacto da Reforma do Ensino Médio de 2017 no novo PNLD, bem como analisar como esse conhecimento circula dentro das condições impostas pelo contexto político da época.

Nesse sentido, ao ler e avaliar os editais de convocação para os PNLDs de 2018 e 2021, escolhemos nos concentrar não apenas nos pontos de convergência e divergência entre os dois documentos, mas também em realizar o recorte analítico adequado com base no que nos propomos a investigar. Com isso, analisamos a estrutura dos editais, os responsáveis da época pelas pastas que realizam os editais (MEC, SECADI, Semesp, e SEB), o público alvo, os prazos para entrega do material didático para editoras e participantes, as etapas de contratação e negociação entre o Estado e as empresas interessadas no edital e, por fim, os critérios para a avaliação das obras didáticas.

Entre os editais, existem sutis diferenças nas nomeações dos itens, mas o material destinado à análise está presente em ambos. Além da denominação dos itens, há dissemelhanças interessantes em sua disposição no edital. Em particular, ao comparar com o edital do PNLD de 2021, nota-se que o item “Das etapas de Habilitação, Negociação e Contratação”, presente no edital de 2018, foi separado e tratado individualmente no edital de 2021.

Edital de Convocação para o PNLD 2018	Edital de Convocação para o PNLD 2021
1. Do Objeto;	1. Do Objeto;
2. Dos Prazos;	5. Dos Prazos de Inscrição.
8. Das etapas de Habilitação, Negociação e Contratação;	10. Da Habilitação.
Anexo III - Princípios e Critérios para a Avaliação de Obras Didáticas.	11. Da Negociação.
	12. Do Contrato Administrativo.
	Anexo V - Critérios para Avaliação das

	Obras Didáticas por Área do Conhecimento e Obras Específicas (Objeto 2).
--	--

Tabela 1: Diferenças entre os itens e suas posições entre os editais de convocação. (elaboração: autora)

Inicialmente, analisaremos o edital de convocação do PNLD 2018, com foco nos aspectos previamente destacados. Em seguida, voltaremos nossa atenção para o edital de convocação do PNLD 2021, aplicando os mesmos princípios de análise utilizados no edital anterior. Por fim, concluiremos o capítulo examinando as diferenças entre os dois editais e o significado das mudanças introduzidas no PNLD 2021 em relação ao edital do PNLD 2018.

3.2 O Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018

Os editais têm a função de orientar as editoras sobre os requisitos que devem ser atendidos na produção dos livros didáticos. Eles especificam como os materiais devem ser organizados em termos editoriais, incluindo aspectos como diagramação, quantidade de páginas e tipos de materiais didáticos que precisam ser entregues ao PNLD. Além disso, os editais detalham o processo de avaliação dos materiais, incluindo informações sobre a equipe responsável por essa tarefa, e abordam questões relacionadas à negociação, pagamentos e contratos. Também são apresentados os critérios de eliminação, indicando o que pode ou não estar presente nos livros para que sejam aprovados na triagem do Programa. Ainda, os editais reforçam a necessidade de que as obras estejam em conformidade com a Constituição, a BNCC – no caso do edital de 2021 – e outras legislações aplicáveis.

O edital de Convocação para o PNLD de 2018, publicado em dezembro de 2015, é o documento responsável por convocar editores e detentores de direitos exclusivos de reprodução de obras caracterizadas pelo edital. As obras especificadas no edital se destinam aos estudantes e docentes do Ensino Médio das escolas públicas brasileiras (escolas federais e as que integram redes de ensino municipais, estaduais e Distrito Federal que participam do PNLD).

3.2.1. Estrutura

O edital de convocação para o PNLD de 2018 é estruturado em dez itens e contém quinze anexos, conforme detalhado na tabela 2. Seu foco é exclusivamente nas obras didáticas destinadas a estudantes e professores do Ensino Médio da rede pública. Com um total de setenta e cinco páginas, o documento abrange as obras didáticas de todas as disciplinas que compõem a grade curricular do Ensino Médio.

A redação do edital utiliza uma linguagem formal e jurídica, garantindo clareza e precisão na comunicação. Por se tratar de um edital mais específico, ele evita incluir materiais que não sejam livros didáticos voltados para o Ensino Médio, resultando em um documento mais " enxuto " e com divisões bem definidas. Essa organização facilita a compreensão das informações e a navegação entre os diferentes tópicos abordados.

Além disso, a estrutura do edital permite que os editores compreendam claramente os requisitos para a inscrição e avaliação das obras, assim como os prazos e as condições necessárias para participar do processo. Os anexos complementares fornecem detalhes adicionais sobre aspectos técnicos e administrativos, assegurando que todos os participantes tenham acesso às informações necessárias para a submissão de suas obras.

Em resumo, o edital de 2018 se destaca por sua organização clara e objetiva, refletindo um esforço para tornar o processo de convocação mais eficiente e acessível aos envolvidos na produção de materiais didáticos para o Ensino Médio.

Ítems	Anexos
1. Do Objeto.	a) Anexo I – Estrutura Editorial e Critérios de Exclusão na Triagem.
2. Dos Prazos.	b) Anexo II – Especificações Técnicas para a Produção das obras didáticas.
3. Das Características das Obras Didáticas.	c) Anexo III - Princípios e Critérios para a Avaliação de Obras Didáticas.
4. Das Condições de Participação.	d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Edição.
5. Da Etapa de Inscrição.	e) Anexo V – Modelo de Declaração de Originalidade.

6. Das Etapas de Triagem, Pré-análise e Avaliação Pedagógica das Obras.	f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Primeira Avaliação.
7. Da Acessibilidade.	g) Anexo VII – Modelo de Declaração de Reinscrição.
8. Das etapas de Habilitação, Negociação e Contratação.	h) Anexo VIII – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização da Obra.
9. Das Etapas de Produção, Controle de Qualidade e Distribuição.	i) Anexo IX - Modelo de Ficha de Correção da Obra.
10. Das Disposições Gerais.	j) Anexo X – Modelo de Declaração Emprego Menor.
	k) Anexo XI – Relação de Documentos a serem Entregues pelo Editor.
	l) Anexo XII – Modelo de Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial.
	m) Anexo XIII – Modelo de Formulário de Habilitação.
	n) Anexo XIV – Modelo de Ficha Cadastral.
	o) Anexo XV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Tabela 2: Organização do edital de convocação para o PNLD de 2018. (elaboração: autora)

3.2.2. Autores e artífices: a competência por trás do Edital PNLD 2018

Dentro da metodologia adotada, concentramos nossa atenção nos agentes responsáveis pela elaboração e execução do edital. Isso inclui não apenas as instituições e pastas governamentais, mas também as pessoas que estavam à frente dessas organizações no momento da publicação do edital. Essa abordagem nos permite compreender melhor as dinâmicas e decisões que influenciaram a formulação do documento, bem como identificar os principais responsáveis pela implementação das diretrizes estabelecidas. Na análise desses agentes, buscamos compreender o papel de cada um na construção do edital, considerando suas trajetórias profissionais e qualificações para ocupar os cargos que exerciam à época.

O documento foi escrito no âmbito do MEC, pela Secretaria de Educação Básica (SEB) em cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Inicialmente, buscamos compreender o papel da SECADI e sua atuação no período em que o edital foi publicado. A SECADI, encerrada em 2019 no início do governo de Jair Bolsonaro, era responsável por coordenar políticas educacionais voltadas para áreas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, direitos humanos, educação especial, educação do campo, escolar indígena, quilombola e para as relações étnico-raciais. Essa secretaria desempenhava um papel central na articulação de ações que promoviam a inclusão e a valorização da diversidade no sistema educacional.

A antiga secretaria, no período de proposição do edital, foi coordenada por Paulo Gabriel Soledade Necif. Em 2015, o então Ministro da educação, Renato Janine Ribeiro – que havia tomado posse recentemente no mesmo ano – nomeou Necif. Com um currículo que mostra sua proximidade com a educação, Necif – quando nomeado – era reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), além disso, foi membro da comissão responsável pela criação da UFRB, uma proposta originada pela Universidade Federal da Bahia. Formado em engenharia agrônoma pela Universidade Federal da Bahia (1988), concluiu seu mestrado e doutorado em Solos pela Universidade Federal de Viçosa (2000). Paulo Gabriel foi professor na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), onde também exerceu a função de Gerente de Pesquisa e Pós-Graduação entre 1992 e 1993, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde se tornou diretor da Escola de Agronomia. Sua trajetória acadêmica inclui experiência de gestão do ensino superior, políticas afirmativas e ciência e tecnologia.

O MEC, como citado acima, foi coordenado por Renato Janine Ribeiro, entre abril e setembro de 2015. Janine Ribeiro, filósofo e professor da USP, assumiu o lugar de Cid Gomes na pasta. Janine foi o quinto ministro a assumir o MEC desde o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Sua trajetória profissional e acadêmica os fazem próximo à educação, tal qual Necif. Janine também integrou o conselho deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 1993 a 1997, além de fazer parte do conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) entre 1997 e 1999. Atuou como secretário da SBPC de 1999 a 2001 e foi diretor de Avaliação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2004 a 2008.

Ganhou o Prêmio Jabuti em 2001, a Ordem Nacional do Mérito Científico em 1997 e a Ordem do Rio Branco em 2009.

A Secretaria de Educação Básica, foi coordenada por Manuel Palacios da Cunha e Melo. O então secretário esteve à frente da secretaria durante os anos de 2015 e 2016. Cunha e Melo foi professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF no período de 1991 a 2023. Foi também Pró-reitor de Planejamento e Gestão da UFJF no entre 2007 e 2008. Além disso, foi diretor de Desenvolvimento da Educação Superior e secretário interino da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) (2004 a 2007). Foi diretor da Faculdade de Educação da UFJF (1998 a 2002). Possui graduação em Engenharia de Comunicações pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e é doutor em Ciências Sociais pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj).

Para concluir, a análise das trajetórias do ministro do MEC e dos demais secretários durante a elaboração do edital para o PNLD de 2018 é essencial para compreender o contexto em que as decisões relacionadas ao documento foram tomadas. Os dados revelam um contexto marcado por uma equipe técnica altamente qualificada e com trajetórias acadêmicas sólidas, responsável pela elaboração do edital do PNLD 2018 no âmbito do MEC. Os principais agentes envolvidos, como o ministro Renato Janine Ribeiro e os secretários Paulo Gabriel Soledade Necif e Manuel Palacios da Cunha e Melo, possuem histórico de atuação em instituições de ensino e pesquisa reconhecidas, além de experiência em gestão educacional e políticas públicas. Essa expertise sugere um nível elevado de especialização entre os profissionais que coordenaram o processo.

Examinar essas trajetórias permite identificar como suas vivências profissionais contribuíram para o processo de formulação do edital, além de oferecer uma perspectiva mais ampla sobre os fatores que moldaram as escolhas realizadas. Essa abordagem busca destacar a importância de compreender os agentes envolvidos na gestão educacional como parte do esforço de análise das políticas públicas voltadas à educação.

3.2.3. Destinatários claros: o Edital PNLD 2018 e seu público-alvo

1.1. Este edital tem por objeto a convocação de editores, detentores de direito exclusivo de reprodução de obras caracterizadas neste edital, para participar do processo de aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio das escolas públicas federais e as

que integram as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal participantes do PNLD, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

1.1.1. Para fins deste edital, o termo editor se refere à pessoa jurídica a qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la nos limites previstos no contrato de edição. (BRASIL, 2015, p. 1)

A análise do destinatário do edital de convocação para o PNLD de 2018 é fundamental para entender não somente a estrutura e a eficácia do processo de aquisição de obras didáticas, mas também o seu sentido, a natureza política e a quem se destina. Como colocado acima, o edital convoca editores e detentores de direitos autorais. Essa definição clara do destinatário é crucial, pois assegura que apenas aqueles com a competência necessária para fornecer as obras solicitadas possam participar do processo.

A importância de ter um edital bem definido não pode ser subestimada. Um edital claro e específico permite que os potenciais participantes compreendam exatamente o que está sendo solicitado, facilitando, assim, a elaboração de propostas adequadas e alinhadas às expectativas da administração pública. Isso não apenas otimiza o processo de seleção, mas também promove a transparência e a competitividade, evitando possíveis ambiguidades que poderiam levar a mal-entendidos ou propostas inadequadas durante o processo.

Além disso, ter um objeto bem definido ajuda a evitar problemas futuros na execução do contrato, já que deixa claras as expectativas desde o início. Quando os editores e detentores de direitos autorais entendem bem as exigências e condições do edital, eles conseguem preparar suas propostas de forma mais alinhada, o que torna o processo mais simples e eficiente. Em resumo, a clareza no objeto do edital é fundamental para que o PNLD cumpra seu objetivo de oferecer materiais didáticos de qualidade, beneficiando diretamente o sistema educacional público brasileiro.

3.2.4. Avaliando os prazos de entrega dos livros didáticos: por que isso importa?

As obras para o PNLD de 2018 seguem uma “tradição” que estava sendo continuada desde o PNLD de 2012. Esse foi o PNLD onde a sociologia foi incluída pela primeira vez. O PNLD de 2012 teve seu edital lançado em 2009 e o processo de avaliação ocorreu durante o ano de 2010 (Maçaira, 2017, p. 87).

O contexto do PNLD de 2012 é fundamental para compreender que, a partir do PNLD de 2015 e até o PNLD de 2018, tanto as editoras quanto o Estado já haviam

consolidado uma espécie de “fórmula”. Isso significa que o modelo, a estrutura e as disciplinas permaneceram praticamente os mesmos ao longo desses ciclos. Nesse cenário, a redução dos prazos para a produção das obras não chega a ser surpreendente, já que as editoras frequentemente utilizavam como base os livros publicados em edições anteriores do PNLD.

O edital de Convocação para o PNLD 2018 foi tornado público em 14 de dezembro de 2015. Os prazos estipulados correspondem às etapas de cadastramento dos editores, pré-inscrição, entrega das obras didáticas e da documentação exigida. Para cadastramento das editoras e pré-inscrição das obras, as editoras têm um prazo de pouco mais de 5 meses. Passado 1 mês do prazo de pré-inscrição, as editoras possuem 4 dias para realizar a inscrição/entrega das obras e da documentação previamente exigida.

Cadastramento de editores e pré-inscrição das obras didáticas:	Do dia 11/01/2016 até às 18h do dia 30/05/2016
Inscrição/entrega das obras e da documentação:	Do dia 06/06/2016 a 10/06/2016, nos dias úteis, das 8h30 às 16h30.

Tabela 3: Prazo para cumprimento das etapas de cadastramento dos editores, pré-inscrição e inscrição/entrega das obras didáticas e da documentação. (elaboração: autora)

3.2.5. Do processo à formalização: o que o Estado exige das editoras?

A opção por analisar este item⁵ presente nos editais surgiu a partir do primeiro contato com os documentos, quando foi possível perceber uma clara diferença no tratamento do interlocutor entre um edital e outro. Essas sutilezas podem revelar transformações significativas ocorridas no processo de confecção PNLD, tanto antes quanto após a Reforma do Ensino Médio.

Em primeiro momento, necessitamos retornar para a ideia de que o edital de Convocação para o PNLD de 2018 tem como objetivo final alcançar o seu principal

⁵ Item 8. Das etapas de Habilitação, Negociação e Contratação.

interlocutor: as editoras. Com essa noção relembada, ao realizar a leitura do edital, fica claro que o documento é colocado especificamente para detentoras de direito exclusivo de reprodução de obras caracterizadas no edital. Ou seja, o edital não deixa em aberto para participação de demais instituições, sejam empresas de ordem não editorial, igrejas e outros. Outro detalhe, é uso constante das palavras “editoras”, “editor” ao se referenciar ao público-alvo do edital, é importante que guardemos essa informação para adiante.

Os itens de Habilitação, Negociação e Contratação, se referem ao processo de negociação de compra e venda, ou seja, é o contato mais direto entre o governo e a quem o edital se refere. A etapa de habilitação terá início após a publicação do resultado da Avaliação Pedagógica e envolve a análise das obras que foram aprovadas nessa avaliação, bem como dos documentos correspondentes previstos no edital, com base nos dados registrados no sistema informatizado pelo participante.

Após a etapa de habilitação, temos a etapa de negociação em que o FNDE, por meio de uma Comissão Especial de Negociação, convocará os editores habilitados para que realizem a negociação de preços. A negociação tem como objetivo estabelecer um preço para a aquisição das obras escolhidas em primeira opção pelas escolas federais e redes de ensino público. Caso não haja um acordo entre as partes sobre o preço, o FNDE poderá optar por não contratar as obras selecionadas como primeira escolha e, em vez disso, adquirir as obras escolhidas como segunda opção. Se persistir o impasse, o FNDE poderá optar pela obra mais escolhida em cada região. Finalmente, na etapa do Contrato Administrativo, o FNDE formaliza os contratos administrativos com os editores habilitados após a emissão da ata de negociação da Comissão Especial de Negociação.

Tecnicamente, o edital de 2018 é mais objetivo e claro no que se propõe e a quem se refere, podemos ver isso não somente no item “Do Objeto”, mas no item “Das etapas de Habilitação, Negociação e Contratação” novamente é explicitado que “se entende por editor a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais da obra e à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução (...)” (Brasil, 2015, p. 9).

Em “Do Contrato administrativo” do PNLD 2018, é comunicado que o FNDE verificará a situação do fornecedor, incluindo os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral e Liquidez Corrente do editor.

O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor, inclusive os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor. (BRASIL, 2015, p.11)

Essa informação nos ajuda a entender que o edital de 2018 mantém uma exigência e rigidez burocrática e busca editoras que estejam em conformidade com a legislação brasileira. O aspecto mais relevante para nossa análise é a reafirmação clara e legal de que apenas editoras, detentoras dos direitos exclusivos de reprodução, são permitidas a participar desse processo. Não há margem para dúvidas sobre quem pode participar, pois as regras são explícitas e rigorosas.

3.2.6. Princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas disciplinares

Esta pesquisa tem como foco o conhecimento de Ciências Humanas na educação básica. Assim, é necessário compreender os critérios estabelecidos em ambos os editais para verificar se houve mudanças e, caso tenham ocorrido, como elas se manifestam. Para isso, foram analisados os itens que estabelecem os critérios de eliminação das disciplinas dispostas no edital.

O edital de 2018 apresenta uma abordagem bastante abrangente, dedicando uma seção bastante significativa à área de Ciências Humanas. Essa seção destaca sua importância e sua posição na educação básica, além de introduzir cada disciplina da área. Ao todo, são dedicadas sete páginas para explorar as disciplinas da área e os seus critérios eliminatórios. No texto introdutório do item, são elencados diversos fatores que os estudantes podem desenvolver através do que a área de Ciências Humanas propicia. Sendo alguns deles:

- a. reconhecer e respeitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade, percebendo-se como sujeito social construtor da história;
 - b. compreender que as sociedades se recriam pelas ações de diferentes sujeitos, classes e grupos sociais, sendo transformadas sob a intervenção de diversos fatores;
 - e. reconhecer que as instituições sociais, políticas e econômicas construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos, classes ou grupos sociais;
- (BRASIL, 2015, p. 42)

Ao todo, são listados nove objetos. Além disso, cada disciplina recebe pelo menos um parágrafo, no qual são detalhadas sua base, metodologias e objetivos na educação básica.

Destaca-se, especialmente, a sociologia, que é mencionada como um componente curricular essencial para o processo de alfabetização científica dos estudantes.

Os critérios eliminatórios são definidos de forma específica para cada área curricular, valorizando as particularidades de cada disciplina e permitindo uma avaliação mais precisa das obras didáticas. Em adição, o "manual do professor" é elaborado de maneira personalizada para cada componente curricular, oferecendo orientações adaptadas às especificidades de cada área.

Os critérios estabelecidos são exclusivos para cada disciplina, o que torna difícil generalizar e identificar pontos comuns entre elas. No entanto, é possível destacar a necessidade de atualização dos conteúdos, a coesão entre textos, imagens e atividades, além da proposta de atividades que estimulem os estudantes e sejam consistentes com o conteúdo abordado. Esses pontos são possíveis de identificar entre as disciplinas.

Dentre as particularidades de cada disciplina, destaca-se a área de Geografia, na qual se observa se a obra “contém os conteúdos e conceitos geográficos aceitos pela comunidade científica e aplicados a todas as regiões do país (...)” (Brasil, 2015, p. 45). Para melhor compreensão, separamos alguns dos critérios de cada disciplina colocados no edital:

Filosofia	<p>Para o componente curricular Filosofia será observado se a obra:</p> <p>a. explicita a multiplicidade do debate filosófico e oferece uma orientação filosófica geral, e não a perspectiva de uma única “escola filosófica”;</p> <p>i. coloca em debate a forma por meio da qual a referência à tradição se desdobra em interpretação do presente e em reflexão criativa e inovadora;</p> <p>j. estimula o contato direto com textos filosóficos e com a prática de leitura que lhe é específica, bem como com a leitura filosófica de textos não-filosóficos, através de roteiros de leitura, citações comentadas, exercícios de síntese e outros instrumentos tradicionais da abordagem filosófica aos textos;</p> <p>m. apresenta a Filosofia não como um conjunto sem sentido de opiniões, mas como conhecimentos vivos e adquiridos como apoio para a vida;</p>
Geografia	<p>Para o componente curricular Geografia será observado se a obra:</p> <p>c. contém os conteúdos e conceitos geográficos aceitos pela comunidade científica e aplicados a todas as regiões do país, demonstrando conhecimento atualizado dos avanços teóricos e das pesquisas publicadas</p>

	<p>na área. Deve-se atentar para que não haja reducionismos, que podem ser fonte de erros quando conceitos e conteúdos são apresentados de forma incompleta ou relacionados tão resumidamente que os processos envolvidos não possam ser corretamente compreendidos;</p> <p>e. apresenta o conteúdo de maneira a não induzir erros, que podem ocorrer quando conceitos ou informações são apresentados de modo incompleto, quer em atividades e comentários, quer na associação entre conceitos, impedindo que o estudante compreenda corretamente os conteúdos geográficos. Conceitos e informações não devem, igualmente, ser apresentados de forma errada ou confusa, dificultando os relacionamentos próprios da análise geográfica da realidade;</p> <p>f. contém informações corretas, atualizadas que demonstrem o embasamento teórico-metodológico adotado;</p>
História	<p>Para o componente curricular História será observado se a obra:</p> <p>a. utiliza a intensa produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, elaborada nos últimos anos, considerando-a efetivamente como ponto de reflexão e de discussão no conjunto da abordagem;</p> <p>b. opera com os conhecimentos historiográfico-pedagógicos de forma condizente com o desenvolvimento etário dos estudantes do Ensino Médio, considerando os critérios de progressão cognitiva;</p> <p>h. contribui para o aprofundamento dos conceitos estruturantes do componente curricular, tais como história, fonte, historiografia, memória, acontecimento, sequência, duração, sucessão, periodização, fato, processo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, trabalho, cultura, identidade, semelhança, diferença, contradição, permanência, mudança, evidência, causalidade, multicausalidade, ficção, narrativa;</p>
Sociologia	<p>Para o componente curricular Sociologia será observado se a obra:</p> <p>a. permite acesso aos fundamentos dos três componentes curriculares que compreendem as Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia;</p> <p>b. favorece o domínio da linguagem especializada das Ciências Sociais, conferindo tratamento conceitual e teórico aos temas abordados. Categorias como cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais deverão ser apresentados;</p> <p>m. apresenta diferentes visões teóricas do campo das Ciências Sociais</p>

	<p>não privilegiando dogmática acerca do mundo;</p> <p>n. explicita a pluralidade de teorias e abordagens metodológicas que constituem o campo de conhecimento das Ciências Sociais;</p> <p>o. apresenta resultados de pesquisas e estudos sobre temas contemporâneos do Brasil;</p>
--	--

Tabela 4: Recorte dos critérios eliminatórios específicos para as disciplinas de Ciências Humanas presentes no Edital de Convocação do PNLD 2018 (elaboração: autora).

Ao analisarmos os pontos presentes na tabela, conseguimos compreender melhor a extensão e especificidade dos critérios eliminatórios estabelecidos no edital de 2018. Além disso, o documento revela um certo cuidado com as disciplinas e com as editoras responsáveis pela produção do conteúdo, alinhando-se e deixando claro de forma precisa os objetivos do PNLD para as editoras participantes.

3.3. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2021

O edital de convocação de 2021 é formulado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (Semesp) por meio do MEC, em cooperação com o FNDE, com base no art. 208, VII, da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 e no Decreto nº 9.099/2017. O edital tem por objetivo adquirir obras didáticas, literárias e recursos digitais.

Com a diversidade de materiais abrangidos no edital, o documento apresenta uma mudança significativa na política pública, ao alterar a denominação do PNLD, que passou de Programa Nacional do Livro Didático para Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Essa mudança amplia ainda mais o escopo do programa, refletindo uma gama de diferentes tipos de recursos educacionais e materiais didáticos variados como veremos nas obras exigidas pelo edital de 2021, exigências essas que não se fazem presentes no edital de 2018.

Caracterizado por ser o primeiro edital do PNLD publicado após a Reforma do Ensino Médio de 2017. O documento trouxe as atualizações proporcionadas pela Reforma, o maior exemplo foi com relação às obras didáticas que chegam divididos em coleções, onde

essas coleções são compostas de seis volumes, cada volume com um tema que o delimita. Outra novidade é a chegada das obras dos Projetos Integradores e Projeto de Vida. O edital possui obras que se destinam aos estudantes, docentes e gestores de escolas da rede básica.

3.3.1 Estrutura

O edital é estruturado em seções e subitens, apresentando uma linguagem jurídica e formal, característica de documentos oficiais. Essa organização reflete os níveis de controle e supervisão do Estado sobre o material didático que, em sua maioria, chega às escolas públicas do Brasil. Como mencionado anteriormente, o PNLD de 2021 passou por diversas mudanças, muitas delas resultantes das gestões dos governos de Temer e Bolsonaro. Assim, o edital de 2021 não apenas alterou sua redação e estrutura, mas também foi influenciado pelo contexto político e social em que foi elaborado, o que é crucial para a análise deste documento.

O edital de 2021 é um documento mais abrangente tendo em vista que é voltado para as obras didáticas, literárias e recursos digitais, além de obras destinadas para professores e gestores da rede pública. O edital especifica que as obras adquiridas serão divididas em cinco objetos, sendo eles:

- Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio (Objeto 1);
- Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio (Objeto 2);
- Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio (Objeto 3);
- Recursos Digitais (Objeto 4);
- Obras Literárias (Objeto 5).

Para os devidos fins, serão analisadas somente as obras do objeto 2 do edital.

Com o aumento de obras no novo edital em relação ao anterior, acabou por se tornar mais extenso, contendo cento e vinte e sete páginas. É organizado em dezesseis itens e vinte e dois anexos conforme a tabela 5. Por isso, a divisão do edital 2021 é mais extensa e, por vezes, confusa. Contudo, apesar de a princípio parecerem dois documentos completamente diferentes, há muitos itens que repetem o edital de 2018, alguns passaram por alteração com

relação ao edital de 2018, outros foram omitidos ou “trocados de lugar” como iremos entender em seguida.

Ítems	Anexos
1. Do Objeto.	a) Anexo I – Glossário do PNLD 2021.
2. Das Características das Obras.	b) Anexo II – Especificações Técnicas das Obras Didáticas e Literárias.
3. Da Acessibilidade.	c) Anexo III – Critérios para Avaliação das Obras (Objetos 1, 2, 3 e 5).
4. Das Condições de Participação.	d) Anexo IV - Critérios para Avaliação das Obras Didáticas de Projetos Integradores e Projeto de Vida (Objeto 1).
5. Dos Prazos de Inscrição.	e) Anexo V - Critérios para Avaliação das Obras Didáticas por Área do Conhecimento e Obras Específicas (Objeto 2).
6. Da Inscrição.	f) Anexo VI - Critérios para Avaliação das Obras Didáticas de Formação Continuada (Objeto 3).
7. Da Triagem.	g) Anexo VII – Critérios para Avaliação das Obras Literárias (Objeto 5).
8. Da Avaliação Pedagógica	h) Anexo VIII – Relação de Documentos para Inscrição e Habilitação.
9. Da Escolha.	i) Anexo IX – Triagem – Requisitos Mínimos de Validação da Inscrição.
10. Da Habilitação.	j) Anexo X – Triagem – Critérios da Análise de Atributos Físicos.
11. Da Negociação.	k) Anexo XI – Modelo de Declaração da Empresa.
12. Do Contrato Administrativo.	l) Anexo XII – Modelo de Declaração da Obra.
13. Da Produção.	m) Anexo XIII - Modelo de Declaração de Originalidade.
14. Do Controle de Qualidade.	n) Anexo XIV – Modelo de Declaração de Domínio Público para Obras Originalmente Escritas em Língua Estrangeira.

15. Da Distribuição.	o) Anexo XV – Modelo de Declaração de Domínio Público para Textos Escritos em Língua Portuguesa Integrantes de Antologias.
16. Das Disposições Gerais.	p) Anexo XVI – Modelo de Declaração de Domínio Público de Textos Brasileiros Adaptados em Língua Portuguesa.
	q) Anexo XVII – Modelo de Declaração de Domínio Público de Textos Estrangeiros Adaptados em Língua Estrangeira.
	r) Anexo XVIII – Modelo de Declaração de Obra Coletiva.
	s) Anexo XIX – Declaração de Entrega de Obras Didáticas.
	t) Anexo XX – Declaração de Entrega de Obras Literárias.
	u) Anexo XXI – Modelo de Termo Aditivo ao Contrato Firmado entre a Editora e o Autor da Obra.
	v) Anexo XXII – Modelo de Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos Entre Editoras.

Tabela 5: Organização do edital de convocação para o PNLD de 2021. (elaboração: autora)

3.3.2. Autores e artífices: há competência por trás do Edital PNLD 2021?

Como já colocado anteriormente, o edital de convocação para 2021 é elaborado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (Semesp) por meio do MEC. No edital do PNLD de 2018, uma das responsáveis pela sua elaboração foi a SECADI. No entanto, no PNLD de 2021, essa secretaria foi substituída pela Semesp, criada durante o governo Bolsonaro. A Semesp surgiu com o Decreto nº 9.665/2019, que reestruturou o MEC, extinguindo a SECADI e criando novas secretarias, como a Semesp e a Secretaria de Alfabetização (Sealf). Ao anunciar a criação da Semesp em suas redes sociais, o então presidente Jair Bolsonaro destacou que seu objetivo era

“criar cidadãos preparados para o mercado de trabalho”, evidenciando uma mudança na abordagem das políticas educacionais voltadas às modalidades especializadas.

Sobre o fim da SECADI, Júlio Pontes, educador popular e editor da Revista Movimento, comentou que no ato de alterar a estrutura do Ministério da Educação, extinguindo a SECADI, que existia desde 2004, criando, em seu lugar, a Secretaria de Modalidades Especializadas, as diretorias focadas em questões étnico-raciais e de direitos humanos foram extintas. Essa ação reflete a exclusão da população LGBTQIAPN+ das diretrizes do MEC, alinhando-se a uma Medida Provisória de Jair Bolsonaro, que retirou a população LGBTQIAPN+ das políticas e diretrizes de direitos humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A extinção da SECADI não pode ser vista como um simples movimento, mas sim como uma decisão estratégica com um objetivo claro. O governo adotou uma postura deliberada, que não pode ser ignorada na análise desta pesquisa. Essa medida revela a direção que o governo pretende seguir na área da educação e nos leva a refletir sobre o tipo de abordagem que está sendo implementada na educação básica, tanto em termos de conteúdo quanto de sua disseminação.

Para além disso, quem ele nomeou para ser responsável pela nova secretaria também nos ajuda a entender o caminho que desejavam que a educação tomasse. Ilda Ribeiro Peliz foi nomeada junto com o Ministro da Educação Abraham Weintraub. Sua trajetória é marcada por uma carreira afastada da educação.

Peliz esteve por 21 anos à frente da Abrace, uma entidade filantrópica que apoia crianças e adolescentes com câncer em Brasília (DF). Ilda Ribeiro Peliz assume o cargo de Secretária da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação no Ministério da Educação. Sua nomeação foi oficializada por meio de uma portaria publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) em 22 de agosto de 2019.

Além de sua experiência na Abrace, Ilda teve uma carreira de 28 anos no Banco do Brasil, onde desempenhou diversas funções executivas. No serviço público, também exerceu o cargo de Secretária de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. Com graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), Ilda possui pós-graduação em Administração Hospitalar pela Universidade Castelo Branco (RJ) e em Estado e Sociedade Civil, Políticas Públicas e Gestão de Organizações Não Governamentais pela Universidade de Brasília (UnB).

Em sua carreira também foi conselheira titular de Direitos da Criança e do Adolescente por três mandatos no DF. Voluntariamente, ela presidiu o Conselho de Administração do Hospital da Criança de Brasília e foi membro do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil.

O Secretário da Educação Básica, nomeado por Weintraub, Janio Carlos Endo Macedo, também possui uma trajetória peculiar e afastada no ambiente da educação, tendo exercido cargos administrativos, como Ilda Ribeiro. Ele assumiu a secretaria de Educação Básica com a chegada de Weintraub no MEC. Em abril de 2019.

Aposentado do Banco do Brasil, onde atuou por 34 anos, Macedo tem experiência em funções executivas na área econômica. Antes de assumir o cargo no MEC, ele ocupava a posição de secretário adjunto de Gestão e Desempenho de Pessoal, vinculado à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Em pouco mais de um ano, Macedo se retirou do cargo. De acordo com o levantamento do repórter especialista em educação, Paulo Saldaña, para o jornal GZH, Janio Macedo era visto como um ponto de diálogo dentro do MEC, estabelecendo uma comunicação aberta com secretários de Educação e especialistas, contrastando com a postura mais combativa e ideológica de Weintraub. Contudo, sua relação com o ministro se deteriorou, especialmente nos dois últimos meses, conforme relatos obtidos pela reportagem.

A falta de autonomia frente à constante interferência de Weintraub em quase todas as decisões foi decisiva para sua saída. De acordo com a apuração da reportagem, Macedo acreditava na construção de iniciativas baseadas no consenso com os secretários de Educação, que são responsáveis pelas matrículas. Entre suas propostas, estava o apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular nas redes de ensino, um tema ignorado pelo ministro devido a divergências ideológicas.

Abraham Weintraub, ministro da educação durante a realização do edital do PNLD 2021, possui uma trajetória marcada por sua atuação no mercado financeiro e na política. Ele se graduou em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1994 e obteve um mestrado em Administração com foco em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Weintraub começou sua carreira profissional no Banco Votorantim, onde trabalhou por 18 anos, ascendendo de office-boy a economista-chefe e diretor. Após sua passagem pelo banco, tornou-se sócio da Quest Investimentos e atuou como membro do Comitê de Negociação da BM&F Bovespa e do Comitê de Macroeconomia da Associação Nacional das

Instituições do Mercado Financeiro. Sua experiência no setor financeiro é extensa, abrangendo mais de duas décadas.

Em 2018, Weintraub se destacou como um dos primeiros integrantes da equipe de campanha de Jair Bolsonaro, contribuindo para a elaboração do plano de governo e da proposta da Nova Previdência. Durante a transição para o governo Bolsonaro, ele atuou como secretário-executivo da Casa Civil sob o comando de Onyx Lorenzoni. Em 8 de abril de 2019, foi nomeado Ministro da Educação após a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez.

Enfim, essa análise da trajetória de secretários e do ministro da educação, nos permite perceber que suas trajetórias acadêmicas e profissionais, pelo menos em sua maioria, não possuem relação com a educação ou políticas públicas voltadas para essa área. Tal fato levanta questões cruciais sobre os sentidos e o olhar sobre a educação das políticas públicas implementadas em um dos setores mais fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um país. Fica evidente que a falta de competência específica pode comprometer a qualidade das decisões tomadas pelas instituições nas quais esses sujeitos estão à frente.

Concluindo, é importante ressaltar que a educação é um campo complexo que exige não apenas conhecimento técnico, mas também uma compreensão das dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Ao nos determos para a formação e trajetória desses indivíduos, podemos entender como a pouca especialidade e experiência dos técnicos está relacionada ao fenômeno de pouca classificação do currículo.

3.3.3 Negociando com “participantes”: quem o Estado está contratando?

1.1 Este edital tem por objeto a convocação de interessados em participar do processo de aquisição de obras didáticas, literárias e de recursos digitais destinados aos estudantes, professores e gestores das escolas do Ensino Médio da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos. (BRASIL, 2019, p.1)

A escolha de analisar este item presente em ambos os editais surgiu a partir do primeiro contato com os documentos, quando se tornou evidente uma clara diferença no tratamento do interlocutor entre um edital e outro. Essas sutilezas podem indicar transformações significativas ocorridas no processo de elaboração do PNLD, tanto antes quanto após a Reforma do Ensino Médio.

A investigação do edital de convocação para o PNLD 2021 revela que o interlocutor é denominado ora como "interessados" e, de forma mais recorrente, "participantes". Sem especificar diretamente a quem ou a qual tipo de instituição o edital se destina. Dessa forma, entende-se que, à primeira vista, o termo "interessados" pode abranger pessoas físicas, jurídicas, instituições religiosas, varejistas e editoras.

Essas escolhas terminológicas geram ambiguidades que podem comprometer a compreensão do processo descrito no documento. Em contraste, o edital de Convocação para o PNLD 2018, como visto anteriormente, se destaca por sua especificidade ao definir claramente a quem se refere, o que contribui para um entendimento mais preciso das condições e requisitos estabelecidos.

A utilização do termo "participante" de forma genérica pode levar a interpretações variadas sobre quem está efetivamente qualificado para participar do processo. Com isso, se abre espaço para que diferentes tipos de pessoas físicas ou jurídicas tentem se inscrever, mesmo que não atendam aos critérios necessários. A falta de uma definição clara pode resultar em inscrições inadequadas, abrindo espaço para que outros setores não qualificados para realizar a confecção do material possam participar do processo.

Além disso, a imprecisão na linguagem pode gerar desconfiança entre os potenciais participantes. Ao não especificar claramente quem está apto a participar, isso pode levar à percepção de que o processo é menos transparente e justo. Um edital que não define claramente seu interlocutor pode desencorajar aqueles que realmente atendem aos requisitos, pois podem temer que suas propostas não sejam consideradas de forma adequada.

Uma observação importante é que o uso da palavra "participantes" irá se repetir por diversas vezes durante a leitura do edital 2021 ao tentar se referir ao interlocutor. Enquanto no edital 2018, o uso da palavra "participantes" é utilizada – poucas vezes – como sinônimo para "editoras", utilizada como artifício linguístico para não repetir "editoras", como fica claro no item "Do objeto" no início do edital.

A intenção de escolher por "participantes", parece ser proposital. Em diversas situações durante o edital de 2021, temos a repetição das mesmas frases do edital de 2018, com a diferença da substituição palavra "editores" ou "editoras" por "participantes".

9.1.6. O editor contratado deverá apresentar, conforme determina o Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, a certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil, pelo INMETRO. (BRASIL, 2015, p. 12)

13.6. O participante contratado deverá apresentar, conforme determina o Decreto nº 9.099/2017, a certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil, pelo INMETRO. (BRASIL, 2019, p. 30)

Os itens relacionados à “Habilitação, Negociação e Contratação” no edital de 2021, em detrimento ao de 2018, não são objetivos e claros ao delimitar quem pode participar do processo. Essa falta de precisão é preocupante, pois essa etapa do documento não deveria deixar margem para dúvidas. O uso contínuo do termo torna o texto vago, dificultando a compreensão sobre os procedimentos que pessoas físicas ou jurídicas devem seguir. Por exemplo, como já mencionado, o edital de 2018 explicita de forma mais clara quem está apto a participar das etapas de habilitação, negociação e contratação. Já no edital de 2021, temos o seguinte esclarecimento:

10.2. Os participantes com natureza jurídica deverão manter regular e atualizada a situação no SICAF durante todo o processo de aquisição do PNLD 2021, como forma de comprovação cadastral e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal, sob pena de exclusão a qualquer tempo. (BRASIL, 2019, p. 28)

A utilização do termo “com” é relevante na análise, pois sugere a possibilidade de haver participantes de natureza física nesse contexto. Além disso, ao mencionar “participante com natureza jurídica” sem esclarecer se deve ser detentora de direitos autorais, com direito exclusivo de reprodução e obrigação de divulgação, o edital deixa em aberto a possibilidade de que outras empresas tentem enviar seus próprios materiais. Essa ambiguidade pode gerar confusões e permitir interpretações variadas sobre quem realmente está qualificado para participar do processo.

Além desses pontos, vemos que parece ser propositalmente *solto* ou *afrouxado* os processos burocráticos dentro do PNLD 2021. Por exemplo, em “Do Contrato administrativo” do PNLD 2018, é comunicado que o FNDE verificará a situação do fornecedor, incluindo os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral e Liquidez Corrente do editor. No edital de 2021, encontramos o mesmo, mas eles retiram as especificações do que será verificado.

O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor, inclusive os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor. (BRASIL, 2015, p.11)

O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor. (BRASIL, 2019, p. 29)

Observamos que o edital de convocação do PNLD de 2021 é, em alguma parte, uma réplica do edital anterior. No entanto, percebemos que várias palavras e frases foram suprimidas ou alteradas. Mas qual seria a razão para essas modificações? Por que alterar ou omitir determinadas partes do contrato e qual a intenção por trás dessas mudanças?

O item “4. Das Condições de Participação”, vemos o documento se contradizer a ampliação da palavra “participante” ao inferir que:

- 4.3. Poderá inscrever obras e recursos digitais toda e qualquer pessoa jurídica estabelecida no país e que atenda às exigências previstas neste edital e na legislação específica, inclusive quanto à documentação.
- 4.4. Não poderá participar do presente processo de aquisição, a empresa:
 - 4.4.1. declarada inidônea;
 - 4.4.2. suspensão de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;
 - 4.4.3. punida com impedimento de contratar com o Poder Público;
 - 4.4.4. estrangeira que não funciona no país. (BRASIL, 2019, p. 16)

Ou seja, apenas pessoas jurídicas, dentro dos parâmetros legais exigidos de empresas, poderiam participar do processo e enviar seus materiais. Por esse motivo, continuar com o uso proposital de “participantes”, mantendo determinadas partes do edital de 2018 onde havia “editor” e trocá-lo, de forma proposital, por “participante”, não deve ser considerada uma escolha aleatória, mas sim o indicativo de uma possível estratégia deliberada.

Essa mudança pode ser interpretada como uma tentativa de ampliar o escopo dos envolvidos na produção didática, refletindo uma transformação na concepção tradicional do que seriam os “livros do MEC”. Essa expressão “livros do MEC” esteve fortemente vinculada a materiais didáticos produzidos e selecionados dentro de uma lógica muito específica, predominantemente comercial e editorial, com padrões pré-estabelecidos pelo Ministério da Educação, o PNLD. No entanto, o edital de 2021 sinaliza uma mudança de paradigma: ao utilizar o termo mais amplo “participante”, abre-se a possibilidade de incluir novos atores na produção de material didático, como coletivos, organizações não governamentais, grupos educacionais autônomos e outros setores da sociedade civil que estavam, até então, à margem desse processo formal de produção e distribuição.

Essa ampliação traz desafios, como os critérios de seleção, a qualidade do material, a compatibilidade com as diretrizes curriculares e a necessidade de garantir que o processo se mantenha transparente e rigoroso, sem perder a inclusão. Assim, a discussão sobre a escolha terminológica no edital extrapola um mero detalhe semântico, refletindo uma mudança estrutural no modo como o Estado enxerga e regulamenta a produção de didático.

3.3.4. Prazos apertados e expectativas elevadas: o edital que chegou tarde

Ao analisarmos os editais de Convocação dos PNLDs mais recentes — 2012, 2015 e 2018 —, é possível perceber que eles foram publicados no mesmo ano em que os livros didáticos aprovados para o respectivo triênio começaram a circular. Por exemplo, o edital de Convocação para o triênio de 2018 foi publicado em 2015, seguindo o mesmo padrão observado no triênio anterior.

Todavia, o edital de Convocação para o PNLD de 2021, não foi publicado em 2018, mas em novembro de 2019, gerando 1 ano inteiro de atraso. O detalhe crucial que fez esse atraso ser um problema ainda maior, está no fato de que o edital pedia a construção de um material completamente novo – comparando com os materiais anteriores. Além da confecção desse material, com o atraso, os processos de triagem e avaliação dos livros didáticos é claramente afetado. Com o plano de fazer um material novo, integrado, interdisciplinar e inovador, as editoras e avaliadores deveriam ter tido mais tempo para conseguir elaborar o material pedido.

Com o edital publicado em 27 de novembro de 2019, o prazo para as obras didáticas do objeto 2 – que se refere às obras por área do conhecimento e obras específicas, eram as seguintes. Para solicitação de acesso ao sistema eles teriam um mês, para cadastrar editores e as obras o prazo seria de 16 dias, sendo o último prazo dentro do prazo do período de solicitação de acesso ao sistema. Além disso, para a entrega dos DVDs – que deveria conter os arquivos da obra cadastrada – seria um período de 4 dias, esse prazo viria a ser poucos dias após a entrega e cadastramento das obras.

Solicitação de acesso ao sistema:	a partir do dia 31 de agosto de 2020 até o dia 30 de setembro de 2020.
Cadastramento dos editores e das obras:	das 9 horas do dia 14 de setembro de 2020 às 18 horas do dia 30 de setembro de 2020.
Entrega dos DVDs:	das 9 horas do dia 05 de outubro de 2020 às 18 horas do dia 09 de outubro de 2020.

Tabela 6: Prazo para cumprimento das etapas de solicitação de acesso ao sistema, cadastramento dos editores e das obras, entrega dos DVDs. (elaboração: autora)

A investigação do atraso para o lançamento do edital e o fato de que as editoras participantes deveriam entregar um material com uma abordagem completamente nova, leva à hipótese de que o atraso na publicação do edital do PNLD 2021 levou as editoras a optarem por autores já “conhecidos”, ou seja, com os quais já haviam trabalhado anteriormente. Esse argumento ganha força ao analisarmos os dados apresentados por Bodart, Esteves e Tavares (2023). O artigo "Perfil autoral dos livros didáticos para o ensino de Sociologia (PNLD 2012-2021)" revela nuances importantes sobre a composição dos autores nas obras aprovadas para o PNLD 2021, que corroboram essa linha de raciocínio.

Uma das principais mudanças no PNLD 2021, como colocado anteriormente, foi a transformação de livros disciplinares em livros únicos divididos por área de conhecimento, exigindo uma abordagem interdisciplinar. No entanto, como apontam os autores, na prática, as obras "continuaram seguindo um formato disciplinar, porém de forma menos organizada" (Bodart; Esteves; Tavares, 2023, p. 9). Essa necessidade de adaptação a um novo formato, somada a um possível atraso na publicação do edital, pode ter gerado uma pressão adicional sobre as editoras, levando-as a buscar soluções mais rápidas e seguras.

Nesse contexto, a escolha por autores já experientes no PNLD surge como uma estratégia lógica. Afinal, como destaca o artigo, houve um aumento no percentual de autores "experientes em relação ao PNLD e atuantes como docentes, no Ensino Médio" (Bodart; Esteves; Tavares, 2023, p. 6). Essa preferência por autores com histórico no programa pode ser explicada pela familiaridade desses profissionais com os critérios de avaliação e as

exigências específicas do PNLD. Ao optarem por autores já conhecidos, as editoras poderiam reduzir os riscos, garantindo a entrega das obras dentro dos prazos estabelecidos.

Em suma, o atraso na publicação do edital, somado às exigências da Reforma do Ensino Médio de 2017, criou um cenário em que as editoras priorizaram a segurança operacional em detrimento da inovação. Assim, consolidou-se um padrão no qual obras “interdisciplinares” são elaboradas por autores com perfis similares ou, como ocorre no caso da *Moderna Plus*, pelos mesmos escritores responsáveis por edições anteriores dos PNLDs, nas quais os livros apresentavam uma organização claramente disciplinar. Dessa forma, como veremos no próximo capítulo, o resultado reflete uma continuidade na abordagem adotada, marcada por desafios na adaptação e renovação do conteúdo.

3.3.5. Critérios para avaliação das obras didáticas por área do conhecimento: como avaliar temas?

No edital de convocação para o PNLD 2021, os critérios eliminatórios específicos são menos extensos em comparação com o edital anterior. Isso se deve ao fato de que, com a reorganização das obras didáticas por área, em vez de disciplinas, os critérios foram unificados. Além disso, é importante considerar o período de homologação da BNCC, que ocorreu em 2017. Nesse contexto, é compreensível que o edital de 2021 seja mais objetivo, focando exclusivamente no cumprimento da BNCC, sem a necessidade de argumentações adicionais, como no edital de 2018.

Entre os critérios, destacam-se a valorização da prática científica, a promoção da prática interdisciplinar, especialmente com as disciplinas de Ciências da Natureza, e a garantia do desenvolvimento do pensamento computacional por meio de diferentes processos cognitivos. Além disso, busca-se proporcionar ao estudante a vivência de práticas de pesquisa características das Ciências Humanas.

1.4.1.6. Explorar conceitos das ciências da humanas e sociais aplicadas para resolver problemas na vida cotidiana do estudante, oferecendo sistematicamente subsídios claros e precisos para a tomada de decisão cientificamente informada.

1.4.1.7. Apresentar propostas de atividades envolvendo o uso de representações diversificadas para a construção e a disponibilização da

informação referente aos processos geográficos, históricos e socioculturais, incluindo modelos matemáticos e computacionais.

1.4.1.10. Trabalhar, em profundidade, com as categorias da área de ciências humanas e sociais aplicadas (tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade; cultura e ética; política e trabalho) por meio de diferentes problemas, atividades e vivências.

1.4.1.12. Trabalhar com limites e potencialidades do relativismo, proporcionando o debate acerca da importância da etnomatemática e da etnociência.

1.4.1.14. Garantir o desenvolvimento do pensamento computacional, por meio de diferentes processos cognitivos (analisar, compreender, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções) ao longo dos seis volumes. (BRASIL, 2019, p. 84)

Com base nesses critérios, podemos compreender uma área de Ciências Humanas que, apesar de ser vasta e abrangente, parece dispersa e com um enfoque peculiar. O edital propõe a aplicação de metodologias e o incentivo a práticas de pesquisa que, embora valiosas, talvez não sejam tão viáveis em determinadas situações. Por exemplo, dentre as inúmeras práticas de pesquisa que o edital espera que o estudante experiencie ao menos uma vez, estão grupo focal; construção e uso de amostragens; construção e uso de questionários; revisão bibliográfica e pesquisa-ação. Mesmo sendo práticas interessantes, a realidade escolar brasileira pode não possibilitar que todas as práticas possam ser aplicadas.

A proposta para as Ciências Humanas enfatiza a integração com outras áreas do conhecimento, especialmente com a área de Ciências da Natureza, conforme destacado no próprio edital. Essa abordagem busca integrar um modelo lógico, como o pensamento computacional, ao ensino das Ciências Humanas, criando possibilidades de conexão entre diferentes campos do saber. Um exemplo claro dessa proposta é a inclusão de uma obra didática intitulada “*Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em Diálogo com a Matemática*”. Essa conexão sugere uma nova forma de ensino e compreensão das Ciências Humanas, onde querem abrir espaço para um diálogo mais estreito entre as ciências exatas e as sociais.

Ao longo do edital, observa-se um *incentivo* constante, quase apelativo, para que a área de Ciências Humanas seja integrada às áreas de Ciências da Natureza e Matemática. Não entendemos que esse apelo seja por acaso ou somente uma questão de fortalecer a interdisciplinaridade (carro-chefe do NEM), a hipótese é de que estejam em uma tentativa de atribuir às ciências humanas ao sentido da utilidade prática, o “conhecimento útil”, *útil* para a vida cotidiana, para o mercado de trabalho.

3.4. Novos rumos: como as alterações no edital para o PNLD 2021 redefinem o legado de 2018

O Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018 e o edital publicado em 2019, que a ganha um novo nome – Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2021, possuem semelhanças e diferenças que vão além de suas nomenclaturas.

Ao longo deste capítulo, exploramos as mudanças estruturais e conceituais entre os dois editais, identificando como elas impactam o Programa e a produção dos materiais didáticos. Uma das alterações mais evidentes é a ampliação do escopo do PNLD em 2021, que passou a incluir não apenas obras didáticas, mas também literárias e obras desenvolvidas para gestores. Essa mudança reflete um esforço em modernizar o programa, alinhando-o às novas demandas educacionais (que vieram principalmente com a Reforma de 2017).

No entanto, essa ampliação trouxe alguns desafios, especialmente no que diz respeito à clareza e objetividade dos critérios estabelecidos. Enquanto o edital de 2018 apresentava diretrizes mais específicas sobre quem poderia participar do processo, o edital de 2021 adotou uma linguagem mais genérica, utilizando termos como "participantes", "interessados", sem delimitar claramente os perfis esperados. Essa falta de precisão pode gerar ambiguidades, dificultando a compreensão por parte das editoras e outros interessados, além de comprometer a transparência do processo de convocação.

Outro ponto é a relação entre os prazos estabelecidos pelo edital e a capacidade das editoras de se adaptarem às novas exigências. O tempo reduzido para a elaboração dos materiais devido ao atraso na publicação do edital pode ter levado as editoras a priorizarem soluções rápidas, como a reutilização de autores que já haviam participado de livros escolhidos no Programa.

Com relação à natureza da interdisciplinaridade com base na análise do edital do PNLD 2021, percebe-se que a interdisciplinaridade, embora valorizada e explicitamente incentivada, apresenta uma natureza complexa e muitas vezes contraditória. O edital busca integrar as Ciências Humanas com as Ciências da Natureza e a Matemática, propondo práticas investigativas e o desenvolvimento do pensamento computacional, o que indica uma tentativa

de aproximar saberes tradicionais das ciências sociais a metodologias consideradas mais “objetivas” ou “práticas”. No entanto, essa ênfase revela lacunas, pois o documento não explora suficientemente as especificidades dos campos de conhecimento nem as condições reais das escolas para implementar todas as práticas sugeridas. Além disso, a insistência na integração com áreas consideradas mais “úteis” para o mercado e a vida cotidiana sugere que a interdisciplinaridade, apesar de seu potencial, pode estar sendo instrumentalizada para priorizar uma visão utilitarista do conhecimento, em detrimento de abordagens mais críticas e diversas. Dessa forma, o edital apresenta uma interdisciplinaridade cujo significado e aplicação permanecem ambíguos e, em certa medida, omissos, exigindo atenção e reflexão aprofundada sobre como esses princípios serão efetivamente incorporados na prática educacional.

Essas mudanças não são meramente formais; elas têm implicações diretas na qualidade dos materiais oferecidos às escolas públicas brasileiras. A falta de clareza nos critérios, o atraso na publicação do edital, a falta de tempo das editoras para elaborar um material novo podem resultar na reciclagem de conteúdos dos manuais didáticos anteriores, livros superficiais e ainda dividido por disciplinas (algo não desejado após a Reforma de 2017). Para que o PNLD continue cumprindo seu papel essencial na promoção da educação pública, é fundamental que futuros editais retomem a clareza nas diretrizes. Por fim, as mudanças vindas com o PNLD 2021 trazem desafios que precisam ser enfrentados para garantir que o programa continue sendo uma ferramenta eficaz para democratizar o acesso à educação de qualidade.

4 ANÁLISE DA COLEÇÃO DE LIVROS MODERNA PLUS

Neste capítulo, será realizada uma análise da coleção de livros didáticos *Moderna Plus*, da Editora Moderna, aprovada para o PNLD 2021. O capítulo se organiza em, fundamentalmente, três operações analíticas.

Primeiramente, para situar o leitor no contexto editorial, inicia-se com uma breve apresentação da Editora Moderna e do Grupo Santillana, conglomerado de empresas espanhol ao qual pertence desde 1991. Em seguida, descreve-se a estrutura e as principais

características da coleção *Moderna Plus*, destacando sua proposta pedagógica e os temas abordados em seus seis volumes.

A partir desse panorama, passa-se à análise detalhada da coleção, orientada pelas categorias de Meucci (2020): examinam-se, primeiramente, os processos de institucionalização, considerando os mecanismos de formalização, validação e legitimação do conhecimento presentes nos livros. Em um segundo momento, investigam-se as dinâmicas de rotinização, observando como determinados conteúdos, práticas e sentidos são estabilizados e reiterados ao longo da coleção. Essa abordagem permite evidenciar tanto os elementos de continuidade e padronização quanto às possíveis tensões e contradições entre a proposta interdisciplinar da coleção e as exigências institucionais do campo educacional. Além disso, analisamos a dimensão dos campos disciplinares, observando como eles se organizam. Nessa dimensão, são levantados os seguintes questionamentos: a) há uma hierarquia de disciplinas nos livros? b) quais são os campos disciplinares que constituem a obra? c) como os temas são organizados dentro desses campos? Esses questionamentos e essa dimensão foram incorporados com base na proposta de Meucci (2020), para compreendermos melhor o objeto desta investigação.

4.1 Editora Moderna e Grupo Santillana: perfil e alcance

A Editora Moderna integra o Grupo Santillana, um conglomerado espanhol presente em 22 países e com mais de 60 anos de atuação no mercado educacional. Fundada em 1960 pelo empresário Jesús de Polanco, a Santillana teve início na Espanha com a publicação de manuais, cartilhas de alfabetização e livros infantis, expandindo-se rapidamente pela América Latina, tendo a Argentina como sua primeira sede no continente em 1963.

A Editora Moderna foi criada em 1968, no Brasil, pelo professor Ricardo Feltre, inicialmente focada em livros didáticos para o Ensino Médio, então denominado 2º grau. Na década de 1980, ampliou seu catálogo para incluir publicações infantis e, atualmente, atende desde a educação infantil até o pré-vestibular, adotando uma visão que compreende a escola como um ecossistema único.

Em 1991, a Santillana firmou parceria com a Universidad de Salamanca para a criação de livros didáticos, e somente em 2001 incorporou oficialmente a Editora Moderna ao seu grupo. Desde então, a Moderna consolidou-se como uma das principais editoras do Brasil,

destacando-se no Programa Nacional do Livro Didático. Segundo dados oficiais do Grupo Santillana, a empresa possui presença em 22 países, impactando mais de 60 milhões de pessoas. No Brasil, seus materiais chegam a 132 mil escolas, 1,7 milhão de professores e 27 milhões de alunos.

No PNLD 2018, a Editora Moderna foi a que obteve o maior número de disciplinas aprovadas para o Ensino Médio, com quatro obras selecionadas dentre as 14 aprovadas naquele ano. Em segundo lugar, empatam as editoras do Brasil e FTD, com duas obras aprovadas cada uma.

Além disso, a editora não apenas detém um significativo poder financeiro no mercado editorial brasileiro, como também possui determinado prestígio, evidenciada pela presença de autores renomados em seu catálogo. Um exemplo emblemático é Leandro Karnal, historiador e professor reconhecido nacionalmente, cujas obras fazem parte da coleção de livros didáticos da editora. A inclusão de Karnal reforça o prestígio intelectual da Moderna, uma vez que, por meio de suas publicações, que abordam temas contemporâneos e reflexões profundas sobre a história e a sociedade, Karnal ajuda a consolidar a editora como uma referência não apenas comercial, mas também cultural e pedagógica no cenário educacional brasileiro.

4.2 Adaptação da Editora Moderna às exigências do PNLD 2021: entre interdisciplinaridade e continuidade disciplinar

O PNLD para o Ensino Médio de 2021 representou, como mencionado anteriormente, uma proposta que rompeu com as edições anteriores, as quais seguiam uma tradição de livros disciplinares. Diante dessa nova diretriz, as editoras precisaram reinventar seus livros inscritos para o PNLD e adequar-se às exigências do edital de 2021. No caso da Editora Moderna, observou-se uma estratégia voltada a tornar o processo de adaptação às novas obras menos desconfortável, buscando gerar familiaridade na forma de apresentação dos livros para professores e gestores escolares. Essa estratégia fica evidente na maneira como as coleções são apresentadas no site oficial da editora, facilitando o entendimento e a aceitação das mudanças por parte dos usuários.

Parte dessa preocupação vem do próprio edital de convocação do PNLD 2021, que pedia um material mais específico para os gestores e os livros de Formação Continuada que

era voltado não somente para gestores, mas também professores das escolas que tratassem sobre o Novo Ensino Médio e sugerissem formas de implementar a Reforma.

As obras de formação continuada representam um ineditismo do PNLD 2021 e surgiram da necessidade de subsidiar, de forma mais expressiva, os professores e gestores escolares perante os desafios intrínsecos ao Novo Ensino Médio. (BRASIL, 2019, p. 9)

Nesse sentido, um dos principais objetivos das obras de formação continuada é auxiliar tanto os professores quanto a equipe gestora a promover vivências efetivas de integração dos componentes curriculares. Contudo, essas vivências só serão, de fato, efetivas se forem considerados simultaneamente outros aspectos igualmente importantes do Novo Ensino Médio, como o imperativo de se formar os estudantes integralmente (o que pressupõe trabalhar seriamente com o socioemocional) e de posicioná-los no centro do processo de ensino e aprendizagem (o que pressupõe o uso constante e fundamentado de metodologias ativas). (BRASIL, 2019, p. 89)

Contudo, a editora não assumiu um papel passivo no PNLD. No Suplemento ao Professor – que será analisado mais adiante –, foi disponibilizado um material voltado a minimizar o desconforto gerado pela proposta de interdisciplinaridade, que sustenta toda a estrutura das novas obras didáticas, material esse que não foi solicitado explicitamente pelo edital de 2021. Além disso, a editora tomou iniciativas por meio de conteúdos disponibilizados abertamente em seu site. Como os professores poderiam trabalhar com os novos livros? Aqueles que sempre atuaram, desde a formação universitária, em campos disciplinares tradicionais, como reagiriam a esse novo formato? Pensando em facilitar essa transição, a editora oferece no seu site – acessível ao público – um tipo de “guia” que ajuda a compreender os novos livros didáticos e permite que os docentes identifiquem claramente a que disciplinas cada conteúdo pertence. O site também apresenta toda a coleção, detalhando a proposta pedagógica e destacando as características principais de cada obra aprovada.

No caso da coleção *Moderna Plus* – escolhida para ser aqui trabalhada – é composta por seis volumes temáticos que abrangem disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Conforme informações da editora, a proposta pedagógica da coleção busca proporcionar uma experiência de aprendizado abrangente para estudantes do Ensino Médio, promovendo a apropriação de diferentes métodos de pesquisa e atividades diversificadas para consolidar o conhecimento. De acordo com a editora, a coleção também estimula a interpretação crítica dos conteúdos e valoriza a formação continuada dos professores, contribuindo para uma educação mais completa e profissional.

The image shows a screenshot of the Moderna Plus website. At the top, there is a navigation bar with links for 'Ir para o conteúdo [1]', 'Ir para o menu [2]', 'Ir para a busca [3]', and 'Ir para o rodapé [4]'. On the right side of the navigation bar, there are accessibility options: 'Acessibilidade', 'Livro acessível', and font size controls 'A+', 'A-', and a search icon. Below the navigation bar, the logo 'MODERNA | PNLD' is on the left, and the menu items 'EDUCAÇÃO INFANTIL', 'FUNDAMENTAL 1 NOVO', 'FUNDAMENTAL 2 NOVO', and 'EJA NOVO' are in the center. A search bar with the placeholder text 'Pesquise por conteúdo ou palavra-chave' and a search icon is located below the menu. The main content area features the title 'Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas' in a large, bold font. Below the title, a list of authors is displayed: AFRÂNIO SILVA, BRUNO LOUREIRO, CASSIA MIRANDA, FÁTIMA FERREIRA, LIER PIRES FERREIRA, LYGIA TERRA, MARCELA M. SERRANO, MARCELO ARAÚJO, MARCELO COSTA, MARIA LÚCIA DE ARRUDA ARANHA, MARTHA NOGUEIRA, MYRIAM BECHO MOTA, OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA, PATRÍCIA RAMOS BRAICK, PAULA MENEZES, RAPHAEL M. C. CORRÊA, RAUL BORGES GUIMARÃES, REGINA ARAUJO, RODRIGO PAIN, ROGÉRIO LIMA, TATIANA BUKOWITZ, THIAGO ESTEVES, VINICIUS MAYO PIRES. Below the authors' names, there is a section titled 'Proposta pedagógica' with a list of six bullet points describing the pedagogical proposal.

Figura 3 - Proposta pedagógica da coleção Moderna Plus. (fonte: página do site Moderna⁶)

A Editora Moderna disponibiliza em seu site um recurso denominado “mapa mental” para cada volume. Esse “mapa mental” indica a quais disciplinas pertencem os capítulos, auxiliando os professores no planejamento das aulas e na organização do conteúdo. Tal recurso evidencia que, mesmo buscando superar a fragmentação disciplinar, as divisões tradicionais ainda se fazem presentes e são reforçadas pela própria editora, que considera necessário explicitar essas relações disciplinares para facilitar o uso do material em sala de aula. O acesso aos mapas mentais é feito por meio do ícone “Enxergue suas disciplinas!”, disponível na aba de apresentação da coleção no site da Editora Moderna. Ao clicar nesse ícone, o usuário é direcionado a uma apresentação em formato *PowerPoint* que detalha a distribuição dos capítulos por disciplina, oferecendo uma ferramenta prática para o acompanhamento interdisciplinar da coleção.

⁶ Disponível em:

<<https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/moderna-plus>>. Acesso em: 12 de out de 2024.

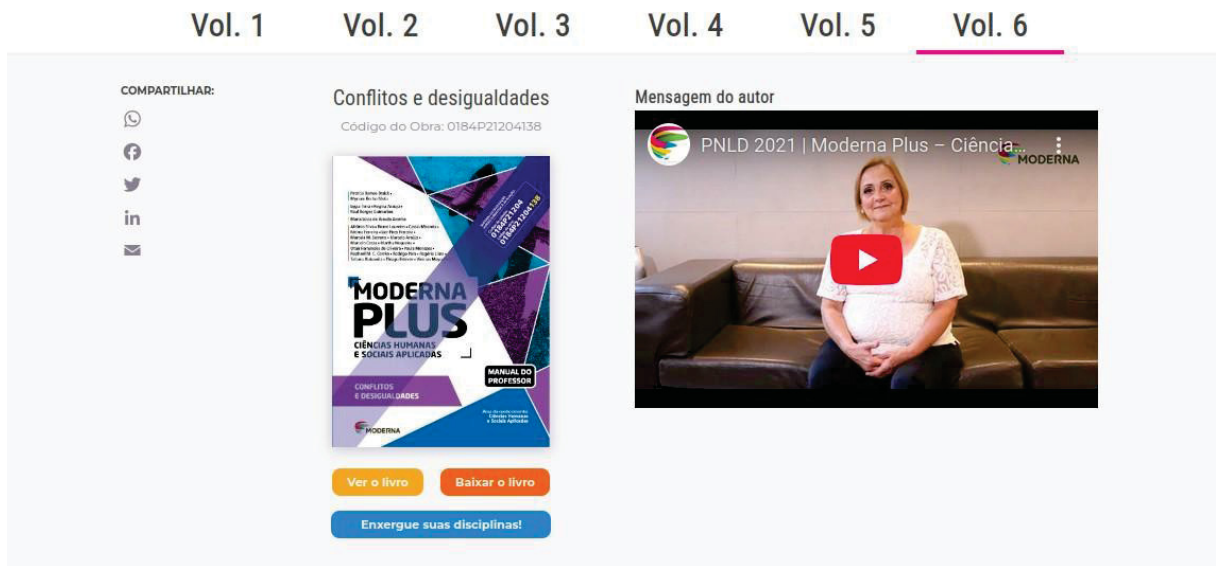


Figura 4: Visualização do ícone “Enxergue suas disciplinas!” (fonte: página do site Moderna⁷)

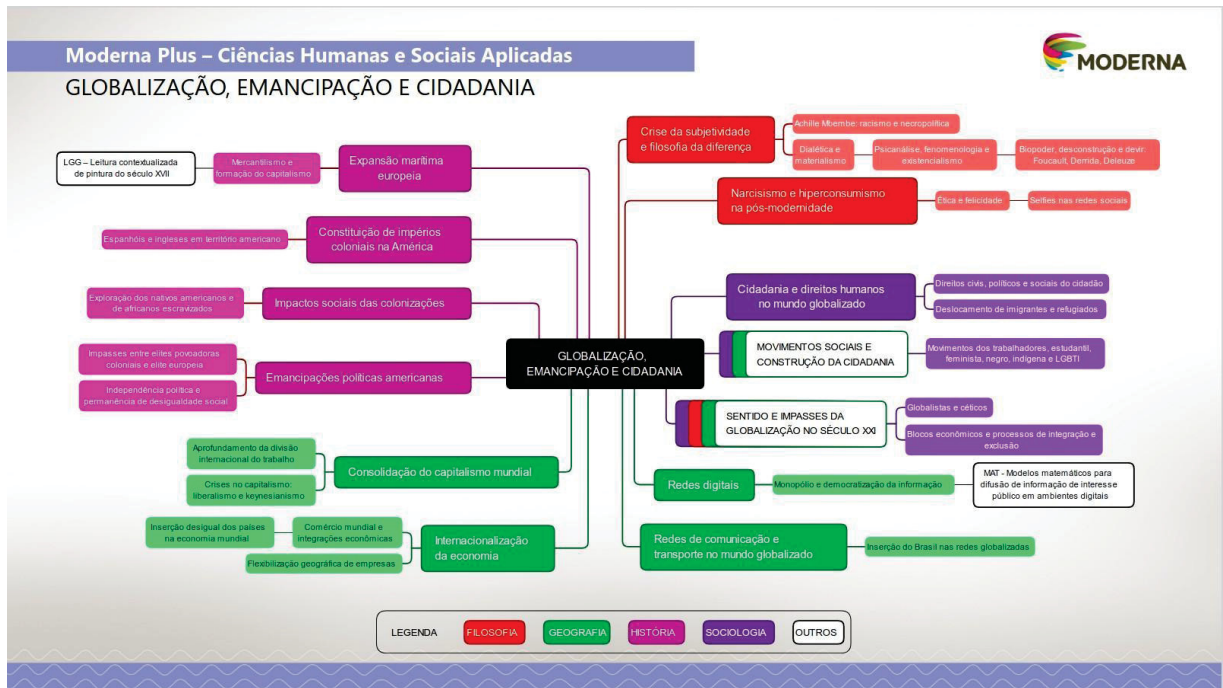


Figura 5: Exemplo de um mapa mental disponibilizado pela editora. (fonte: Editora Moderna)

⁷ Disponível em: <<https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/moderna-plus>>. Acesso em: 12 de out de 2024.

A atuação da editora no contexto do PNLD 2021 evidencia a tensão entre a proposta oficial de interdisciplinaridade e a manutenção das estruturas disciplinares tradicionais. Aqui é interessante olharmos para o que a Reforma pode nos dizer sobre a interdisciplinaridade. Ao olharmos para o edital do PNLD de 2021, por exemplo, ele não deixa explícito o que seria a interdisciplinaridade, mas deixa claro que a formação docente inicial não acompanharia esse novo modelo promovido pela Reforma, por isso a necessidade de obras de formação continuada para professores e gestores escolares.

As obras de formação continuada representam um ineditismo do PNLD 2021 e surgiram da necessidade de subsidiar, de forma mais expressiva, os professores e gestores escolares perante os desafios intrínsecos ao Novo Ensino Médio. Como descrito no texto introdutório dos critérios eliminatórios comuns, o ensino médio se transformará profundamente, o que exigirá tanto dos professores quanto da equipe gestora uma capacidade de adaptação igualmente profunda. Certamente, um grande desafio a ser enfrentado por esses profissionais diz respeito a construção de novas relações de ensino e aprendizagem estruturadas em áreas de conhecimento, conforme o disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); afinal, na formação inicial da maioria dos docentes brasileiros não há espaço para a vivência efetiva da interdisciplinaridade. (BRASIL, 2019, p. 89)

No entanto, podemos compreender o que seria interdisciplinaridade para os reformadores, através do livro didático e da BNCC. Essa interdisciplinaridade seria uma flexibilização das fronteiras do saber, por isso os livros não são organizados por disciplinas, mas sim por áreas do conhecimento. Essa concepção retoma princípios já estabelecidos na reforma curricular ao final dos anos 90, a qual se valeu da pedagogia das competências, baseada em uma releitura das quatro grandes necessidades de aprendizagem relatadas pela UNESCO, como "aprender a conhecer" e "aprender a fazer" (Ramos, 2011, p. 774).

Ao vermos nos livros, a proposta se resume basicamente a: "Como um tema pode ser trabalhado pela perspectiva de diversas disciplinas?". Embora esse conceito seja interessante, a história das reformas curriculares aponta que a interdisciplinaridade, nesse formato, tende à sua redução a um recurso didático (Ramos, 2011, p. 775). Tal redução, ainda de acordo com Ramos, tem como principal objetivo conectar as disciplinas por meio de atividades ou projetos que envolvam estudo, pesquisa e ação.

Isso levanta sérias questões sobre a profundidade da integração: Uma disciplina não ganharia mais destaque do que a outra? Seria possível algum tipo de formação de hierarquias de disciplinas, com uma aparecendo mais ou sendo mais acionada do que a outra? Marise

Nogueira Ramos (2011) adverte que, se o trabalho pedagógico interdisciplinar for deixado somente no plano metodológico (o "primeiro plano"), ele pode não alcançar a formação integrada, limitando-se à formalização das conexões entre os conteúdos de ensino de diversas disciplinas e/ou entre esses conteúdos e situações e simulações da realidade, que seria, de acordo com Ramos, uma prática comum.

Além disso, o Novo Ensino Médio tratou essa interdisciplinaridade para além de algo necessário para ajudar a sanar as problemáticas enfrentadas pelo Ensino Médio (de acordo com os reformadores, tínhamos um ensino que não dialogava com o estudante, que não o preparava para os desafios da vida e do trabalho) mas como uma abordagem nova e, em alguns momentos, passa a sensação de ser algo considerado até mesmo revolucionário para a educação brasileira. Contudo, essa ênfase na "reificação de atividades e métodos ativos para tornar o currículo interessante aos estudantes" (Ramos, 2011, p. 779) manifesta uma apologia ao metodologismo e ao cognitivismo. Essa perspectiva instrumentalista prioriza a metodologia, o que, conseqüentemente, secundariza o acesso ao conhecimento sistematizado e historicamente acumulado, que é a dimensão mais importante da escola (Ramos, 2011, p. 783).

O que apontaremos mais adiante é que, ao falar sobre interdisciplinaridade, os reformadores, na realidade, referem-se à *desdisciplinarização*, ou seja, à desmontagem da lógica disciplinar consolidada nas escolas. Esse desmanche de fato ocorreu, mas não sem que percebêssemos a complexidade envolvida para que ele acontecesse.

Assim, para complementar mais a equação dessa tensão causada pelo NEM, entre essa "interdisciplinaridade" e a continuidade disciplinar, o edital tenha incentivado mudanças radicais, a editora adotou estratégias para suavizar o impacto dessas transformações, como a oferta de "guias" e "mapas mentais" que explicitam a vinculação dos conteúdos a disciplinas específicas. Essa abordagem demonstra que, apesar do discurso inovador, a fragmentação disciplinar ainda prevalece, refletindo um desafio estrutural do sistema educacional brasileiro: a dificuldade de efetivar mudanças que realmente ultrapassem a lógica disciplinar estabelecida.

Além disso, a redução do conteúdo em alguns volumes, como será apontado em frente, pode resultar em uma abordagem superficial de temas essenciais. Essa diminuição do aprofundamento conceitual pode enfraquecer a formação crítica dos alunos, contrariando os objetivos declarados de uma educação integral, crítica e emancipatória.

Portanto, embora a Editora Moderna tenha adotado medidas para facilitar a transição ao novo formato do PNLD, a reorganização dos livros e a oferta de recursos explicativos não bastam para superar as resistências impostas pela tradição disciplinar e pelas condições institucionais vigentes. A efetiva implementação da interdisciplinaridade no Ensino Médio brasileiro exigiria mudanças estruturais na formação docente, na configuração da carreira docente, no currículo escolar e nas políticas educacionais, promovendo uma cultura pedagógica que integre saberes e práticas de forma crítica e benéfica para todos.

4.3 Institucionalização: estruturas e formalização do conhecimento

Seguindo a metodologia de Meucci (2020), que analisa livros didáticos a partir da sociologia configuracional e do conhecimento, iniciamos a análise da coleção *Moderna Plus*, voltada para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A primeira variável de nossa análise é a de formalização, seguindo a operação metodológica de institucionalização. Nela, iremos compreender os aspectos de definição e apresentação dos conteúdos. Dentro dessa operação, seguiremos as ações analíticas propostas por Meucci (2020), que consistem em perceber as formas de formalização dos conteúdos: referências ao currículo, aspecto gráfico e gênero de escrita. Segundo a autora, a análise deve considerar os critérios de seleção e os modos de apresentação dos conteúdos.

A tarefa aqui é responder acerca da maneira como se institui um campo de saber em dois atos: nos fundamentos da síntese de ideias e abordagens e nos recursos para transmiti-las. Inclui a análise do texto, das justificativas e modos de seleção do conteúdo em relação às agências definidoras e o escrutínio dos componentes do textuais, inclusive os aspectos relacionados à manipulação do livro. Compreende, pois, a análise dos critérios de seleção em relação ao currículo vigente (ou aos currículos vigentes), as técnicas de linguagem, às propriedades gráficas, as referências acionadas, a sequência e as técnicas de exposição e as unidades do textuais. (Meucci, 2020, p. 10)

Dando continuidade à análise metodológica proposta por Meucci, é fundamental compreender como esses materiais dialogam com os documentos normativos que orientam o currículo nacional. Nesse sentido, abordaremos em sequência, os mecanismos de validação e certificação, com foco na Base Nacional Comum Curricular e sua influência direta na elaboração e estruturação dos manuais didáticos, evidenciando como a BNCC atua como referência central para a seleção e organização dos conteúdos escolares.

4.3.1 Mecanismos de validação e certificação: a BNCC no manual didático

Ao atentarmos para a relação entre as agências definidoras do currículo e sua presença na coleção *Moderna Plus*, percebemos que, no início de cada volume, são apresentadas as habilidades e competências previstas na BNCC, contextualizando os conteúdos, temáticas e conceitos abordados. Além disso, o livro reserva seções específicas para tratar da Base, funcionando como uma espécie de validação do conteúdo, ao mesmo tempo em que esclarece sua origem e fundamentação.

No material de suporte ao professor, há um capítulo detalhado sobre as competências e habilidades da BNCC, enquanto na seção *Introdução aos estudos*, logo após o sumário, são explicitados os objetivos do volume, ou seja, as metas a serem alcançadas com os conhecimentos apresentados.

A seção intitulada *Objetivos* tem como propósito principal orientar o leitor quanto às metas de aprendizagem, apresentando de forma clara e organizada os conhecimentos, habilidades e atitudes que os estudantes devem desenvolver. Essa seção funciona como um guia, na tentativa de direcionar o foco do aprendizado, estabelecer expectativas e facilitar o planejamento pedagógico, contribuindo para que professores e alunos compreendam o sentido e a importância dos temas, promovendo um estudo mais consciente, intencional e alinhado aos propósitos educacionais da coleção – que está alinhada a BNCC.

Logo após a apresentação dos objetivos, encontra-se a seção *Justificativa*, que explica a relevância do tema abordado, contextualizando sua importância e sensibilizando o estudante. Por exemplo, o volume 1 (Natureza em transformação), sensibiliza para a conexão constante entre seres humanos e natureza, mesmo em ambientes urbanos. Essa justificativa evidencia os impactos das ações humanas no meio ambiente e a necessidade de compreender essas interações para promover um equilíbrio sustentável. Assim, motiva o estudo ao destacar a urgência de desenvolver uma consciência crítica e responsável frente às transformações ambientais e sociais, fundamentando o propósito educativo do conteúdo.

Por fim, a coleção apresenta a descrição das competências e habilidades da BNCC que serão acionadas, incluindo os códigos correspondentes. São indicadas as competências gerais da Educação Básica, as específicas e as habilidades relacionadas às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de competências e habilidades específicas de outras áreas, demonstrando a interdisciplinaridade com outras áreas presentes nos volumes.

Além da BNCC, reconhecida como a principal agência definidora do currículo nacional, é fundamental considerar o papel dos órgãos reguladores, como o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, enquanto fontes legítimas de autoridade no campo educacional. O PNLD, em particular, consolidou-se não apenas como um programa de distribuição de livros, mas como um símbolo de excelência e uma política pública abrangente que legitima e certifica os materiais didáticos aprovados.

Quando uma editora consegue a aprovação e, por consequência, o selo do PNLD que estampa a capa do livro didático, essa certificação funciona como um reconhecimento oficial da qualidade e da conformidade do conteúdo com as diretrizes curriculares vigentes, especialmente com a BNCC. Isso confere ao livro uma autoridade simbólica e prática, indicando que o conhecimento ali presente é considerado válido e relevante para o ensino formal. Assim, o PNLD atua como um filtro e um selo de confiança, influenciando diretamente as escolhas das escolas e professores, além de orientar a produção editorial para atender às exigências normativas e pedagógicas estabelecidas pelo MEC.

Essa dinâmica evidencia como a BNCC, ao estabelecer os parâmetros curriculares, e o PNLD, ao regular e certificar os materiais didáticos, procuram atuar conjuntamente para padronizar a educação no país, apesar de que por vezes possam entrar em contradição. A autoridade desses órgãos impacta a produção editorial, restringindo a margem de manobra das editoras e orientando-as a alinhar seus conteúdos às competências e habilidades definidas na BNCC, garantindo assim a coerência e a uniformidade do ensino em âmbito nacional.

4.3.2 Estrutura textual

Para compreender a organização interna da coleção, iniciamos pela análise da divisão dos capítulos, da numeração das páginas e das seções e exercícios. Conforme já mencionado, a coleção *Moderna Plus* é composta por seis volumes temáticos, cada um estruturado em seis capítulos distribuídos em 160 páginas, totalizando 244 páginas quando incluído o material de Suporte ao Professor, que é incorporado junto ao volume. Os capítulos têm, em média, 20 páginas, com variações entre 19 e 27 páginas. Os seis volumes são:

- Vol 1. Natureza em transformação;
- Vol 2. Globalização, emancipação e cidadania;
- Vol 3. Trabalho, ciência e tecnologia;

- Vol 4. Poder e Política;
- Vol 5. Sociedade, política e cultura;
- Vol 6. Conflitos e desigualdades.

Volumes	Capítulos
Vol 1. Natureza em transformação	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: Natureza e formação da humanidade. - Capítulo 2: Os recursos naturais e as primeiras civilizações. - Capítulo 3: Perspectiva sobre a natureza. - Capítulo 4: Tempos da natureza e ação antrópica. - Capítulo 5: Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental. - Capítulo 6: Sociedade e meio ambiente.
Vol 2. Globalização, emancipação e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: Atlântico: o encontro de três mundos. - Capítulo 2: A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola. - Capítulo 3: Economia global e trocas desiguais. - Capítulo 4: O mundo em rede. - Capítulo 5: Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas. - Capítulo 6: O sujeito em transformação.
Vol 3. Trabalho, ciência e tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: O saber e a ação humana no mundo. - Capítulo 2: Mundo do trabalho e desigualdade social. - Capítulo 3: Formas e relações de trabalho ao longo do tempo . - Capítulo 4: A divisão internacional do trabalho e a mão de obra global. - Capítulo 5: O trabalho no Brasil: uma abordagem histórica. - Capítulo 6: Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI.
Vol 4. Poder e Política	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: Conceitos fundamentais de filosofia política. - Capítulo 2: Poder, política e democracia. - Capítulo 3: Estados modernos: das monarquias absolutistas ao Império Napoleônico. - Capítulo 4: Revoluções liberais e teorias políticas do século XIX. - Capítulo 5: Territórios e fronteiras dos

	<ul style="list-style-type: none"> - Estados Nacionais. - Capítulo 6: Fronteiras estratégicas e disputas territoriais.
Vol 5. Sociedade, política e cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: Cultura: uma trajetória humana. - Capítulo 2: Indivíduo, sociedade e cultura. - Capítulo 3: Migrações, sociedades multiculturais. - Capítulo 4: Brasil: diversidade cultural. - Capítulo 5: Formação da nação brasileira: da independência à Primeira República. - Capítulo 6: Brasil republicano e ditaduras na América Latina.
Vol 6. Conflitos e desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: O mundo em conflito: a transição do século XIX para o século XX. - Capítulo 2: Totalitarismos e Segunda Guerra Mundial. - Capítulo 3: A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais. - Capítulo 4: Conflitos regionais na ordem global. - Capítulo 5: Violência e direitos humanos. - Capítulo 6: Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea.

Tabela 7: A coleção Moderna Plus e seus capítulos. (elaboração: autora)

O livro oferece uma variedade de recursos didático-pedagógicos organizados em seções específicas, cada uma com funções pedagógicas distintas. A seção ***Início de conversa*** apresenta uma situação ilustrada acompanhada de provocações que estimulam a reflexão e o compartilhamento entre os estudantes, favorecendo a ativação de seus conhecimentos prévios. Em ***Trocando ideias***, os conteúdos do capítulo são relacionados à realidade social dos alunos, incentivando o pensamento crítico e ampliando a capacidade de argumentação oral. A seção ***Você pesquisador*** propõe práticas de pesquisa integradas aos temas estudados, posicionando o estudante como protagonista na construção do conhecimento, desenvolvendo sua autonomia e valorizando a investigação científica.

Já ***Ciência em contexto*** apresenta estudos, métodos e técnicas da produção científica vinculados ao tema, promovendo a contextualização e problematização da ciência e tecnologia, com ênfase nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A seção ***Em pauta*** estimula leituras e debates sobre temas atuais por meio de textos jornalísticos e institucionais, despertando a reflexão crítica.

Em *Trabalho com fontes*, os estudantes são orientados a analisar documentos por meio de questões que auxiliam na identificação, contextualização, interpretação e análise das fontes. O *Infográfico* aprofunda um tema do capítulo por meio de elementos gráfico-visuais, exercitando a competência leitora. Por fim, *Movimentação*, presente ao final de cada volume, oferece propostas de trabalho colaborativo para promover a intervenção cidadã dos estudantes, desenvolvendo competências e habilidades, com orientações detalhadas no manual do professor.

Quanto aos elementos visuais, o livro incorpora diversos recursos visuais e gráficos que desempenham papel fundamental na apresentação e compreensão dos conteúdos, contribuindo para tornar o aprendizado mais significativo e acessível. Ainda, apontamos para o fato de que a análise de elementos visuais são importantes não apenas por complementarem o texto, mas também por contribuírem para diversificar as formas de acesso à informação, podendo atender a diferentes estilos de aprendizagem, além de integrarem a linguagem do livro e introduzirem o texto.

As tirinhas, por exemplo, são utilizadas estrategicamente para estimular a análise crítica dos estudantes, promovendo o engajamento e facilitando a reflexão sobre os temas abordados. Além disso, outro importante recurso visual é o fato de que os conceitos centrais são destacados ao longo do texto por meio de marcações, realces e destaques gráficos, o que facilita a identificação rápida dos pontos mais relevantes.

Os mapas são outro recurso importante, empregados para representar fronteiras, territórios e dinâmicas espaciais, possibilitando que os alunos compreendam a dimensão geográfica dos fenômenos históricos, sociais e políticos estudados. As imagens, por sua vez, ilustram exemplos concretos, fatos históricos, artefatos culturais e científicos, além de colaborar para a construção do imaginário dos estudantes em relação aos temas, o que contribui para a experiência visual e cognitiva.

Com relação à linguagem, a coleção *Moderna Plus* apresenta uma linguagem clara, objetiva e voltada ao público jovem. O texto é elaborado para instigar a curiosidade dos estudantes, por meio de perguntas provocativas que auxiliam o professor no desenvolvimento das aulas. A linguagem adotada pela coleção combina um tom instrutivo, que orienta e estabelece normas e diretrizes para o ensino e aprendizagem, com um tom de diálogo, que busca estabelecer uma comunicação próxima com o estudante.

Dessa maneira, as linguagens presentes nos volumes da *Moderna Plus* combinam diferentes recursos: da ciência, do jornalismo, do entretenimento com uma perspectiva

também bastante informal. Há, também, um incentivo a reflexão e o questionamento, busca-se uma construção ativa do conhecimento, valorizando as experiências e os contextos dos alunos. Por exemplo, existem seções que estimulam os estudantes a refletir, discutir e relacionar o conteúdo estudado com sua própria vida cotidiana. O livro também procura superar uma barreira essencial que é a comunicação e o engajamento do jovem, para isso adota uma linguagem mais informal, como em “Trocando ideias” e “Você pesquisador”. Essa estratégia parece visar despertar o interesse pelo conteúdo e pela aula, fazendo com que os estudantes percebam que os conceitos apresentados podem ajudá-los a compreender melhor a sua própria realidade. Através dessa abordagem, podemos entender que o livro didático é um ponto de partida e suporte em sala de aula, permitindo que os professores acessem o conteúdo de forma a estabelecer conexões significativas entre os conceitos apresentados e a realidade dos estudantes.

De modo geral, a linguagem dos volumes é clara, formal e direta, adequada ao perfil dos jovens dessa etapa. O texto busca ser didático e preciso, facilitando a compreensão de conteúdos complexos sem perder o rigor conceitual necessário. Para isso, utiliza diferentes gêneros textuais – expositivo, argumentativo, narrativo e descritivo – que, como colocado acima, além de aproximar os conteúdos da realidade dos alunos, também estimulam habilidades de leitura, interpretação e produção textual.

Por fim, os livros didáticos da coleção recorrem a recursos visuais, exemplos contextualizados e atividades que tentam estimular o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes. Dessa forma, a linguagem desses materiais busca atender as demandas cognitivas e sociais dos jovens, no esforço de contribuir para sua formação acadêmica e cidadã.

4.4 Estabilidade e estatuto do conhecimento: há estabilidade do conhecimento de Ciências Humanas após a Reforma?

Com base no conceito de rotinização apresentado por Simone Meucci, a análise dos livros didáticos deve considerar como o conhecimento é estabilizado e passa a circular de maneira padronizada e repetitiva no contexto escolar. A rotinização, segundo Meucci (2020), refere-se aos processos pelos quais determinados conteúdos, abordagens e práticas pedagógicas se tornam recorrentes e normalizados, consolidando-se como parte do repertório escolar e orientando tanto a produção quanto o consumo dos livros didáticos.

No caso analisado, observa-se que a rotinização se manifesta na forma como os livros didáticos integram atualizações e mudanças no conhecimento. Embora haja uma preocupação em atualizar dados estatísticos e mencionar eventos recentes, como protestos sociais ou novas legislações, essas atualizações são, em geral, tratadas de modo protocolar. O foco permanece na manutenção de teorias clássicas, que, embora presentes, aparecem de maneira diluída e fragmentada ao longo dos capítulos. Dessa maneira, isso dificulta a construção de uma linha de raciocínio, já que o conteúdo avança rapidamente e é distribuído em pequenas partes, sem permitir o devido aprofundamento teórico.

Essa dinâmica evidencia um dos principais efeitos da rotinização: a tendência à estabilização de um formato de livro didático que prioriza a atualização formal e a circulação de conteúdos já legitimados. Assim, apesar das propostas interdisciplinares e das tentativas de dialogar com os contextos dos jovens, o material didático ainda tende a reproduzir padrões de conteúdos já estabelecidos. Contudo, esses padrões agora se manifestam de forma diferente, sendo limitados tanto pelo número reduzido de páginas quanto pela “concorrência” entre as disciplinas na disputa por espaço nos novos livros didáticos. Essa situação acaba restringindo o potencial transformador do conhecimento escolar e a capacidade de promover reflexões mais profundas entre os estudantes em sala de aula.

Portanto, à luz da variável rotinização de Meucci, é possível afirmar que os livros didáticos analisados se apresentam como produtos de um processo de estabilização do saber escolar, no qual a atualização de conteúdos ocorre de modo rotineiro, mas sem romper com as estruturas tradicionais de organização e transmissão do conhecimento – como parecia ser o propósito da Reforma do Ensino Médio de 2017. Isso revela tanto os limites quanto às possibilidades do livro didático como instrumento de circulação e consolidação do saber de Ciências Humanas nas escolas.

4.4.1 Mecanismo e ferramentas de estabilização

Ao analisar os livros da coleção, identifica-se um padrão consistente que vai além da simples organização formal, refletindo uma estrutura recorrente que molda a forma como o conhecimento é apresentado e assimilado pelo estudante e professor. Elementos como resumos no início de cada capítulo e listas padronizadas de exercícios aparecem em todos os volumes, evidenciando uma estratégia editorial voltada para facilitar a compreensão e a fixação dos conteúdos.

Essas listas de exercícios presentes no *Moderna Plus*, geralmente compostas por 10 a 12 questões, incluem sempre duas questões modeladas a partir do formato do ENEM e vestibulares, o que demonstra uma preocupação em preparar os estudantes para avaliações oficiais. Os exercícios, posicionados ao final de cada capítulo, apresentam uma combinação de questões descritivas e de múltipla escolha.

Essa padronização estrutural, referente à forma e ao gênero de apresentação, não apenas cria uma identidade para a coleção, mas também orienta o processo pedagógico ao oferecer um roteiro claro e previsível para alunos e professores. Também, ao alinhar os exercícios com formatos de avaliação reconhecidos e realizados nacionalmente, os livros mostram que a interdisciplinaridade buscada pela Reforma de 2017 e apresentada nos livros, parece ainda estar longe da realidade de vestibulares, que ainda se dividem por disciplinas

Outra exemplificação rotineira, são os casos aplicados no mesmo padrão. Há uma preocupação constante em trazer “situações-problema” para os estudantes analisarem e refletirem. No boxe *Você pesquisador* ou no boxe *Movimentação*, as propostas incentivam o estudante a realizar uma pesquisa ligada ao tema do capítulo, para que o aluno participe ativamente da construção do conhecimento, bem como propõem trabalho em grupo com uso de tecnologia para atuar em temas da comunidade. Essas atividades e outras estariam promovendo – de acordo com a justificativa presente no próprio material – a ampliação do pensamento crítico e o desenvolvimento da capacidade argumentativa.

No entanto, essa intenção nem sempre se concretiza plenamente. A conexão entre o conteúdo acadêmico e a realidade dos alunos pode ser tratada de forma genérica, pois não é possível considerar as especificidades do contexto social e cultural em que vive cada jovem. Assim, o desenvolvimento do pensamento crítico e da argumentação depende não apenas das propostas do livro, mas, sobretudo, da mediação do professor em sala de aula. Sem uma orientação adequada, as atividades podem se tornar meros exercícios mecânicos, sem promover a autonomia intelectual ou a capacidade de diálogo construtivo.

Dessa maneira, embora o material apresente a intenção de integrar o conteúdo curricular à realidade dos estudantes, há o risco de que essa integração seja apenas superficial, limitando-se a cumprir uma formalidade pedagógica sem provocar mudanças reais na formação crítica dos alunos.

4.4.2 Estruturação do conhecimento: organização temporal e periodização histórica dos livros didáticos

A coleção de manuais didáticos, embora se proponha a ser interdisciplinar no campo das Ciências Humanas, revela uma predominância clara da disciplina de História, que orienta e estrutura todo o material. Essa hegemonia da disciplina se manifesta na organização dos conteúdos segundo uma ordem cronológica dos eventos, o que, apesar de facilitar a compreensão linear dos processos históricos, acaba por sobrepor, muitas vezes, a perspectiva histórica às demais disciplinas que compõem as Ciências Humanas.

Os volumes são organizados de modo a seguir uma lógica temporal, articulando processos, transformações e fenômenos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais. Vejamos a organização dos volumes:

- **Volume 1:** Origem da humanidade e primeiras civilizações (pré-história e antiguidade).
- **Volume 2:** Formação dos Estados modernos, emancipação política e globalização (Idade Moderna e Contemporânea).
- **Volume 3:** Evolução do trabalho e tecnologia ao longo do tempo, incluindo a modernidade industrial e contemporânea.
- **Volume 4:** História do poder e política, com foco nas monarquias absolutistas, revoluções liberais e Estados nacionais.
- **Volume 5:** Formação cultural e social do Brasil, desde a independência até o século XX.
- **Volume 6:** Conflitos e desigualdades do século XX, como guerras mundiais, totalitarismos e direitos humanos.

Seguindo essa lógica, conteúdos de Geografia são inseridos ao longo dos volumes, tratando de relevo, solos e geopolítica. Sociologia e Filosofia aparecem em pontos específicos da coleção, sendo que em alguns volumes, como o 3 (Trabalho, Ciência e Tecnologia), 5 (Sociedade, Política e Cultura) e 6 (Conflitos e Desigualdades), apresentam uma divisão mais equilibrada entre as disciplinas, ainda que seguindo pela mesma base histórica.

4.4.2.1. Volume 1 – Natureza em transformação

O Volume 1 concentra-se em História e Geografia, abordando a história da humanidade e a transformação da natureza. Os capítulos iniciais tratam da formação da humanidade, das primeiras civilizações, e utilizam a Mesopotâmia como ponto de partida, explorando sua geografia, ocupação, organização política e social, além de aspectos econômicos. O mesmo é feito para o Egito e para as civilizações agrícolas da Mesoamérica e dos Andes, com pequenas seções dedicadas a cada uma.

Os capítulos também mostram a evolução histórica da relação entre o ser humano e a natureza, discutindo temas como evolucionismo, nomadismo, formação das cidades e do Estado, além de abordar questões indígenas do Brasil e povos pré-colombianos. A história ambiental é utilizada para discutir sustentabilidade e a agenda ambiental atual.

Na Geografia, são abordados temas como estrutura geológica, formas de relevo, recursos naturais e sustentabilidade, integrados à análise das civilizações antigas. O volume também destaca questões ambientais contemporâneas, como poluição, produção de energia, políticas ambientais e globalização.

A Filosofia está presente ao tratar das perspectivas filosóficas sobre a natureza — Racionalismo, Empirismo, Teoria Crítica — e ao abordar os pré-socráticos, tanto monistas (Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Heráclito e Parmênides) quanto pluralistas (Empédocles, Anaxágoras, Leucipo e Demócrito).

A Sociologia aparece em conjunto com conteúdos de Geografia, como biointegração, consumo, questões ambientais e produção de alimentos, além de dialogar com a História para abordar as ações humanas e seus impactos no meio ambiente, movimentos sociais (como causas ambientalistas e luta pela terra) e a relação entre campo e cidade.

4.4.2.2. Volume 2 – Globalização, emancipação e cidadania

Este volume analisa os processos históricos de globalização e emancipação política, bem como a construção histórica da cidadania e das redes globais contemporâneas. O volume inicia com a história das Américas e como ela é marcada por processos complexos de emancipação política, colonização e exploração. Durante o período colonial, povos nativos e africanos foram escravizados, e a constituição de impérios coloniais europeus esteve associada à expansão marítima e ao surgimento do capitalismo. A colonização resultou em impactos sociais profundos, como o extermínio de milhões de indígenas devido à violência e

às doenças trazidas pelos europeus, além da exploração econômica baseada no latifúndio, monocultura de exportação e trabalho escravo, o que atrasou a industrialização na maior parte da América Latina.

Na geografia, o estudo concentra-se em blocos econômicos, redes digitais, comunicação e transporte, destacando a inserção do Brasil nas redes globalizadas e o comércio mundial. Também são analisadas as integrações econômicas, a inserção desigual dos países, a flexibilização geográfica das empresas e a divisão internacional do trabalho, temas que refletem as dinâmicas contemporâneas da globalização.

A filosofia contemporânea aborda a crise da subjetividade e a filosofia da diferença, com autores como Achille Mbembe, que discute racismo e necropolítica, além de Foucault, Derrida e Deleuze. São explorados temas como dialética, materialismo, psicanálise, fenomenologia, existencialismo, biopoder, desconstrução, narcisismo, hiperconsumismo, ética e felicidade, que ajudam a compreender as transformações sociais e culturais atuais.

Na sociologia, a análise foca na abordagem conceitual de movimentos sociais – incluindo os de trabalhadores, estudantil, feminista, negro, indígena e LGBTIAQPN+ – e nas questões de cidadania e direitos civis, políticos e sociais. Também são discutidos os deslocamentos de imigrantes e refugiados, além dos sentidos e impasses da globalização, refletindo os desafios contemporâneos das sociedades em transformação.

4.4.2.3. Volume 3 – Trabalho, ciência e tecnologia

Este volume aborda a evolução histórica do trabalho e das relações sociais, destacando a história da ciência e da tecnologia como agentes de transformação social, além de discutir o trabalho no Brasil e no mundo. A organização do trabalho é examinada desde a Antiguidade, incluindo formas como a servidão e a escravidão, passando pelo feudalismo, o tráfico transatlântico de escravos, o racismo nas Américas, até a industrialização e as lutas dos trabalhadores, com atenção especial ao papel das mulheres nesse processo.

No campo da geografia, o estudo analisa a distribuição espacial da indústria, os diferentes modelos de industrialização, a produção agrícola tanto familiar quanto agroindustrial, os processos de urbanização e êxodo rural, a hierarquia urbana, além da expansão industrial e da inovação tecnológica no Brasil.

A filosofia discute os sentidos filosóficos do trabalho, abordando teorias relacionadas à técnica, à ciência e à ética, assim como o método experimental e os valores científicos que fundamentam essas reflexões.

Por fim, a sociologia aborda as principais teorias sobre o trabalho propostas por autores como Marx, Weber e Durkheim, além de tratar da estratificação social, das desigualdades, da pobreza, das relações de trabalho, das questões de gênero, etnia e vulnerabilidade. Também são discutidas as mudanças e permanências socioeconômicas, a flexibilização da legislação trabalhista e a precarização do trabalho.

4.4.2.4. Volume 4 – Poder e política

Este volume trata do desenvolvimento histórico das ideias políticas e dos sistemas de poder, explorando a trajetória dos Estados modernos, as revoluções e disputas territoriais, além da articulação entre filosofia política e história para compreender o poder. A formação dos Estados modernos na Europa é analisada a partir do processo de centralização do poder que culminou no absolutismo, incluindo eventos como as revoluções liberais, a unificação italiana e alemã, a Revolução Francesa, a proclamação da república, a divisão político-territorial do mundo e a descolonização da Ásia, África e Oceania.

No campo da geografia, é abordado o sistema bipolar e multipolar mundial, os territórios em disputa como Tibete, Caxemira e Curdistão, além de temas como cartografia, geopolítica, a constituição da América Latina, a formação territorial do Brasil e a divisão político-territorial global.

A filosofia é colocada nesse volume como filosofia política e é explorada desde o nascimento da pólis e da democracia em Atenas, passando pela sistematização do pensamento ocidental com Sócrates, Platão e Aristóteles, até as teorias políticas da Modernidade, representadas por autores como Maquiavel, Hobbes, Rousseau e Montesquieu. Também são abordados conceitos fundamentais do liberalismo e socialismo.

Por fim, a sociologia examina a crise da representação política contemporânea, o uso das redes sociais na política, a relação entre Estado e sociedade civil, e as diferentes formas de participação política, incluindo a democracia direta, representativa e participativa.

4.4.2.5. Volume 5 – Sociedade, política e cultura

Este volume discute a evolução histórica das culturas e sociedades, destacando as migrações e a diversidade cultural como processos históricos fundamentais, além da formação histórica da nação brasileira e suas implicações políticas e culturais. A análise histórica foca na formação política e cultural do Brasil, abordando o processo de independência, os conflitos sociais e políticos, a República, a construção da democracia, assim como os períodos de autoritarismo e ditadura na América Latina.

No campo da geografia, são tratados temas como a transição demográfica, a urbanização, a mobilidade e a moradia, além dos problemas ambientais, dinâmicas populacionais, fluxos migratórios, diversidade cultural e exclusão social.

A filosofia reflete sobre questões relacionadas à xenofobia, multiculturalismo, crença, vida e morte, cosmogonia e cosmologia, além de abordar o etnocentrismo, a cultura de massa e as contribuições da Escola de Frankfurt, especialmente de Horkheimer e Adorno. A abordagem desses últimos também pode ser dividida com o docente de Sociologia.

Por fim, a sociologia aborda perspectivas clássicas e contemporâneas sobre a relação entre indivíduo e sociedade, analisando classes sociais, ação individual e estrutura social, processos de socialização e interação social. Também são discutidos temas como diversidade, ideologia, cultura popular e erudita, o surgimento da antropologia e a indústria cultural.

4.4.2.6. Volume 6 – Conflitos e desigualdades

Este volume dedica-se à análise dos grandes conflitos e das desigualdades que marcaram o século XX e o início do século XXI, abordando as dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais desses fenômenos. Historicamente, examina o desenvolvimento do capitalismo industrial, as duas guerras mundiais, a Revolução Russa, a ascensão e queda de regimes totalitários, o neocolonialismo, a partilha da África e da Ásia, as resistências locais e os processos de descolonização. Destaca também a constituição e atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o surgimento e consolidação dos direitos humanos como resposta aos horrores dos conflitos globais e das ditaduras.

No campo da geografia, o estudo analisa a geografia dos conflitos armados em diferentes regiões, como África, América Latina e Oriente Médio, além dos impactos das

guerras sobre os territórios e populações. São discutidos também conflitos urbanos, a segregação socioespacial, a gentrificação e a formulação de indicadores socioeconômicos para a análise da pobreza, desigualdade e exclusão social.

A filosofia aborda as reflexões sobre regimes totalitários e autoritários, com destaque para o pensamento de Hannah Arendt, além de tratar dos direitos humanos e das bases filosóficas que sustentam a luta por justiça, igualdade e liberdade no mundo contemporâneo.

Por fim, a sociologia estuda a sociologia urbana, os conflitos e violências nas cidades, a segregação socioespacial e as desvantagens históricas enfrentadas por indígenas, negros e mestiços. Analisa o mito da democracia racial, as lutas contra a desigualdade, o racismo, o preconceito e a discriminação, bem como o papel da valorização da interculturalidade na superação das desigualdades.

Podemos observar então que a coleção *Moderna Plus*, ao organizar seus conteúdos a partir de uma perspectiva histórica, cria um eixo articulador que permite compreender os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais de forma contextualizada. Apesar do predomínio da História, observa-se uma presença significativa de Geografia, especialmente nos temas ambientais, espaciais e de geopolítica, enquanto Sociologia e Filosofia são colocadas para contribuir com uma análise crítica e a reflexão sobre valores, direitos, cidadania e diversidade.

No entanto, a estrutura dos volumes ainda reflete desafios para uma interdisciplinaridade plena, uma vez que a lógica cronológica e a ossatura da História podem limitar o diálogo mais equilibrado entre as disciplinas. Embora haja esforços para promover situações-problema, contextualização e aproximação com a realidade dos estudantes, parte das atividades permanece superficial, dependendo fortemente da mediação do professor para alcançar um ensino verdadeiramente crítico e transformador.

Por fim, a coleção demonstra preocupação em alinhar-se às diretrizes da BNCC e às demandas dos exames nacionais, ao mesmo tempo em que busca valorizar a diversidade de saberes e estimular a autonomia dos estudantes. O desafio que permanece é aprofundar a integração entre as áreas do conhecimento, potencializando o material didático como instrumento de formação que crie uma estabilização para o conhecimento de Ciências Humanas.

4.5 A desdisciplinarização e a história como base integradora

Como visto, a história atua como eixo integrador das Ciências Humanas, conectando geografia, sociologia e filosofia ao fornecer o contexto temporal e causal. Para ilustrar como a coleção organiza determinados conteúdos e decide quando e onde inseri-los, apresentaremos exemplos específicos. Para ilustrar: a formação dos Estados modernos (História) explica as estruturas políticas atuais (Sociologia/Ciência Política) e as desigualdades espaciais (Geografia), demonstrando a articulação entre as disciplinas. A estrutura chamada “interdisciplinar”, como vimos anteriormente, na verdade representa um desmanche disciplinar. Ela não apenas organiza os conteúdos dentro de cada volume, mas também estabelece conexões entre eles. Retomamos aqui a discussão iniciada no começo do capítulo: do que se trata a interdisciplinaridade presente nesses livros? O que se observa, na verdade, é um desmanche, uma *desdisciplinarização* das disciplinas, que muitas vezes aparecem descaracterizadas. A sociologia e a filosofia, principalmente, perdem muito espaço nesses livros, e, apesar da predominância da história, essa disciplina também se apresenta descaracterizada, pois acaba disputando discussões e conceitos com outras áreas.

Mesmo com o reaproveitamento de autores e as dificuldades encontradas na elaboração de um bom livro, não há clareza se o verdadeiro empenho era promover a interdisciplinaridade nas escolas. Talvez o objetivo fosse, na verdade, desmanchar as disciplinas. E é isso que o livro faz: desmancha. Não se tratam mais de disciplinas, mas de componentes curriculares.

No volume 3, intitulado *Trabalho, Ciência e Tecnologia*, analisa-se a evolução histórica das relações laborais, abordando temas como escravidão e industrialização. Destacam-se especialmente os capítulos 2 e 5, que tratam dos sistemas de organização do trabalho no capitalismo e da história do trabalho no Brasil, remontando ao período colonial. Já no volume 6, o tema do trabalho retorna para discutir as desigualdades raciais e de gênero no mercado contemporâneo, reforçando a interligação dos conceitos. Na seção “Conflitos urbanos: violência e segregação racial na cidade” (página 137 do volume 6), são abordadas as consequências da escravidão – tema apresentado no volume 2 – e seus impactos socioespaciais atuais, focalizando a segregação racial no Brasil e suas implicações nas condições de moradia e trabalho dessa parcela da população.

Outros conceitos importantes são trabalhados ao longo dos volumes. Por exemplo, os conceitos globalização e poder aparecem no volume 2, que trata dos processos coloniais e da

emancipação política; no volume 4, que discute a formação dos Estados nacionais e as disputas territoriais; e no volume 6, que analisa os impactos desses processos nos movimentos sociais e na cidadania. Os conteúdos seguem uma ordem interligada entre os volumes. No capítulo 2 do vol. 2, intitulado “A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola”, são tratados processos de revoluções e independências. O volume 4 dá sequência a esses temas ao abordar a formação dos Estados e diferentes formas de organização do poder, mencionando os Estados Unidos e a América Latina. Essa sequência culmina no volume 6, que destaca como as consequências desses processos levaram ao surgimento de movimentos sociais globais, como os movimentos feminista e negro, discutidos nos capítulos 5 (“Violência e direitos humanos”) e 6 (“Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea”).

Outro exemplo claro na coleção é a relação entre meio ambiente e sociedade. O volume 1 apresenta a história da interação entre homem e natureza desde as primeiras civilizações. Posteriormente, no volume 5, o enfoque recai sobre a urbanização e os problemas ambientais no Brasil e no mundo, mostrando continuidade e aprofundamento do tema. No volume 1, os capítulos 4 (“Tempos da natureza e ação antrópica”) e 5 (“Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental”) se conectam com o capítulo 3 do volume 5, intitulado “Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais”, especialmente nas seções “Problemas ambientais”, “Alterações climáticas urbanas” e “Deslizamentos de terra em solo urbano”.

A escolha de estruturar o material com a história como “força motora” é estratégica, embora apresente desafios. Conforme demonstram as análises, essa abordagem pode privilegiar algumas disciplinas em detrimento de outras. Considerando que os volumes abrangem os três anos do Ensino Médio, é necessário refletir sobre a divisão dos conteúdos entre os docentes de Ciências Humanas na escola. Professores de Filosofia e Sociologia, por exemplo, podem encontrar dificuldades para trabalhar com um material que oferece menos conteúdos específicos para suas áreas, o que pode impactar o uso do manual didático em sala de aula. Em suma, a proposta interdisciplinar, ao articular os temas por meio da história, promove uma visão integrada dos saberes, mas demanda atenção para garantir equilíbrio e aplicabilidade entre as diferentes disciplinas envolvidas.

4.6 Há estabilidade?

Com base na análise realizada ao longo deste capítulo, a resposta à pergunta “há estabilidade do conhecimento de Ciências Humanas após a Reforma de 2017?” ainda carece de mais alguns pontos de análise para ser devidamente respondida, e é isso que iremos fazer na seção a seguir. Contudo, podemos entender, avaliando o livro em seu contexto geral, que a resposta tende a ser negativa. Embora seja possível reconhecer esforços em direção à estabilização dos conteúdos e à padronização de práticas pedagógicas, como evidenciado pelos mecanismos de rotinização descritos por Meucci, essa estabilidade permanece incompleta e superficial.

A rotinização nesse caso se manifesta em estratégias editoriais como a repetição de estruturas, a padronização de exercícios e a atualização formal de dados, mas não se traduz em uma consolidação efetiva do conhecimento. Os conteúdos, frequentemente fragmentados e abordados de modo superficial, dificultam a construção de uma linha de raciocínio aprofundada e comprometem a formação crítica dos estudantes. A tentativa de interdisciplinaridade, apesar de anunciada, é limitada pela predominância da História sobre as demais disciplinas, sobretudo Sociologia e Filosofia, que acabam perdendo espaço e protagonismo no currículo.

Além disso, a abordagem de temas sociais relevantes e a contextualização com a realidade dos estudantes acabam sendo tratadas de maneira genérica, sem promover uma reflexão crítica consistente, por conta da falta de espaço para desenvolver essa abordagem. O resultado é um material didático que, apesar de atualizado em alguns aspectos, não rompe com padrões tradicionais nem avança na construção de um conhecimento verdadeiramente integrado, significativo e interdisciplinar.

Dessa forma, não é possível afirmar que existe uma estabilidade do conhecimento nas Ciências Humanas do Ensino Médio após a Reforma de 2017. O que se observa é uma estabilidade apenas aparente, marcada pela superficialidade dos conteúdos e pela ausência de um equilíbrio real entre as disciplinas. Agora, para aprofundarmos a resposta da pergunta colocada no início, iremos analisar a estabilidade da disciplina de sociologia, analisando o livro *Sociologia em Movimento* (PNLD 2018) e colocando-o em comparação com a coleção *Moderna Plus*.

4.6.1 O que permaneceu da Sociologia do PNLD de 2018?

Para uma melhor compreensão da rotina de reaproveitamento do conteúdo no PNLD de 2021, é necessário retornarmos à análise do PNLD de 2018. Neste estudo, o foco recai sobre a Sociologia, que será utilizada como um recorte específico para avaliar a estabilidade dos conteúdos presentes nos livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da coleção *Moderna Plus*.

Nesse sentido, selecionamos os temas mais recorrentes na abordagem sociológica da coleção *Moderna Plus* – Trabalho (Sociologia), Política (Ciência Política) e Antropologia (Cultura) – para realizar a análise comparativa. Avaliamos esses temas a partir do livro *Sociologia em Movimento*, também publicado pela editora Moderna e aprovado no PNLD de 2018, a fim de identificar permanências e eventuais alterações nos conteúdos tratados.

Sociologia em Movimento, é um livro de volume único, dividido em 6 unidades, possui um total de 15 capítulos que se distribuem pelos anos do Ensino Médio. As aberturas de unidade seguem um padrão, apresentando o tema da unidade e uma lista dos capítulos que a compõem. Já para a abertura do capítulo, o livro sempre coloca os objetivos do capítulo e propõe uma *Questão motivadora*, essa questão é uma sessão que funciona como um ponto de partida para as discussões que serão abordadas durante o capítulo.

O livro sempre traz, no início de cada capítulo, uma linha do tempo trazendo datas marcantes e fatos históricos que são pertinentes ao tema desenvolvido. Contudo, isso não implica que o conteúdo do capítulo é guiado por essa cronologia. O livro também traz a seção *Saiba mais*, que traz informações complementares sobre o tema abordado no capítulo. Em *Considerações sociológicas*, trata-se de uma seção que visa explorar mais profundamente um tema relacionado ao capítulo, a fim de evidenciar diferentes perspectivas fundamentadas nos tópicos analisados.

Em *Interfaces*, explica como os temas do capítulo se relacionam com outras áreas do conhecimento, especialmente Ciências Humanas, incentivando a interdisciplinaridade e a resolução de problemas do dia a dia dos estudantes. O *Glossário* são pequenas intervenções que surgem durante o texto visando explicar alguns termos e conceitos encontrados ao longo do capítulo. Em *Direito e sociedade*, mostra as leis que disciplinam a questão social, destacando seu papel fundamental na organização da sociedade. A seção *Quem escreveu sobre isso*, apresenta alguns intelectuais que ofereceram novas perspectivas sobre as questões sociais abordadas durante o capítulo.

Atividades é a seção final, aparece sempre ao final do capítulo trazendo atividades que refletem os conteúdos estudados, ainda, há sempre questões de Enem e outros vestibulares. O livro também apresenta a seção *Indicações*, em que indica filmes, livros, documentários, sites, blogs que estabelecem um diálogo com o tema do capítulo. Ao final de cada unidade é encontrada a seção *Movimentação*, em que propõe alguma atividade, intervenção que possa explorar experiências voltadas para a política e cidadania.

O livro *Sociologia em Movimento* é organizado nos seguintes capítulos:

Unidades	Capítulos
Unidade 1 – Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 1: Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas. - Capítulo 2: A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade.
Unidade 2 – Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 3: Cultura e ideologia. - Capítulo 4: Socialização e controle social. - Capítulo 5: Raça, etnia e multiculturalismo.
Unidade 3 – Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 6: Poder, política e Estado. - Capítulo 7: Democracia, cidadania e direitos humanos. - Capítulo 8: Movimentos sociais.
Unidade 4 – Mundo do trabalho e desigualdade social	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 9: Trabalho e sociedade. - Capítulo 10: Estratificação e desigualdades sociais.
Unidade 5 – Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 11: Sociologia do Desenvolvimento. - Capítulo 12: Globalização e integração regional.
Unidade 6 – A vida nas cidades do século XXI - questões centrais de uma sociedade em construção	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo 13: Sociedade e espaço urbano. - Capítulo 14: Gêneros, sexualidades e identidades. - Capítulo 15: Sociedade e meio ambiente.

Tabela 8: Organização do livro *Sociologia em Movimento* do PNLD 2018 (elaboração: autora)

Avaliando as principais temáticas recorrentes em ambos os livros, temos o Trabalho (trabalhado pela Sociologia), Política (Ciência Política) e Cultura (Antropologia). Com isso, fizemos o recorte dessas áreas para voltar para o livro *Sociologia em Movimento*, o livro de Sociologia da editora Moderna aprovado no PNLD de 2018.

Observamos que os capítulos 3, 6 e 9 são os capítulos que concentram essas temáticas dentro do livro *Sociologia em Movimento*. Por isso, os escolhemos como recortes para avaliar o que permaneceu e o que foi suprimido dos livros da coleção *Moderna Plus*.

4.6.1.1 Capítulo 3: Cultura e ideologia.

Esse capítulo é voltado para a área de Antropologia. O início do capítulo diz “O que você será capaz de:” e lista o que o estudante será capaz de pensar, fazer, após a leitura do capítulo. Essa seção “O que você será capaz de” está presente em todos os inícios de capítulo. É como se fosse uma maneira de estabelecer objetivos de aprendizado para o capítulo. No início dos capítulos geralmente encontramos imagens que expressam sobre o que aquele capítulo aborda. No caso deste capítulo, temos imagens de expressões culturais, com imagem do evento *Rock in Rio* (já que a música é uma das expressões culturais da juventude), e há também uma imagem de uma apresentação do Bumba meu boi.

Assim como em todas as apresentações de capítulos, há sempre uma “Questão motivadora”, no capítulo, a pergunta é “De que modo minhas opiniões e decisões são influenciadas pela cultura e pela ideologia da sociedade em que vivo?”. A pergunta é uma forma do livro não somente dialogar com o estudante, mas também de ajudar o professor em sala de aula a entrar/iniciar a discussão.

O capítulo apresenta desde o início o conceito de cultura, deixando claro sua definição pela sociologia, o livro mostra a cultura como a base sobre a qual as sociedades constroem seus diversos modos de vida, buscam soluções para problemas cotidianos, interpretam a realidade ao redor e criam novas formas de interação social. Elementos como a organização da economia, estruturas políticas, normas e valores que orientam ações integram a cultura, que é resultado de nossas ações sociais. O texto aponta também o preconceito sofrido pela cultura popular.

Ao longo do capítulo, a seção *Cronologia*, em que apresenta uma linha do tempo, destaca obras clássicas da antropologia, como "Cultura primitiva" de Edward Tylor, "As

limitações do método comparativo na Antropologia" de Franz Boas, "Argonautas do Pacífico Ocidental" de Bronislaw Malinowski, "Dialética do esclarecimento" de Adorno e Horkheimer, "As estruturas elementares do parentesco" de Lévi-Strauss e "Interpretação das culturas" de Clifford Geertz. Isso se torna importante para que os estudantes possam conhecer um pouco mais das obras da Antropologia e assim, entender melhor sobre o que se trata essa área.

A relação entre cultura e ideologia é explorada, com ênfase na escola como reprodutora da ideologia dominante. O capítulo aborda as múltiplas facetas do conceito de cultura, tanto como juízo de valor quanto como produção social, e destaca a crítica ao determinismo biológico e geográfico, que, embora rejeitados pelas ciências sociais, ainda persistem no senso comum.

Diversas escolas antropológicas são discutidas, incluindo o evolucionismo, relativismo cultural, difusionismo, culturalismo, funcionalismo, antropologia estrutural e antropologia interpretativa. Franz Boas é apresentado como precursor da crítica ao evolucionismo, enquanto Bronislaw Malinowski é reconhecido como fundador do funcionalismo e pioneiro do método etnográfico, que também é explicado no texto. Claude Lévi-Strauss, criador da antropologia estrutural, é destacado por defender a etnologia em vez da etnografia. O capítulo também traz Clifford Geertz como difusor da antropologia interpretativa.

O capítulo trata ainda do etnocentrismo e relativismo cultural, do conceito de ideologia tanto como falsa consciência quanto como visão de mundo, mencionando Antonio Gramsci para discutir ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. Quanto às manifestações culturais, o texto diferencia cultura erudita, cultura popular e cultura de massa, discutindo também a indústria cultural e os meios de comunicação de massa, com menção a Theodor Adorno e Max Horkheimer, que abordaram temas como alienação.

Finalmente, o capítulo relaciona cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI, mencionando Manuel Castells sobre a sociedade da informação e referindo brevemente a cibercultura e o filósofo Pierre Lévy. Para reflexão, propõe a seção "Novelas brasileiras: alienação ou conscientização na tela?", seguida de uma seção intitulada "Direito e sociedade", que inclui um texto reflexivo chamado "O Direito e a promoção da cultura", com questões para o estudante responder.

4.6.1.2 Capítulo 6: Poder, política e Estado

O capítulo tem como objetivos principais compreender os conceitos centrais da Ciência Política, como poder, política, Estado e governo, além de identificar as inter-relações entre esses elementos e suas influências no cotidiano. Visa também analisar como as relações de poder permeiam e constituem todas as esferas da vida social.

A linguagem iconográfica do capítulo é marcada por imagens simbolicamente fortes, como a Praça dos Três Poderes tomada por tanques no golpe militar de 1º de abril de 1964, manifestações populares no mesmo local durante o impeachment do presidente Fernando Collor em 1992, e a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, recebendo a faixa presidencial de Fernando Henrique Cardoso. A questão motivadora do capítulo pergunta se a política e o Estado são capazes de assegurar justiça e direitos a todos os cidadãos, iniciando com o contexto do impeachment de Collor.

O texto discute inicialmente os conceitos de poder, política e Estado, esclarecendo que, embora profundamente interligados, eles são analisados como elementos distintos na sociologia. Para abordar sobre poder, o livro traz Max Weber, em que ele refere-se à imposição da própria vontade numa relação social, mesmo frente à resistência. Todas as relações sociais envolvem algum grau de poder, explícito ou não, e suas formas podem ser econômicas, ideológicas ou políticas.

O capítulo destaca o conceito de poder legítimo, segundo Weber, que ocorre quando a influência exercida é aceita por aqueles que se submetem, exemplificando com a população diante de decisões da prefeitura. Explica os três tipos puros de dominação legítima: tradicional, carismática e legal-racional.

Sobre política, o texto remete à Grécia antiga, com Aristóteles, definindo política como as questões relativas à vida da cidade. Enfatiza que a Ciência Política estuda esse fenômeno do comportamento humano, distinto dos demais fenômenos sociais. Para Weber, a prática política é exercer liderança no Estado ou na luta pelo poder entre Estados ou grupos dentro do Estado. Há também menção a Nicolau Maquiavel, ilustrando a dimensão prática e estratégica da política.

No tópico Estado, o capítulo apresenta as formas de organização do Estado moderno, destacando monarquia e república, e os sistemas de governo presidencialismo e parlamentarismo. Aborda as formas de participação política, como partidos e sistemas eleitorais, e as relações de poder na sociedade contemporânea.

Diversas formas históricas do Estado são discutidas, incluindo:

- Estado absolutista, com a seção *Quem escreveu sobre isso* sobre Hobbes.
- Estado liberal, com a seção *Quem escreveu sobre isso* sobre Adam Smith.
- Estados socialistas com a seção *Quem escreveu sobre isso* sobre Lenin.
- Estados nazista e fascista, com a seção *Quem escreveu sobre isso* sobre Carl Schmitt, ideólogo do regime nazista.
- Estado de bem-estar social, modelo das grandes economias liberais do século XX, referenciando John Maynard Keynes.
- Estado neoliberal.

O capítulo segue com a formação do Estado brasileiro em uma cronologia histórica, dividida em períodos como o colonial, a República Velha, a Era Vargas, a democracia populista, a ditadura militar e a Nova República. Destacam-se as contribuições de pensadores brasileiros com seções para Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, além de menções a Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Jessé Souza, Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso, contextualizando suas reflexões sociológicas sobre a formação do povo brasileiro e o Estado. Assim, o capítulo fornece uma visão integrada e crítica dos conceitos políticos básicos, suas manifestações históricas, e sua influência na organização social e política tanto global quanto brasileira.

4.6.1.3 Capítulo 9: Trabalho e sociedade

O capítulo tem como objetivos principais compreender que o mundo do trabalho é formado por fenômenos mutáveis, sujeitos à interferência de diversos atores políticos e sociais, e conectar as transformações nesse campo com as mudanças na dinâmica da produção capitalista. Busca ainda avaliar a importância dessas transformações e seus impactos sobre os trabalhadores, os sentidos do trabalho e sua organização.

A questão motivadora do capítulo questiona por que a tecnologia, apesar de aumentar a produtividade, não garante necessariamente melhores condições de vida e trabalho para a maioria dos trabalhadores. A linguagem iconográfica inclui imagens históricas de trabalhadores da construção civil em Manhattan em 1932, cenas de protestos e linhas de montagem na fábrica de motocicletas Honda, situando visualmente as discussões.

O capítulo traz uma linha cronológica ao abordar teorias clássicas sobre o trabalho. Destaca Max Weber e sua análise do protestantismo, enfatizando o papel da igreja protestante em pregar o ascetismo e a diligência como caminho para a salvação, conforme sua obra "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". Em seguida, dedica-se a três grandes pensadores: Karl Marx, que enfatiza a história da exploração do homem pelo trabalho; Max Weber, com sua ética do trabalho; e Émile Durkheim, para quem o trabalho é gerador de solidariedade social. Cada autor tem um aprofundamento específico no texto.

O conceito de racionalização do trabalho é apresentado por meio do taylorismo, com destaque para Frederick Taylor (apresentado na seção *Quem escreveu sobre isso*), e o fordismo, vinculado a Henry Ford, que, embora não tenha box específico, é referenciado por sua implementação da linha de montagem. Além disso, o capítulo fala do toyotismo, associado a Taiichi Ohno, e do sistema *Just in time*, abordando as mudanças nos métodos produtivos.

Ao abordar o cenário contemporâneo do trabalho, o texto discute avanços e retrocessos, entre eles a informalização do trabalho. Um destaque especial é a seção *Saiba mais*, com o título "Precariado: nova classe ou velho proletariado?", que traz uma interessante discussão com referências ao sociólogo inglês Guy Standing, além de menções aos brasileiros Ruy Braga e Giovanni Alves. De forma geral, o capítulo combina uma abordagem histórica e teórica com uma análise crítica das transformações do mundo do trabalho no contexto capitalista, destacando como esses processos afetam a vida dos trabalhadores e a organização social.

4.6.2 O que permaneceu?

Na comparação entre os livros didáticos *Moderna Plus* e *Sociologia em Movimento* sobre o conceito de Cultura, é possível observar algumas diferenças relevantes na abordagem e aprofundamento dos conteúdos apresentados, contudo também notamos uma "ultra" similaridade no conteúdo dos dois livros.

O livro *Moderna Plus* aborda, inicialmente, a cultura sob dois sentidos principais: o sentido antropológico e um sentido mais restrito, que se refere especificamente à produção das artes, letras e outras manifestações intelectuais. Ele traz ainda uma explicação sobre a origem do termo "antropologia", o que não ocorre no *Sociologia em Movimento*, apesar de que ambos os livros apresentam uma pequena explicação sobre o surgimento da antropologia.

Já o conceito de cultura apresentado pelo *Moderna Plus* é bastante similar ao do livro de 2018, contudo, não explicita que tal conceito está alinhado às perspectivas sociológicas e antropológicas, o que enfraquece seu embasamento teórico. Além disso, o *Moderna Plus* inclui conteúdo sobre linguagem, atendendo à interdisciplinaridade entre a área de Linguagens e Códigos e a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa interdisciplinaridade está alinhada às exigências da BNCC e do edital do PNLD 2021, justificando a presença desse conteúdo.

No que diz respeito ao tema do etnocentrismo, ambos os livros abordam o conceito, mas o *Sociologia em Movimento* oferece uma explanação mais detalhada. No *Moderna Plus*, o etnocentrismo é, inicialmente, tratado no contexto do tópico “Diversidade cultural: o eu e o outro”, seguido por uma sequência rápida de temas como paternalismo e autoritarismo na cultura brasileira, indústria cultural (com menção a Horkheimer e Adorno, criadores do conceito), reflexões sobre arte e poder (citado com base em Antonio Candido) e, finalmente, a crença, abordando tipos de crença, mito, tradições, sagrado e profano, e categorias religiosas. Essa organização reduz o espaço para aprofundamentos que o *Sociologia em Movimento* oferece com maior detalhamento. Contudo, o termo etnocentrismo volta novamente no capítulo 2 do volume 5 do *Moderna plus*, trazendo a mesma definição do *Sociologia em Movimento*.

O *Moderna Plus* apesar de dedicar boa parte do seu capítulo para tratar inteiramente sobre cultura, inicialmente, introduz a relação indivíduo-sociedade a partir de perspectivas sociológicas clássicas, como fato social, ação social e luta de classes. Quando aborda cultura, o livro inicia com o tópico “Diferentes significados de cultura”, explicitando sua relevância para a sociologia e relacionando cultura e ideologia, além de discutir cultura erudita e cultura popular. O capítulo também dedica espaço para falar sobre o surgimento da antropologia, deixando claro que esta é a principal disciplina das ciências sociais que historicamente se dedica ao estudo da cultura.

No que se refere às escolas antropológicas, o *Sociologia em Movimento* discute diversas correntes, como evolucionismo, relativismo cultural, difusionismo, culturalismo, funcionalismo, antropologia estrutural e antropologia interpretativa. Enfatiza Franz Boas como precursor da crítica ao evolucionismo, Bronislaw Malinowski como fundador do funcionalismo e pioneiro do método etnográfico, Claude Lévi-Strauss como principal representante da antropologia estrutural, e Clifford Geertz como difusor da antropologia interpretativa. Já o *Moderna Plus*, apesar de apresentar essas escolas, não menciona

diretamente Boas, Malinowski e Lévi-Strauss em seus textos, mas apenas em seções de atividades, linhas cronológicas ou referências bibliográficas. Geertz, por exemplo, é somente citado nas referências finais.

Outro ponto comum entre os livros é o uso da mesma imagem para ilustrar o conceito de ideologia como falsa consciência, demonstrando infraestrutura e superestrutura, evidenciando certa sobreposição na apresentação dos conteúdos. De fato, muitos trechos do capítulo do *Moderna Plus* parecem reproduzir exatamente o texto do *Sociologia em Movimento*, com a mesma sequência de tópicos e poucas alterações, embora o *Moderna Plus* apresente alguns cortes para adaptar o conteúdo ao seu espaço.

Em síntese, o *Sociologia em Movimento* destaca-se por um tratamento mais aprofundado e detalhado do tema cultura, fazendo conexões teóricas explícitas e apresentando um panorama completo das principais escolas e conceitos da antropologia e sociologia. Já o *Moderna Plus* oferece, em alguns pontos, uma abordagem mais sintética, enfatizando aspectos interdisciplinares e manifestando limitações no aprofundamento teórico, optando por apresentar rapidamente diversos temas relacionados à cultura e suas manifestações. É possível notar a similaridade na organização do conteúdo do capítulo 3 do livro *Sociologia em Movimento* e o capítulo 2 do volume 5 da coleção *Moderna Plus*.

Sociologia em Movimento - Capítulo 3: Cultura e ideologia (2017)	Moderna Plus vol. 5 - Capítulo 2: Indivíduo, sociedade e cultura (2020)
Primeiras palavras	Ação individual e estrutura social
Cultura e vida social - Cultura como juízo de valor e como produção social. - O conceito de cultura e a Antropologia. - O “bom” e o “mau” selvagem. - Cultura, civilização e determinismo cultural.	A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas clássicas - O fato social e explicação da relação entre indivíduo e sociedade. - A ação social e a explicação da relação entre indivíduo e sociedade. - As classes sociais e a relação entre indivíduo e sociedade. - Contradições nas relações de produção: propriedade, luta de classes e transformação social.
Escolas antropológicas	A relação entre indivíduo e sociedade:

<ul style="list-style-type: none"> - Antropologia Evolucionista. - Relativismo cultural: Antropologia e diversidade cultural. - Difusionismo: empréstimos e imitação cultural. - Culturalismo: trajetórias e percursos culturais. - Funcionalismo: método etnográfico e o relativismo cultural. - Antropologia Estrutural: um fundamento universal das culturas. - Antropologia Interpretativa: o primado dos significados. - Etnocentrismo e relativismo cultural. 	<p>perspectivas sociológicas contemporâneas</p> <ul style="list-style-type: none"> - A perspectiva das teorias feministas. - A imaginação sociológica.
<p>Ideologia e comportamento social</p> <ul style="list-style-type: none"> - O conceito de ideologia como falsa consciência. - Ideologia como visão de mundo. 	<p>O processo de socialização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos e agentes de socialização. - Socialização primária e socialização secundária. - As diversas possibilidades de socialização. - Escola: formação, reprodução e transformação. - A importância do capital cultural. - Interação social e diversidade - Status e papéis sociais em uma sociedade em transformação
<p>Cultura e ideologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - As diversas faces da cultura. - Cultura erudita e cultura popular. 	<p>Diferentes significados de cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cultura como juízo de valor e como produção social. - Cultura e poder. - Diferentes formas de cultura. - Cultura erudita e cultura popular. - Relação entre cultura erudita e cultura popular.
<p>Indústria cultural e meios de comunicação de massa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI. 	<p>O surgimento da antropologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natureza e cultura na antropologia. - Etnocentrismo e antropologia evolucionista. - Diversidade e relativismo cultural. - Difusionismo e culturalismo. - Funcionalismo, estruturalismo e interpretativismo.
	<p>Ideologia e comportamento social</p> <ul style="list-style-type: none"> - O conceito de ideologia como

	<p>falsa consciência.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As bases ideológicas dos discursos. - Ideologia como visão de mundo. - Hegemonia e controle ideológico.
	<p>Cultura e ideologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indústria cultural e meios de comunicação de massa. - A cultura como mercadoria. - Cultura de massa. - Cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI.

Tabela 9: Comparação da organização dos capítulos sobre cultura dos livros Sociologia em Movimento e Moderna Plus vol. 5: Sociedade, política e cultura. (elaboração: autora)

Os destaques feitos no texto indicam os tópicos e/ou subtópicos em que o conteúdo presente em ambos os livros é idêntico, inclusive com títulos de capítulos semelhantes. Isso evidencia uma rotinização na abordagem do conceito de cultura. Observa-se, por vezes, cortes no texto ou no conteúdo, bem como uma falta de sequência na coleção *Moderna Plus*. Como o livro integra diversas disciplinas, há recortes realizados para que o conteúdo de Sociologia dialogue com temas de História, Filosofia ou Geografia – e até mesmo com disciplinas da área de Linguagens e Códigos, como se percebe. Essa estrutura contribui, mais uma vez, para a superficialidade aparente da obra no contexto pós-Reforma.

Referente ao conceito de Política, no capítulo 2 do volume 4 da coleção *Moderna Plus*, intitulado "Poder, política e democracia", o tema inicia com a explicação de que os termos “política”, “poder” e “Estado” podem ser usados como sinônimos em uma linguagem comum, porém, para a Ciência Política, eles são analisados como elementos distintos com especificidades próprias. A definição de poder está fortemente associada a Max Weber, que denomina o exercício do poder como dominação, apresentando seus três tipos puros de dominação legítima: tradicional, carismática e legal-racional.

O texto segue abordando a definição clássica de política originada na Grécia antiga, enfatizando o significado da palavra e sua relação com as questões da cidade (pólis). Na sequência, o livro explica as formas de organização dos sistemas políticos, incluindo monarquia, república, presidencialismo e parlamentarismo, além de discutir os diferentes sistemas eleitorais (monopartidário, bipartidário e multipartidário) e os partidos políticos como formas de participação política. O capítulo também trata das cinco grandes características do Estado moderno: povo, território, governo, finalidade e soberania. No que

diz respeito às correntes econômicas e políticas, aborda o Estado de bem-estar social e o Estado neoliberal, citando teóricos importantes como Friedrich Hayek e Milton Friedman.

Quanto à teoria democrática, o livro menciona filósofos clássicos do contratualismo como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, destacando a teoria do contrato social e debatendo críticas à igualdade plena na democracia feitas por Montesquieu. No campo da teoria democrática contemporânea, apresenta o liberalismo democrático com Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill, ao mesmo tempo em que relaciona socialismo e democracia, evocando figuras como Karl Marx, Engels, Gramsci e Rosa Luxemburgo. Por fim, aborda o pluralismo e outras correntes atuais mencionando Robert Dahl, Joseph Schumpeter e C. B. Macpherson.

O *Sociologia em Movimento* também inicia seu capítulo dedicado ao poder, política e Estado com conceitos semelhantes aos do *Moderna Plus*, inclusive explorando Max Weber e sua definição de poder. Também, o livro oferece uma análise mais detalhada das formas históricas do Estado, abordando o Estado absolutista (com ênfase em Hobbes), o Estado liberal (Adam Smith), os Estados socialistas (Lenin), além dos Estados nazista e fascista com menção a Carl Schmitt, ideólogo do regime nazista. Discute ainda o Estado de bem-estar social fundamentado em John Maynard Keynes, e o Estado neoliberal.

É importante salientar a diferença que está no fato de que o *Sociologia em Movimento* dedica uma parte significativa para a formação do Estado brasileiro, percorrendo uma cronologia histórica que abrange o período colonial, a República Velha, a Era Vargas, a democracia populista, a ditadura militar e a Nova República. Também inclui as contribuições sociológicas de pensadores brasileiros como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Jessé Souza, Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso. Esses autores não são mencionados no capítulo do *Moderna Plus*, o que representa um corte importante na discussão sobre a formação social e do pensamento político brasileiro.

Dessa forma, podemos concluir que enquanto o *Moderna Plus* apresenta um conteúdo estruturado e alinhado com conceitos clássicos e contemporâneos da Ciência Política, focando em teoria política, sistemas de governo e teoria democrática, ele se destaca por não aprofundar o estudo histórico do Estado brasileiro nem incluir pensadores brasileiros importantes. Já o *Sociologia em Movimento* oferece uma abordagem mais integrada entre teoria e contexto histórico, enriquecendo a compreensão dos processos sociais e políticos do Brasil com uma amplitude maior de autores brasileiros. Pela tabela, conseguimos o

exatamente onde o conteúdo do *Sociologia em Movimento* para de ser recortado para o livro da *Moderna Plus*.

Sociologia em Movimento - capítulo 6: Poder, política e Estado (2017)	Moderna Plus vol. 4 - capítulo 2: Poder, política e democracia (2020)
<p>Primeiras palavras</p>	<p>Poder, política e Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poder. - Formas de exercício do poder. - O poder legítimo e as formas de dominação. - Política. - Estado. - Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república. - Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo - Unicameral e bicameral. - Formas de participação política: partidos e sistemas eleitorais.
<p>Poder, política e Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poder. - Formas de exercício do poder. - O poder legítimo e as formas de dominação. - Política. - Estado. - Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república. - Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo - Unicameral e bicameral (box: Saiba mais). - Formas de participação política: partidos e sistemas eleitorais. 	<p>As relações de poder na sociedade contemporânea</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado de bem-estar social. - Estado neoliberal. - Ocupação simbólica de Wall Street. - A vez da direita.
<p>As relações de poder na sociedade contemporânea</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado absolutista. - Estado liberal. - Estados socialistas. - Estados nazista e fascista. - Estado de bem-estar social. - Estado neoliberal. 	<p>Democracia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressões históricas da democracia no Ocidente. - Democracia direta. - Democracia representativa. - Democracia participativa. - Teoria democrática moderna. - Liberdade e igualdade no liberalismo político.

	<ul style="list-style-type: none"> - Contratualismo. - Teoria democrática contemporânea. - Liberalismo e democracia. - Socialismo e democracia. - Pluralismo e outras correntes atuais.
Formação do Estado brasileiro <ul style="list-style-type: none"> - O período colonial. - O período imperial. - República velha. - A Era Vargas. - Democracia populista. - A ditadura militar. - Nova República. 	

Tabela 10: Comparação da organização dos capítulos sobre cultura dos livros *Sociologia em Movimento* e *Moderna Plus* vol. 4: Poder e Política. (elaboração: autora)

No estudo sobre trabalho, os livros *Sociologia em Movimento* e *Moderna Plus* apresentam abordagens bastante convergentes, contudo ainda apresenta diferenças na organização e extensão do conteúdo. Recapitulando o capítulo do *Sociologia em Movimento*, lembramos que tem como objetivo principal mostrar que o mundo do trabalho é dinâmico, sujeito a mudanças causadas por múltiplos atores políticos e sociais, e faz a análise das transformações no trabalho em conexão com a evolução da produção capitalista. A trajetória teórica inicia com as análises clássicas, destacando Max Weber e sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, evidenciando o vínculo entre a ética protestante e o impulso ao capitalismo. Em seguida, o texto aprofunda nos três grandes pensadores clássicos fundamentais: Karl Marx, com sua ênfase na exploração histórica do trabalho; Max Weber, com a ética do trabalho; e Émile Durkheim, que destaca o trabalho como fonte de solidariedade social. Cada autor recebe uma atenção específica, articulando contribuições distintas para a compreensão do trabalho.

O capítulo apresenta também sobre os métodos produtivos, apresentando a racionalização do trabalho por meio do taylorismo, com Frederick Taylor destacado na seção *Quem escreveu sobre isso*, e o fordismo, ligado a Henry Ford, ressaltando a implantação da linha de montagem como método revolucionário. Avançando, o texto aborda o toyotismo associado a Taiichi Ohno, incorporando a evolução dos modos produtivos na contemporaneidade. Ao abordar o cenário atual do trabalho, o capítulo enfatiza tanto avanços quanto retrocessos, com destaque para a informalidade crescente no mercado de trabalho. De modo geral, o capítulo do *Sociologia em Movimento* combina uma perspectiva histórica,

teórica e crítica das transformações do trabalho no capitalismo, demonstrando como tais processos impactam o trabalhador e a organização social.

Por sua vez, o volume 3 da coleção *Moderna Plus*, intitulado Trabalho, Ciência e Tecnologia, apresenta no capítulo 2, intitulado “Mundo do trabalho e desigualdade social”, uma abordagem que se assemelha diretamente com o conteúdo do *Sociologia em Movimento*, embora ainda na tentativa de adaptar para o contexto interdisciplinar da coleção. O capítulo inicia discutindo como, historicamente, o trabalho foi utilizado para classificar as pessoas nas sociedades ocidentais, valorizando a atividade intelectual mais do que o trabalho braçal, criando hierarquias sociais. Aponta que, nos séculos XVIII e XIX, a ideologia capitalista estabeleceu o trabalho como via de realização individual e social, embora a exploração e a degradação do trabalhador contrariem essa lógica ao ampliar a desigualdade.

Assim como no *Sociologia em Movimento*, o *Moderna Plus* examina as perspectivas de Marx, Weber e Durkheim sobre o trabalho. Marx é abordado a partir de sua análise da divisão social do trabalho e da divisão da sociedade em classes, vinculada à propriedade privada dos meios de produção e à relação entre burguesia e proletariado. Elementos do processo de trabalho, como força de trabalho, objeto e meio de trabalho, além do conceito de mais-valia, são detalhados. Weber é colocado em evidência com a sua ética do trabalho e o “espírito do capitalismo”, e Durkheim é citado para explicar os dois tipos de solidariedade social (mecânica e orgânica) gerados pelo trabalho.

O *Moderna Plus* também traz explicações sobre o taylorismo, mencionando Frederick W. Taylor, e o fordismo, reconhecendo Henry Ford, além de tratar dos desempregos estrutural e conjuntural. O discurso sobre o precariado dialoga diretamente com a discussão do *Sociologia em Movimento*, destacando a relevância crescente do tema no Brasil, com ênfase nos estudos dos sociólogos Ruy Braga e Giovanni Alves, que defendem a inserção desse grupo nas relações do proletariado assalariado. Ainda que o *Moderna Plus* incorpore discussões sobre desigualdade social a partir de múltiplas determinações – econômicas, políticas, sociais e culturais – e apresente os conceitos de classe em Marx e Weber, o livro traz também uma perspectiva brasileira ao detalhar diferentes tipos de desigualdade no país, aspecto que fortalece a conexão do material com a realidade local. Contudo, é importante destacar que esse capítulo do *Moderna Plus* constitui um resumo e reorganização de conteúdos presentes nos capítulos 9 e 10 do *Sociologia em Movimento*. Muitas passagens são semelhantes, tanto em conteúdo quanto em texto, mostrando que houve um esforço de recorte

e adaptação para adequar o material ao contexto interdisciplinar da coleção *Moderna Plus*, sem perder os principais conceitos trabalhados.

Sociologia em Movimento - capítulo 9: Trabalho e Sociedade (2017)	Moderna Plus vol. 3 - capítulo 2: Mundo do trabalho e desigualdade social (2020)
Primeiras palavras	Trabalho e capitalismo - Transformações no mundo do trabalho.
A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim - Karl Marx e a história da exploração do homem. - Max Weber e a ética do trabalho. - Émile Durkheim e o trabalho como gerador de solidariedade.	A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim - Karl Marx e a exploração do ser humano. - Max Weber e a ética do trabalho. - Émile Durkheim e o trabalho como gerador de solidariedade - Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.
As experiências de racionalização do trabalho	Sistemas de organização do trabalho - Taylorismo e fordismo. - Sistemas flexíveis de produção. - O sindicalismo
Sistemas flexíveis de produção	Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos - Precariado: nova classe ou velho proletariado?
Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos	Estratificação e desigualdades sociais - Desigualdade digital. - Classes e desigualdades sociais - Conceito de classe para Marx. - Conceito de classe para Weber.
	Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário de mudanças e permanências socioeconômicas - As desigualdades de gênero no Brasil. - A desigualdade racial no Brasil. - A divisão de gêneros no trabalho: a mulher entre o público e o privado. - Desigualdade na distribuição da riqueza

Tabela 11: Comparação da organização dos capítulos sobre cultura dos livros Sociologia em Movimento e Moderna Plus vol. 3: Mundo do trabalho e desigualdade social. (elaboração: autora)

Por fim, a análise comparativa entre os livros *Sociologia em Movimento* e *Moderna Plus* revela que em muitos momentos, parte significativa dos conteúdos do *Moderna Plus* corresponde a um “copia e cola” do material já apresentado no *Sociologia em Movimento*. Essa “reciclagem” textual, acompanhada de cortes e reorganizações, pode, pelo menos inicialmente, ser interpretada como uma limitação do novo livro, especialmente no que diz respeito ao aprofundamento teórico e à ampliação das discussões.

No entanto, é fundamental contextualizar essa situação diante do cenário de produção dos livros para o PNLD 2021. A exigência de interdisciplinaridade, os limites de espaço, os prazos para entrega de material e as diretrizes curriculares impuseram desafios tanto para os autores quanto para as editoras. Diante disso, desenvolver um material completamente novo, inteiramente original e com um projeto interdisciplinar idealizado do zero demandaria não só um tempo muito maior, mas também amplo investimento de recursos e dedicação. Nesse sentido, os cortes realizados e a reutilização seletiva de textos já consolidados nos livros anteriores podem ser compreendidos como uma estratégia prática e necessária para “salvar” conteúdos essenciais, garantindo que os professores das disciplinas tivessem acesso a um material minimamente consistente para trabalhar em sala de aula dentro das novas diretrizes. Portanto, podemos dizer que houve uma estabilização, mesmo que em alguns momentos precária, do conhecimento de sociologia nos livros pós-Reforma.

Esse cenário também nos leva a uma reflexão maior sobre o impacto das Reformas do Novo Ensino Médio na efetiva transformação da educação. Se muitos conteúdos permanecem os mesmos de textos já existentes, com pouca inovação na circulação do pensamento e nos debates, podemos questionar até que ponto houve uma ruptura significativa com modelos considerados até então ultrapassados. Embora a reformulação curricular proponha mudanças estruturais, na prática da produção e circulação dos materiais didáticos, observa-se que o percurso ainda está longe de uma ruptura completa, evidenciando um processo gradual e por vezes conservador na reconstrução do discurso educacional. Dessa forma, apesar das limitações evidentes na reedição dos conteúdos e do uso recorrente do “copia e cola”, deve-se reconhecer o esforço editorial e autoral em tentar preservar a continuidade e a relevância dos temas fundamentais para o ensino das Ciências Humanas, considerando as complexidades e impedimentos institucionais do contexto os quais estavam inseridos.

5 O SUPLEMENTO AO PROFESSOR: UMA PONTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA

Este capítulo apresenta uma análise sobre o Suplemento ao Professor da coleção didática Moderna Plus - CHSA. A análise fundamenta-se na operação de Sistematização, em que se refere ao processo da constituição e articulação entre produtores e receptores do conhecimento, e tem como variável analítica as Relações (Meucci, 2020). Esta operação está relacionada às agências que, interligadas, definem justificativas sociais e intelectuais, selecionam agentes e garantem a repercussão (circulação) do conteúdo, abrangendo as dimensões econômica, social e política da produção e distribuição dos livros. Assim, essa proposta metodológica permite analisar os conteúdos do Suplemento de forma detalhada, investigando suas orientações para o trabalho pedagógico, a circulação dos livros nas escolas e a interlocução entre agentes diversos da produção do conhecimento escolar, incluindo Estado, editora, docente e aluno. O objetivo é demonstrar como o Suplemento atua como um veículo de dominação burocrática (Weber, 1999) instrumentalizando a interdisciplinaridade de modo a provocar o desmanche da lógica disciplinar.

A dominação burocrática na estrutura e funcionamento do *Suplemento ao Professor*

O Suplemento ao Professor integra a coleção Moderna Plus de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que, como mencionado anteriormente, é composta por seis volumes temáticos independentes, organizados por eixos relacionados às categorias fundamentais definidas pela BNCC. Com 79 páginas, o Suplemento oferece um conjunto diversificado de recursos teórico-metodológicos e orientações práticas para o desenvolvimento do trabalho docente em sala de aula. Além disso, e talvez o mais importante para a compreensão da nossa investigação, está o entendimento de um esquema que interliga os agentes envolvidos: o Edital do PNLD 2021 (representando o Estado), que estabelece as normas a serem seguidas pelas editoras; o Suplemento, que chega ao professor; e, por fim, o professor, que leva o conteúdo aos estudantes, já que o Suplemento apresenta sugestões sobre como trabalhar os conteúdos com os alunos. Dessa forma, há um diálogo entre o Estado e a comunidade escolar que ocorre diretamente por meio da editora.

A estrutura do Suplemento, em parte, está prevista no edital do PNLD e divide-se em duas partes principais: a primeira trata dos pressupostos teórico-metodológicos, abrangendo temas como o Novo Ensino Médio, a BNCC, a interdisciplinaridade, sugestões de cronogramas flexíveis e diversas práticas pedagógicas, incluindo levantamento de conhecimentos prévios, metodologias ativas e avaliação; a segunda parte compreende orientações detalhadas específicas para cada volume da coleção, tratando das justificativas, objetivos de aprendizagem, articulação com as competências e habilidades da BNCC, bem como sugestões, comentários e respostas para cada seção do livro do aluno, que traz atividades diversificadas voltadas à pesquisa, à intervenção cidadã e à ativação de conhecimentos prévios, como é assim colocado no Suplemento.

Como foi observado no terceiro capítulo, nas análises dos editais, o edital do PNLD 2021 deixa explícito que a explicação sobre o Novo Ensino Médio deveria constar nos materiais de apoio aos gestores escolares. Parte desse conteúdo está, portanto, prevista no edital, mas no Suplemento ao professor não há previsão para a defesa do Ensino Médio.

O Suplemento dedica sua seção inicial a justificar a necessidade da Reforma, situando-a como resposta aos “graves problemas históricos” e contemporâneos do sistema educacional brasileiro. Entre os principais diagnósticos levantados e enfatizados no Suplemento está a suposta crise e o esgotamento do modelo tradicional de ensino vigente desde a Primeira República (Vários Autores, 2020 p. V), marcado por uma segmentação fragmentada e descontextualizada do conhecimento, o que o tornava distante da realidade dos jovens e incapaz de motivá-los. Os baixos resultados escolares e o alto índice de evasão na etapa do Ensino Médio foram dados sustentados por avaliações nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Os índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) permaneciam estagnados e abaixo das metas estabelecidas por mais de uma década, tanto na rede pública quanto na privada, enquanto dados do IBGE indicavam uma evasão próxima de 11,8% entre os jovens de 15 a 17 anos, reforçando a urgência das mudanças propostas.

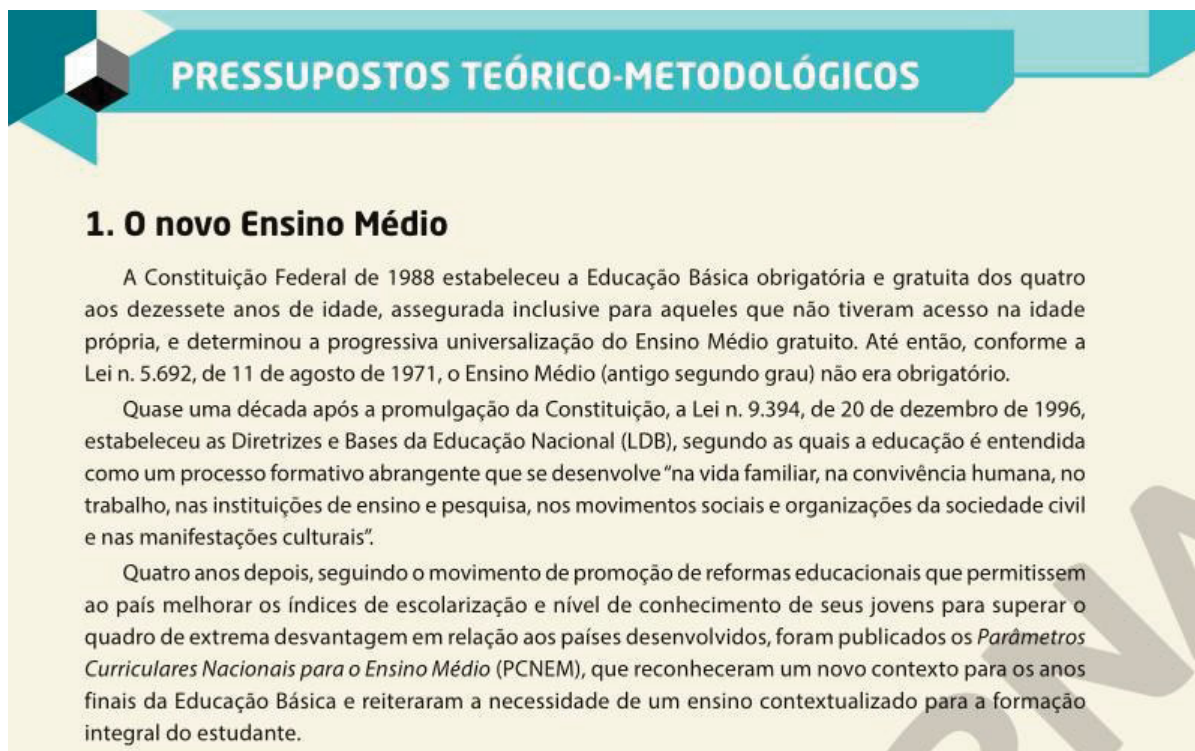


Figura 6: O que diz o Suplemento sobre o NEM (fonte: Vários Autores, 2020, p. V)

Dessa forma, a editora apresenta o Suplemento ao Professor como um instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos documentos oficiais. De acordo com o próprio material, ele também visa colaborar para a formação de estudantes críticos, participativos e comprometidos com a diversidade. Além disso, o material sugere práticas que promovem ambientes escolares inclusivos, capazes de respeitar a multiplicidade de estudantes e suas especificidades. O Suplemento atua, portanto, como um instrumento de implementação, no qual a editora exerce, ainda que de forma discreta, uma voz ativa.

O Suplemento opera como a ferramenta essencial para a interlocução entre agentes diversos, estabelecendo um esquema que interliga o Estado (representado pelo Edital do PNLD 2021), a Editora (agente tradutor), o Professor (executor) e o Estudante (o receptor). Esse processo de dominação burocrática é a forma mais pura e racional de exercício de dominação, caracterizada pela precisão, continuidade, disciplina, rigor e calculabilidade⁸.

⁸ Refere-se, para Weber, à capacidade de prever e calcular as consequências jurídicas. Essa previsibilidade é alcançada pela racionalização e sistematização do direito (tornando-o formal e abstrato). A dominação burocrática, por ser a forma mais racional de administração, é o aparato que garante esse alto grau de calculabilidade, mediante a aplicação de regras e assegurando a continuidade técnica e quantitativa da execução das tarefas.

Por isso, retomamos Weber e seu conceito de dominação burocrática, desta vez para compreender o que acontece nessa ponte de diálogo entre o Estado e a comunidade escolar, que é o Suplemento ao Professor.

A teoria da dominação burocrática de Max Weber pode ser aplicada para analisar a complexa relação entre o Estado, os editais, a editora, o professor e os alunos dentro do ciclo educacional. Weber (2015) define a burocracia como a forma mais pura e racional de dominação legal, caracterizada por precisão, continuidade, disciplina, rigor e calculabilidade, elementos essenciais para garantir o máximo rendimento na gestão e na execução de regras.

No contexto educacional, o Estado exerce sua dominação por meio da criação e imposição de normas e regulamentos, buscando estabelecer uma ordem racional. A legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação, junto com os editais do Programa Nacional do Livro Didático são exemplos concretos dessa dominação legal, funcionando como um sistema estabelecido de regras que geram direitos e obrigações. A BNCC, coordenada pela União, fundamenta a validade dessas normas ao definir as competências e diretrizes que orientam a educação brasileira. A Reforma e a BNCC, ao deslocarem o foco do conteúdo informativo para o desenvolvimento de competências e habilidades, reforçam a importância da calculabilidade dos resultados educacionais, compatível com a lógica técnico-econômica da sociedade moderna, que valoriza resultados mensuráveis e estruturados por áreas do conhecimento.

Neste cenário, a editora desempenha um papel fundamental como um aparelho de recontextualização burocrática. Ela atua como uma organização privada especializada que traduz e implementa as normas estatais, produzindo materiais didáticos adequados aos editais. Para isso, conta com autores e especialistas que garantem a superioridade técnica necessária ao funcionamento da burocracia. O Suplemento ao Professor, por exemplo, é uma documentação que oferece suporte teórico-metodológico e orientações práticas, funcionando como um guia para a atividade profissional do professor, organizando seu trabalho segundo as regras estabelecidas.

Os professores, como funcionários dentro dessa estrutura burocrática, têm a função de executar a administração educacional. Suas ações devem se basear numa relação associativa racional, obedecendo às regras impessoais e não às pessoas. Espera-se que o professor possua formação específica e atue de forma objetiva, cumprindo as diretrizes estabelecidas pela BNCC e pelo Suplemento, sem influências pessoais, aplicando a disciplina entendida como obediência pronta e treinada. Por fim, os alunos são vistos como os

dominados nesse sistema, cuja finalidade é promover seu desenvolvimento intelectual e prepará-los para o mercado de trabalho e a cidadania, atendendo às exigências utilitaristas. A avaliação constante, por meio de instrumentos como o Saeb e o Enem, funciona como um mecanismo de controle que garante que o professor esteja cumprindo os objetivos definidos pelas autoridades superiores, assegurando a eficácia do aparato burocrático na educação.

5.1 A interdisciplinaridade como artifício burocrático e desmanche da lógica disciplinar

Partimos da premissa de que o Suplemento do Professor, neste edital em particular, operou tanto como suporte essencial ao trabalho docente oferecendo recursos teórico-metodológicos e orientações práticas, quanto como ferramenta de orientação acerca da Reforma do Ensino Médio de 2017 e suas diretrizes curriculares, especialmente no que concerne à BNCC. A Reforma de 2017 se propôs a justificar a necessidade de superação do "esgotamento do sistema tradicional de ensino", marcado pela segmentação fragmentada do conhecimento, o que levou à reestruturação curricular em áreas de conhecimento e ao deslocamento da ênfase da transmissão de conteúdos para o desenvolvimento de competências e habilidades.

No que se refere à interdisciplinaridade, o Suplemento enfatiza esse conceito como algo que rompe as barreiras entre disciplinas, integrando conhecimentos para aproximar o ensino da realidade vivida. Ainda de acordo com o Suplemento, essa abordagem é essencial para enfrentar os desafios atuais complexos, como a globalização, tecnologia e questões ambientais, que exigem soluções inovadoras e integradas (Vários autores, 2020, p. XXXVII). O ensino interdisciplinar é diferenciado da transversalidade, entendida esta como uma dimensão didático-pedagógica, sendo a interdisciplinaridade marcada pelo princípio da reciprocidade, onde as fronteiras disciplinares tornam-se permeáveis e os saberes se influenciam mutuamente, se transformando e enriquecendo. Essa abordagem rejeitaria a ideia de conhecimento estável e acabado, assim, de acordo com o Suplemento, valorizaria a complexidade e a dinamicidade do conhecimento e da realidade. O documento ainda compara a BNCC a um quebra-cabeça, onde as peças (saberes das diferentes áreas) devem estar conectadas corretamente para alcançar o processo educativo significativo e a formação integral do jovem para a vida.

No modelo de ensino ordenado disciplinarmente, mesmo quando se trabalhava de maneira mais coordenada, os componentes disciplinares

preservavam intactos seus contornos e as fronteiras entre elas eram nítidas. Ou seja, cada um delimitava claramente seu objeto de estudo, seu campo teórico e conceitual e suas metodologias. Não eram raros trabalhos que envolviam duas ou mais disciplinas, mas em geral se caracterizavam por serem trabalhos multidisciplinares, ou seja, várias disciplinas debruçavam-se sobre um mesmo tema, cada uma estudando-o de sua perspectiva. Ao final, os estudantes podiam desenvolver algum tipo de trabalho em que fizessem uma síntese dos conteúdos aprendidos, mas a interação entre as disciplinas ficava limitada. (Vários Autores, 2020, p. XXXVII)

Assim, quando a interdisciplinaridade é promovida, as fronteiras entre as disciplinas se tornam permeáveis, e conhecimentos de um campo passam a agir sobre o outro, transformando-o e enriquecendo-o. Como exemplo de interdisciplinaridade é possível citar o impacto causado na arqueologia pelo emprego de uma gama de conhecimentos químicos, físicos e biológicos na datação de artefatos arqueológicos ou no mapeamento genético de populações nativas de várias regiões do planeta.

Além disso, a interdisciplinaridade traz para dentro da sala de aula a efetiva experiência da realidade vivida pelos indivíduos, na medida em que no seu cotidiano, não há divisão disciplinar da vida. Todos os conhecimentos se articulam para permitir aos sujeitos compreenderem e agirem na vida social. Essa renovação na Educação é urgente, pois os problemas que se impõem aos homens e mulheres do presente não podem mais ser resolvidos por meio de soluções pautadas por conhecimentos fechados em campos especializados. O processo de globalização, o alto grau de desenvolvimento tecnológico, os graves desequilíbrios ambientais e a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas dentro de cada país e entre todos eles exigem respostas originais e criativas, que sejam capazes de considerar todos esses aspectos simultaneamente. (Vários Autores, 2020, p. XXXVII)

O Suplemento apresenta a interdisciplinaridade também como uma resposta necessária à complexidade da vida contemporânea, sinalizando que os problemas atuais requerem uma abordagem educacional capaz de articular diversos saberes para formar um entendimento holístico e crítico do mundo. Nesse sentido, o Suplemento é estruturado para viabilizar essa integração interdisciplinar na área de CHSA, mostrando maneiras de articular os quatro componentes curriculares por meio de volumes temáticos integrados e eixos estruturantes baseados nas categorias da BNCC, como tempo e espaço, território e fronteira, cultura e ética. O Suplemento sugere ainda a coordenação entre professores de diferentes disciplinas, enfatizando a importância do planejamento conjunto para que a narrativa pedagógica acompanhe uma disposição integrada do conhecimento, mesmo que os professores não estejam no mesmo espaço e tempo.

No entanto, o exame aprofundado do material evidencia uma tensão persistente entre a proposta interdisciplinar e a manutenção da lógica disciplinar tradicional, observada tanto na organização do conteúdo como nas orientações do Suplemento. Apesar do edital do PNLD 2021 procurar romper com a organização disciplinar dos conteúdos dos livros didáticos,

exigindo coleções agrupadas por áreas do conhecimento, a editora Moderna adotou estratégias para orientar professores, cuja organização do campo de saber e do tempo de aula é rigorosamente disciplinar, no manuseio do livro em comum com outras áreas. Essa prática configura uma tentativa explícita de preservar divisões disciplinares no conteúdo, facilitando o uso do material e sinalizando as dificuldades reais para uma mudança estrutural mais radical.

Essa nova forma de trabalhar os conteúdos escolares exige, necessariamente, mais diálogo e partilha de conhecimento entre os professores para que possam acompanhar o trabalho dos estudantes e orientar seus estudos e descobertas. Além disso, será preciso dominar com desenvoltura os conhecimentos específicos de sua área de formação acadêmica para poder transitar por ela com desenvoltura, mobilizando conceitos, teorias, métodos e técnicas de maneira dinâmica.

Figura 8: Exigência de professores com formação específica na área. (fonte: Vários Autores, 2020, p. XXXVIII)

5.1.1. A tensão entre a manutenção das disciplinas e a flexibilização das fronteiras disciplinares no Novo Ensino Médio

Como já foi mencionado, a interdisciplinaridade foi amplamente ressaltada pela Reforma como uma das propostas para superar o esgotamento do sistema tradicional de ensino. Nesse contexto, o Suplemento reforça nossa hipótese de que essa interdisciplinaridade, na prática, atuou como um desmonte das disciplinas. Além disso, entende-se que o próprio Suplemento funcionou como uma ferramenta que legitima a desconstrução da lógica disciplinar.

Por meio desse material, podemos identificar o papel da editora na Reforma: se atuou apenas como um instrumento passivo para viabilizar a implementação do Novo Ensino Médio ou se, em algum momento, teve voz ativa no processo. O Suplemento demonstra, em certos momentos, que a editora procura preservar as divisões disciplinares no conteúdo, facilitando seu uso pelos professores e revelando as reais dificuldades para uma mudança estrutural mais profunda. Além disso, o Suplemento sugere explicitamente a coordenação entre docentes de diferentes disciplinas, destacando a importância do planejamento conjunto para que a narrativa pedagógica seja organizada de forma integrada. A editora ainda busca minimizar a

ruptura, por exemplo, ao recomendar a formação prioritária dos professores para cada segmento do material.

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **sociologia** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Figura 7: Sugestão de divisão de capítulos entre professores. (fonte: Vários Autores, 2020, p. LXX)

No entanto, essa tentativa de preservar a lógica disciplinar coexiste com a diluição do conhecimento estruturado. A ênfase é colocada em "práticas para o ensino" e "metodologias ativas", onde os conteúdos conceituais são flexibilizados e apresentados de maneira articulada e aberta, conforme se façam necessários para responder a questões práticas.

Contudo, o resultado prático é que a estrutura do material, organizada em volumes temáticos e focada em competências amplas e habilidades transversais (como a Competência Geral da Educação Básica 2, que valoriza a curiosidade intelectual sem especificidade disciplinar clara), leva à diluição do conteúdo específico.

5.1.2. O desmanche das disciplinas

A desdisciplinarização, entendida como o desmanche da lógica disciplinar, torna-se evidente na estrutura didática do Suplemento, que resulta em uma aparente fragmentação e superficialidade dos conteúdos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Um dos aspectos que evidenciam essa desestruturação é o rompimento da linearidade tradicional, já que os volumes são organizados por eixos temáticos, como Globalização, Emancipação e Cidadania, substituindo a sequência lógica típica das disciplinas convencionais.

Além disso, observa-se a generalização das habilidades propostas nas atividades, exemplificada pelo boxe "Você pesquisador", que sugere práticas genéricas como a revisão bibliográfica e a busca por fontes confiáveis, sem estabelecer uma especificidade disciplinar clara. Outro elemento importante é o enfoque utilitarista presente no material, que promove explicitamente a articulação entre as Ciências Humanas e as Ciências Exatas, reforçando uma visão utilitarista do conhecimento. Por exemplo, a incorporação de atividades relacionadas ao

Pensamento Computacional nas Ciências Humanas refletem uma racionalidade que valoriza a aplicação prática do conhecimento humanístico tanto para a vida cotidiana quanto para o mercado de trabalho.

A interdisciplinaridade proposta pelo Novo Ensino Médio, na prática, resulta em uma "desdisciplinarização" disfarçada, ou seja, um desmanche das disciplinas. O que observamos é uma lógica que descaracteriza as disciplinas tradicionais, onde, na prática, elas parecem lutar entre si para abordar temáticas e conceitos que poderiam ser comuns a diferentes áreas.

A hipótese de que a interdisciplinaridade do Novo Ensino Médio leva ao desmanche das disciplinas é reforçada por exemplos presentes no Suplemento ao Professor, que indicam a diluição da especificidade disciplinar em favor de temas e habilidades amplas. O documento evidencia que, enquanto o modelo anterior da educação era marcado pela segmentação clara e fragmentação do conhecimento, com fronteiras definidas entre disciplinas, a nova proposta promove a interdisciplinaridade por meio da reciprocidade e permeabilidade dessas fronteiras, resultando na descaracterização das disciplinas tradicionais. Por exemplo, a coleção didática organizada em seis volumes temáticos – como Globalização, Emancipação e Cidadania ou Trabalho, Ciência e Tecnologia – segue uma lógica independente e não sequencial, rompendo com a linearidade típica das disciplinas convencionais.

Analisando especificamente o volume Globalização, Emancipação e Cidadania, observam-se características que sustentam esse desmanche. Um dos aspectos centrais é a diluição do conteúdo específico das disciplinas tradicionais (como Filosofia, Sociologia, História e Geografia) em prol do desenvolvimento de habilidades transversais e competências amplas definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Por exemplo, a Competência Geral da Educação Básica 2, que valoriza a curiosidade intelectual e os métodos de investigação, é trabalhada no box "Você pesquisador", que propõe atividades genéricas como a revisão bibliográfica e a busca por fontes confiáveis na internet, sem especificidade disciplinar clara.

Além disso, o Suplemento evidencia como a Base Nacional Comum Curricular fundamenta esse desmanche. Nos capítulos 2 (A BNCC para o Ensino Médio) e 3 (A BNCC na coleção), o Suplemento ao Professor mostra que conforme a Base, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é composta pelas disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, que, em conjunto, têm como objetivo aprofundar conhecimentos essenciais desenvolvidos no Ensino Fundamental, com ênfase em uma formação ética e crítica. Dessa

forma, a BNCC estabelece categorias para estruturar os conteúdos da área, tais como: tempo e espaço, território e fronteira, indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética, política e trabalho.

Tempo e Espaço	São categorias essenciais que permitem a identificação de contextos, a análise de acontecimentos e a compreensão de processos, incluindo suas rupturas e permanências. Espera-se que os estudantes compreendam as dimensões simbólicas e abstratas do tempo e as noções históricas e culturais do espaço.
Território e Fronteira	Categorias indispensáveis para a compreensão de processos identitários relacionados à territorialidade e ao estabelecimento de fronteiras de diferentes significados (culturais, econômicas, sociais, entre outras). Fronteira deve ser entendida como uma categoria historicamente construída.
Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	Permitem a análise crítica dos estudantes sobre a sociedade em que vivem e sobre si mesmos como indivíduos, possibilitando a compreensão das diferentes formas de organização social baseadas em valores, tradições, práticas, hábitos e formas específicas de manejar a natureza.
Política e Trabalho	Categorias importantes por mediar a vida em sociedade. A política deve ser compreendida como meio de inserção do indivíduo no coletivo, de prática da cidadania e como forma das lógicas de poder estabelecidas. O trabalho pode ser compreendido por diversas perspectivas (filosófica, histórica e sociológica), relacionando-se à transformação da natureza, à produção de riqueza, à humanização ou à alienação.

Tabela 12: Temas que orientam a área de CHSA (elaboração: autora)

A diluição do saber também ocorre por meio da incorporação dos Temas Contemporâneos Transversais ao conteúdo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Temas

como Ciência e Tecnologia aparecem em discussões sobre instrumentos náuticos na era digital, enquanto a Educação Fiscal é abordada no contexto da distribuição de impostos e igualdade global. Embora essa transversalidade integre grandes questões da vida real, ela dispersa o conteúdo disciplinar original em função de problemas amplos e genéricos.

Ainda, o Suplemento detalha que a BNCC define seis competências específicas para essa área, incluídas no conjunto das dez competências gerais de toda a Educação Básica, que abrangem a análise crítica dos processos sociais, culturais, ambientais e políticos, a participação cidadã, o respeito aos direitos humanos, entre outros aspectos. Essas competências específicas se desdobram em habilidades, como o uso crítico das linguagens cartográfica, gráfica e tecnológica para comunicação e tomada de decisões.

Competência específica 1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Competência específica 2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
Competência específica 3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
Competência específica 4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

Competência específica 5	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Competência específica 6	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Tabela 13: Competências específicas para CHSA (Fonte: Vários Autores, 2020)

A Base adota a noção de "juventudes" no plural, reconhecendo os jovens do Ensino Médio como sujeitos com valores, comportamentos e necessidades específicas. O ensino, então, deve garantir o desenvolvimento de competências que os habilitem para uma leitura crítica da realidade, para o exercício da cidadania e para o delineamento consciente de seus projetos de vida.

Outro aspecto importante sobre BNCC que é colocado no Suplemento é a valorização das tecnologias digitais e da computação, organizadas em três eixos de aprendizagem: Cultura Digital, que envolve o uso ético e responsável das tecnologias; Mundo Digital, que trata da compreensão técnica; e Pensamento Computacional, focado na resolução metódica de problemas. A dimensão da Cultura Digital é vista como inerente à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), pois se alinha diretamente com a formação ética e cidadã.

Na perspectiva teórica de Michael Young (2011) – a qual será aprofundada adiante –, há uma crítica às políticas educacionais que marginalizam a centralidade do conhecimento. Tais políticas privilegiam o aluno, os resultados mensuráveis ou a busca por relevância para a experiência individual e o mercado de trabalho. Young classifica essa abordagem como instrumentalista, pois trata o currículo como um meio para alcançar objetivos externos (como motivar alunos ou solucionar problemas sociais), em vez de reconhecê-lo como uma finalidade em si: o desenvolvimento intelectual dos estudantes por meio de conceitos teóricos.

Por fim, verifica-se que a Sociologia do conteúdo curricular, embora ainda presente, perde especificidade e carga horária definida no modelo de 2018, passando a compor a área ampla de CHSA. Os conteúdos das ciências sociais orientam as competências da área, mas

sem diferenciação clara entre componentes curriculares. Por exemplo, no capítulo sobre Globalização, o desenvolvimento da competência da área é apoiado por análises políticas, econômicas e sociais, com o professor de Sociologia indicado para liderança, mas o conteúdo permanece temático e abrangente, envolvendo direitos humanos, refugiados e movimentos sociais.

Esses exemplos indicam que, apesar do esforço da editora em preservar a lógica disciplinar ao sugerir professores especialistas para cada segmento, a estrutura dos materiais e as propostas pedagógicas acabam fragmentando e dissolvendo os conceitos disciplinares em um conjunto de habilidades e temas genéricos, corroborando a hipótese de desdisciplinarização no ensino.

Com os achados do quarto capítulo, vimos que o livro não apresenta estabilidade no conhecimento, que foi transformado em uma quimera, com trechos copiados de livros anteriores sem seguir uma ordem ou lógica linear. Essa abordagem falha em promover uma mudança estrutural radical e, em vez de integrar saberes de forma recíproca, acaba promovendo uma fragmentação e superficialidade aparentes dos conteúdos.

5.2 A conexão final: a calculabilidade burocrática e a negação do conhecimento Poderoso

A dominação burocrática, conforme Max Weber (1999), busca a calculabilidade total no funcionamento administrativo, garantindo uma ordem baseada em normas puramente formais. No Ensino Médio, essa busca se manifesta no foco em competências avaliáveis, como as exigidas pelo ENEM, e na instrumentalização da interdisciplinaridade. O Suplemento ao Professor, ao transmitir essa ordem, atua como um instrumento da dominação estatal, cuja ênfase na racionalidade formal contribui para a diluição do conhecimento estruturado. Segundo a crítica de Young (2011), essa instrumentalização da interdisciplinaridade e a consequente desdisciplinarização comprometem o acesso dos estudantes ao “conhecimento poderoso” e confiável. Em última análise, o Suplemento exemplifica como o Estado, ao exercer sua dominação burocrática, subordina o currículo a uma lógica de racionalidade técnica – pautada na calculabilidade e na administração eficiente – o que provoca a fragmentação e o desmanche da lógica disciplinar, prejudicando o acesso dos alunos a um conhecimento conceitual sólido e estruturado.

5.2.1 Dominação burocrática, instrumentalismo e a perda do conhecimento confiável

A dominação burocrática, ao exigir calculabilidade e precisão, traduz essa necessidade para o campo educacional por meio da ênfase em competências e habilidades que sejam mensuráveis e passíveis de avaliação objetiva. Essa característica da burocracia impõe um modelo de gestão e organização do ensino voltado para resultados quantificáveis, o que influencia diretamente a estruturação do currículo escolar. Quando essa lógica burocrática é aplicada ao currículo, ela se alinha perfeitamente com a visão instrumentalista criticada por Young (2011), que entende o currículo não como um fim em si mesmo, isto é, como um espaço para o desenvolvimento intelectual profundo, mas como um meio para atingir objetivos externos. Esses objetivos incluem a motivação dos alunos, a promoção da resolução de problemas sociais e sobretudo a preparação para o mercado de trabalho, refletindo uma concepção utilitarista do ensino.

Nesse sentido, o Suplemento ao Professor, ao apresentar a Reforma como uma resposta a problemas antigos da educação, como a evasão escolar, e ao enfatizar práticas pedagógicas que são consideradas úteis para a vida cotidiana dos estudantes e para sua inserção no mercado, atua como um claro instrumento dessa lógica instrumentalista e burocrática. Ele reforça uma orientação pedagógica centrada em objetivos práticos e imediatos, deixando em segundo plano a construção de um conhecimento crítico e estruturado.

A dominação burocrática, segundo Weber (1999), busca a calculabilidade total no funcionamento administrativo, garantindo uma ordenação puramente formal das ações. No contexto do Ensino Médio, essa busca pela calculabilidade se manifesta no foco em competências avaliáveis, como aquelas exigidas pelo ENEM, bem como na instrumentalização da interdisciplinaridade. O Suplemento ao Professor, ao incorporar e transmitir essa lógica, atua como um instrumento da dominação estatal, cuja ênfase na racionalidade formal resulta na diluição do conhecimento estruturado. De acordo com a crítica de Young (2011), essa instrumentalização da interdisciplinaridade e a consequente desdisciplinarização comprometem o acesso dos estudantes ao que ela chama de "conhecimento poderoso" e confiável, diminuindo a profundidade e a qualidade do aprendizado oferecido.

Para reforçar a crítica ao desmantelamento das disciplinas, a perspectiva de Young (2011) oferece um argumento poderoso, centrado na necessidade de um currículo baseado no conhecimento e na disciplina, opondo-se à ênfase excessiva no aprendiz, nos resultados mensuráveis ou na "relevância" imediata. O autor considera essa defesa como a opção "radical" para enfrentar a persistência das desigualdades sociais na educação. Young argumenta que as disciplinas são o recurso mais importante para o trabalho de professores e alunos porque oferecem o conhecimento mais confiável que desenvolvemos para transmitir e adquirir "conhecimento poderoso". Para ele, a finalidade fundamental da educação escolar é levar os alunos para além de sua experiência por meio de formas às quais dificilmente teriam acesso em casa. As disciplinas estruturam objetos de pensamento baseados em conceitos teóricos que são sistematicamente relacionados entre si e diferem dos conceitos cotidianos que os alunos adquirem inconscientemente pela experiência diária. Negar o papel das disciplinas é negar aos estudantes o acesso a um conhecimento confiável. Há um paralelo entre a produção de novo conhecimento, que não começa com a experiência do dia a dia, e a aquisição de conhecimento nas escolas, que deve ligar o aprendizado à produção de conhecimento especializado.

Young (2011) ainda faz uma distinção crucial entre currículo e pedagogia. O currículo define os conceitos importantes (o que ensinar), enquanto a pedagogia trata das atividades dos professores para motivar e ajudar os alunos a se engajarem (o como ensinar). Ele defende que o currículo deve excluir o conhecimento cotidiano dos estudantes, pois eles não vão à escola para aprender o que já sabem, cabendo ao professor usar a experiência e o conhecimento anterior dos alunos como recurso pedagógico. A hipótese de que o NEM instrumentaliza a interdisciplinaridade para resolver problemas sociais ou motivar alunos está alinhada com a crítica de Young às reformas que vêem o currículo como instrumento para metas externas, como conseguir empregos ou motivação de alunos, em vez de uma finalidade em si, que é o desenvolvimento intelectual.

Para o autor, as disciplinas são mais do que meros repositórios de conteúdo, elas são entidades históricas dinâmicas e comunidades de especialistas. Elas fornecem conjuntos de conceitos relativamente coerentes que se relacionam explicitamente entre si, o que é fundamental para o progresso do aluno. Currículos baseados em temas ou tópicos, como o proposto pelo NEM em suas áreas fluidas e fragmentadas, inevitavelmente irão perder a coerência. As disciplinas também oferecem aos alunos uma base social para um novo conjunto de identidades como aprendizes. Para alunos desfavorecidos, que já chegam à escola

com menos experiência em tratar o mundo conceitualmente, as disciplinas oferecem a estrutura para a análise e o questionamento do mundo.

Resumindo meu argumento até agora: primeiramente, o currículo precisa ser visto como tendo uma finalidade própria – o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Não deve ser tratado como um meio para motivar estudantes ou para solucionar problemas sociais. Em segundo lugar, o desenvolvimento intelectual é um processo baseado em conceitos, e não em conteúdos ou habilidades. Isso significa que o currículo deve ser baseado em conceitos. Entretanto, conceitos são sempre sobre alguma coisa. Eles implicam alguns conteúdos e não outros. O conteúdo, portanto, é importante, não como fatos a serem memorizados, como no currículo antigo, mas porque sem ele os estudantes não podem adquirir conceitos e, portanto, não desenvolverão sua compreensão e não progredirão em seu aprendizado. (YOUNG, 2011, p. 614)

A percepção de que a interdisciplinaridade do NEM leva à fragmentação, superficialidade e desdisciplinarização é, sob a ótica de Young, um resultado previsível e prejudicial de um currículo que marginaliza a questão do conhecimento estruturado. A disciplina, portanto, não deve ser vista como algo ruim, mas como a estrutura essencial que garante a todos os estudantes, especialmente os menos favorecidos, o acesso ao "conhecimento poderoso" necessário para transcender suas experiências imediatas e participar plenamente da sociedade do conhecimento.

A desdisciplinarização, portanto, conforme revelada pela análise do Suplemento, é um fenômeno preocupante, pois compromete a estrutura essencial que, segundo Young, garante aos estudantes o acesso a um conhecimento confiável, essencial para o progresso da aprendizagem.

Conclui-se que o Suplemento ao Professor atua como fonte reveladora das dinâmicas complexas institucionais e mercadológicas, que envolvem agentes diversos, em que se limitam as práticas escolares, indicando que as mudanças normativas encontram resistências significativas que mantêm no centro das disputas a estrutura disciplinar. Contudo, essa estrutura é mantida sob uma forma diluída, evidenciando a necessidade de aprofundar as investigações sobre os impactos dessa organização curricular na formação crítica dos alunos e na autonomia didática dos professores. A análise aponta para a urgência de uma reflexão sobre a necessidade de se retornar a um currículo focado no conhecimento estruturado e disciplinar como a opção "radical" para enfrentar a persistência das desigualdades sociais na educação.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho investigou a circulação do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio após a Reforma de 2017, utilizando como lente a coleção *Moderna Plus* aprovada no PNLD 2021. A pesquisa buscou compreender como as alterações curriculares repercutiram na nova configuração dos livros didáticos, revelando um processo complexo que transcendeu a mera mudança pedagógica.

A partir da análise do material, evidenciamos que o novo formato imposto pela Reforma e pelos editais do PNLD 2021 não resultou em um livro didático inovador, mas sim em um "não-livro". Este artefato cultural e político é composto por uma coleção confusa de conteúdo reciclado e pouco aprofundado, o que prejudica a organização do conhecimento de CHSA na escola.

Ao longo da construção desta pesquisa, o livro didático do PNLD de 2021 e a forma como o conhecimento é apresentado nele surgem como ponto de partida para compreender não apenas a situação das Ciências Humanas, mas também para refletir sobre uma sociedade que parece menosprezar o conhecimento. Ao examinar a proposta de interdisciplinaridade presente nesses livros, constatamos que, na prática, há uma intenção de “desmantelar” ou dissolver disciplinas consolidadas, que tradicionalmente promovem o pensamento crítico e a reflexão, aspectos pouco valorizados para uma formação de jovens voltada exclusivamente para o mercado de trabalho. Por isso, tais conhecimentos acabam sendo considerados sem utilidade.

Como já colocado, esta dissertação teve como objetivo principal investigar como as mudanças curriculares introduzidas pela Reforma do Ensino Médio de 2017 repercutiram na nova configuração dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2021. Utilizamos a coleção *Moderna Plus* da Editora Moderna como objeto de análise, apoiando-nos metodologicamente na proposta de Meucci (2020) baseada na sociologia configuracional de Norbert Elias e na sociologia do conhecimento, com foco nas operações de sistematização, institucionalização, rotinização e classificação, essa última operação tendo sido adaptada para o presente trabalho.

Ao longo do primeiro capítulo, demonstramos a centralidade do livro didático não apenas como um recurso pedagógico, mas como um dispositivo que organiza o currículo na prática cotidiana da sala de aula, sendo um reflexo direto das diretrizes curriculares e um

objeto sociológico que revela como o conhecimento é classificado e hierarquizado socialmente.

A comparação entre os editais do PNLD de 2018 e 2021, no Capítulo 3, foi crucial para entender as condições de produção e circulação dos novos materiais didáticos. A análise, pautada na operação de sistematização, revelou que a política pública do PNLD 2021 passou por alterações significativas, como a ampliação do escopo para incluir obras literárias e recursos digitais, alterando sua denominação para Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Contudo, essa ampliação veio acompanhada de desafios em termos de clareza e objetividade. Notou-se a substituição constante do termo "editor" por "participante" e "interessados" no edital de 2021, uma ambiguidade que pode ser interpretada como uma tentativa de afrouxar os processos burocráticos e ampliar o escopo dos envolvidos, embora as condições de participação ainda se restringissem a pessoas jurídicas.

O contexto político de elaboração do Edital 2021, marcado pela extinção da SECADI e pela nomeação de agentes com pouca especialização na área educacional, somado ao atraso na publicação do edital e aos prazos apertados, impôs grandes desafios às editoras. Essa pressão resultou em uma estratégia conservadora por parte da produção editorial, recorrendo a autores já experientes no PNLD e ao reaproveitamento de conteúdos.

Os critérios de avaliação do PNLD 2021, por sua vez, unificaram as exigências por área de conhecimento, com um apelo constante à interdisciplinaridade, especialmente com Ciências da Natureza e Matemática. Essa ênfase sugeriu uma priorização do conhecimento útil e da utilidade prática das Ciências Humanas para a vida cotidiana e o mercado de trabalho, em detrimento de abordagens mais críticas e aprofundadas.

No capítulo 4, a análise da coleção *Moderna Plus* demonstrou como a Editora Moderna, parte do Grupo Santillana e líder de vendas no PNLD 2021, adaptou-se às exigências curriculares. A operação de institucionalização evidenciou a validação e certificação dos conteúdos pela BNCC, com o livro totalmente alinhado às competências e habilidades e explicitando-as em seções específicas. Contudo, a estrutura textual e pedagógica da coleção, embora apresente recursos para promover a interdisciplinaridade (como seções de pesquisa e debates), ainda reflete uma continuidade disciplinar. A própria editora forneceu "mapas mentais" em seu website para ajudar os professores a localizar as disciplinas tradicionais (História, Geografia, Sociologia, Filosofia) nos seis volumes temáticos, reforçando a fragmentação.

A rotinização se manifestou na estabilização superficial dos conteúdos. A coleção utiliza uma lógica temporal guiada pela História como eixo integrador, o que, embora crie um panorama contextualizado, acaba resultando em um desequilíbrio entre as disciplinas, onde Sociologia e Filosofia são as disciplinas que mais perdem espaço e profundidade.

A análise comparativa com o livro *Sociologia em Movimento* (PNLD 2018) confirmou a hipótese de reaproveitamento seletivo de conteúdos. Em temáticas como Cultura, Poder e Trabalho, identificou-se a repetição de trechos, conceitos e até mesmo a sequência de tópicos. Essa estratégia, que pode ser vista como prática e necessária diante dos prazos e exigências curriculares, gerou um material com conteúdos fragmentados e menos aprofundados.

Os resultados da pesquisa sugerem que a estabilidade do conhecimento de Ciências Humanas após a Reforma de 2017 é precária. A reorganização curricular, ao menos no recorte dos livros didáticos analisados, demonstra dificuldades em romper com a lógica institucional estabelecida.

Apesar da proposta de uma nova arquitetura curricular baseada em áreas e itinerários formativos, a prática editorial e a estrutura do conteúdo demonstram uma resistência à ruptura total. O material didático cumpriu as exigências formais do edital e da BNCC, mas a rotinização ocorreu pela via da adaptação conservadora e da superficialidade, com o objetivo de garantir a circulação e a conformidade do material.

A perda de espaço e o aprofundamento das disciplinas de Sociologia e Filosofia evidenciam um enfraquecimento das áreas que historicamente promovem a formação crítica e o debate de temas sociais sensíveis, alinhando-se, mais uma vez, às críticas de que a Reforma pode ter privilegiado uma visão utilitarista do conhecimento.

O Capítulo 5 examina o Suplemento ao Professor da coleção Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), destacando seu papel como instrumento da dominação burocrática exercida pelo Estado no campo educacional. Por meio da BNCC e dos editais do PNLD 2021, o Estado desloca o foco do currículo para o desenvolvimento de competências e habilidades avaliáveis, promovendo a calculabilidade dos resultados educacionais. O Suplemento atua como o elo entre o Estado, a editora, o professor e o aluno, orientando o docente a executar essas diretrizes de forma objetiva e disciplinada.

Embora a interdisciplinaridade seja apresentada como resposta às limitações do modelo tradicional de ensino, que fragmentava o conhecimento em disciplinas isoladas, a análise revela que essa interdisciplinaridade acaba por dismantlar a lógica disciplinar. O

material é organizado em volumes temáticos independentes, como Globalização e Cidadania, que diluem os conteúdos específicos em habilidades gerais e temas transversais, sem clara especificidade disciplinar. Além disso, o Suplemento reforça uma visão utilitarista do conhecimento ao promover a articulação entre as Ciências Humanas e áreas como o Pensamento Computacional, reforçando a aplicação prática dos saberes para o cotidiano e o mercado de trabalho.

Esse enfoque instrumentalista compromete o acesso dos estudantes a um conhecimento sólido e confiável, originalmente estruturado pelas disciplinas tradicionais, pois o currículo passa a ser orientado para metas externas, como motivação dos alunos e preparação para o mercado, em vez de priorizar o desenvolvimento intelectual como fim. Apesar dos esforços da editora para manter uma coordenação entre professores especialistas, a influência da burocracia estatal resulta na fragmentação e superficialidade do conteúdo na área de CHSA, evidenciando uma desdisciplinarização do ensino.

Em última análise, os resultados desta pesquisa indicam que não há estabilidade do conhecimento de Ciências Humanas após a Reforma de 2017. O que se observa é uma estabilidade superficial, marcada pela conformidade formal e pela prevalência de uma visão utilitarista, que desvaloriza o debate crítico e a reflexão que as disciplinas de Sociologia e Filosofia historicamente promovem.

A força desta pesquisa reside em evidenciar a complexidade da transição – que a Reforma impõe – do livro enquanto tecnologia específica e artefato cultural, dado que este carrega consigo história, tradição e cultura. Além de evidenciar como esse objeto tem sido atacado e *disputado* por governos, instituições privadas e determinados setores da sociedade. O fato de os livros do PNLD de 2021 apresentarem conteúdos, ainda que superficiais, demonstra a dificuldade de realizar a transformação do livro didático de um formato textual para um formato baseado apenas em tópicos para slides. Isso ocorre porque desejam um livro que não seja textual, que não priorize conteúdo. Assim, propõe-se problematizar a natureza do livro didático, que difere da proposta curricular. A forma que a BNCC estabelece para o currículo exige outro tipo de conteúdo, pois forma e conteúdo são inseparáveis: quando a forma se modifica, o conteúdo também muda. Portanto, a adoção da interdisciplinaridade, das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares requer fluidez, flexibilidade e rapidez na apresentação de diversos conteúdos.

Este trabalho contribui para o campo ao oferecer um levantamento de dados sobre os impactos da Reforma do Ensino Médio de 2017 no PNLD. A complexidade desse "não-livro"

reflete a dificuldade de transformar o livro didático em um formato puramente baseado em tópicos ou *slides*, e serve como base para futuras investigações sobre os limites e possibilidades da formação em Ciências Humanas no Brasil contemporâneo

REFERÊNCIAS

A Fundação Santillana - Fundação Santillana. Disponível em:

<<https://www.fundacaosantillana.org.br/a-fundacao-santillana/>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. (2002). Um objeto variável e instável: texto, impressos e livros didáticos. In: Abreu, Márcia Azevedo de (Org.). *Leitura, história e história da leitura* **Campinas**: Mercado de Letras, p. 529-575.

Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Disponível em:

<<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BITTENCOURT, Andre Veiga. O Brasil e suas diferenças - Uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BODART, C. Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de sociologia no Brasil. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, 1 jan. 2021.

BODART, Cristiano das Neves; ESTEVES, Thiago de Jesus; TAVARES, Caio dos Santos. Perfil autoral dos livros didáticos para o ensino de Sociologia (PNLD 2012-2021). **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, Vol. 7, nº. 1, p. 06-36, Jan./Jul. 2023. ISSN: 2594-3707.

BODART, Cristiano das Neves; DE JESUS ESTEVES, Thiago; DOS SANTOS TAVARES, Caio. PERFIL AUTORAL DOS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA (PNLD 2012-2021). **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 06–36, 2023.

BOUTIN, A. C. D. B.; FLACH, S. de F. O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 429–446, 2017. DOI: 10.5216/ia.v42i2.45756. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/45756>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

CALDAS, A. C. **Slide da Secretaria de Educação do Paraná “explica” que vítimas da ditadura eram “antipatriotas”**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/06/slide-da-secretaria-de-educacao-do-parana-explica-que-vitimas-da-ditadura-eram-antipatriotas/>. Acesso em: 13 out. 2025.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CIGALES, Marcelo. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. Dossiê Ensino de Sociologia. **Revista Café com Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 3, 2014.

CORTI, Ana Paula. Política e significantes vazios: uma análise da Reforma do Ensino Médio de 2017. **Educação em Revista**, v. 35, 2019.

CORREIA DA SILVA DANTAS, Marina Isabel; CIGALES, Marcelo Pinheiro. USOS DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NO DISTRITO FEDERAL. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 65–88, 2022.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 549–566, dez. 2004.

Editora Moderna: Conheça a Santillana. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/institucional/conheca-a-santillana>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ENGERROFF, A. M. B. Os Livros didáticos como objeto da Sociologia. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 18, n. 2, p. 92–113, 2023.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículum editado y sociedad del conocimiento: texto, multimedialidad y cultura de la escuela**. 1a ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006

ESCOLANO BENITO, Augustin. **El manual como texto**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 3, p. 85-102, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300003>. Acesso em: 6 maio. 2024.

FRANGELLA, R. DE C. P. Livro didático e currículo: do objeto fetiche à articulação discursiva. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, 2024.

FREITAG, Barbara et al. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, INEP/REDC, 1987. 129p

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no Ensino Médio. **Movimentação**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 39–55, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Entrevista com Gaudêncio Frigotto** [Entrevista concedida a] Ana Abranches, Ileizi Fiorelli e Túlio Velho Barreto. Coletiva, Recife, n. 31. jan.fev.mar.abr. 2022. Disponível em <https://www.coletiva.org/dossie-Reforma-do-ensino-medio-n31-entrevista-com-gaudencio-frigotto>.

GARCIA, T. M. F. B.; RODRÍGUEZ, J. R.; ANICHINI, A. Apresentação - Pesquisas sobre manuais escolares e mídias educativas: tensões e interações entre impresso e digital. **Educar em Revista**, v. 35, n. 77, p. 9–18, out. 2019.

GARCIA, Tânia M. F. Braga. (2013). **Os livros didáticos na sala de aula**. In: Garcia, Tânia Maria F. Braga; Schmidt, Maria Auxiliadora; Valls, Rafael. (Orgs.). Didática, História e manuais escolares: contextos ibero-americanos. 1. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2013, v. 6, p. 69-102.

GOMES, Adriel Arthur de Oliveira; COPATTI, Carina. Política Nacional do Livro Didático e o PNLD 2021: reflexões a partir das coleções didáticas de Ensino Médio voltadas à grande área de ciências humanas e sociais aplicadas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 928-952, maio/ago. 2023.

Guia Digital - PNLD. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/inicio. Acesso em: 21 out. 2024.

Histórico da emergência internacional de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em 13 out. 2025.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Educação**, n. 44, 2019.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, p. 579-598, 2020.

Histórico do PNLD. Disponível em:

<<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-s-do-livro/pnld/historico>>.

HÖFLING, E. DE M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 159–170, abr. 2000.

JERONIMO, Issac Vasconcelos. **Reforma do Ensino Médio: análise dos PNLD 2017 e 2021 de História e das transformações no trabalho docente.** 2024. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

LEMOS, F. de J.; THIENGO, L. C.; LIMA, C. da C. Pandemia, plataformas e trabalho docente: discussões a partir da literatura: discussions based on literature . **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 28, p. 1–17, 2025. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.28.24812.037. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/24812>. Acesso em: 12 out. 2025.

LIMA, M.; MACIEL, S. L. A Reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 0, 8 out. 2018.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 245-282, mar./jun. 2021.

MAÇAIRA, Julia Polessa. **O Ensino de Sociologia e Ciências Sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos.** 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MAGALHÃES, J. O Manual Escolar como Fonte Historiográfica. **Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto**, p. 11–15, 2008.

MARACCINI, G. **5 anos da Covid-19: relembre o histórico desde 1º caso até fim da emergência.** Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/5-anos-da-covid-19-relembre-o-historico-desde-1o-caso-ate-fim-da-emergencia/>>. Acesso em 13 out. 2025.

MARISE NOGUEIRA RAMOS. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 771–788, 1 set. 2011.

MELO, Valci. Os livros didáticos de Sociologia e os sentidos do ensino de Ciências Sociais na Educação Básica. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 109–130, 2017.

MEUCCI, S. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, n. 1, p. e098–e098, 2020.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Campinas, 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o Pensamento Social Brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 2, n. 3, p. 209-232, 2014.

MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. **Revista de Ciências Sociais (RCS)**, v. 45 n. 1, 2014.

MEUCCI, Simone. Sociologia na Educação Básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, p. 251-260, 2015.

MERISSI, Laís Celis. **Referência e ferramenta: usos do livro didático pelo professor de sociologia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 98. 2020.

MOCELIN, Daniel Gustavo. O livro didático pelos professores: uso e aplicação nas aulas de Sociologia em Porto Alegre. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 88–114, 2021.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

MUNAKATA, Kazumi. (2012). Livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como indício da cultura escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 20, n. 50, p. 19-38, set./dez. 2016. DOI: 10.1590/2236-3459/624037.

OLIVEIRA, A.; BINSFELD, W.; TRINDADE, T. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: o que pensam os professores de sociologia?. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 249–259, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2018v2n11.36073. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.36073>. Acesso em: 01 set. 2024.

PALÚ, Janete; ARBIGAUS, Joélma de Souza; SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, DA ESCOLA PÚBLICA E SUAS FORMAS DE GESTÃO: ENTRE PROMESSAS E REALIDADES. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.],

v. 24, n. 2, p. 160–186, 2023. DOI: 10.31512/19819250.2023.24.02.160-186. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/4590>. Acesso em: 12 out. 2025.

PONTES, Júlio. Educação: Os primeiros passos de Jair Bolsonaro. **Revista Movimento**, 5 de jan. 2019. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/01/educacao-os-primeiros-passos-de-jair-bolsonaro/> acesso em: 18 nov. 2024.

PRISA. **PRISA, a global company**. Disponível em: <https://www.prisa.com/en/info/prisa-a-global-group>.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTILLANA. **Santillana**. Disponível em: <https://www.santillana.com.br/nossa-historia>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS KUHN, Simone; DA COSTA BRASIL DE BORBA, Jônatas. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista Didática Sistemica**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 98–110, 2022. DOI: 10.14295/rds.v23i2.13597. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/13597>. Acesso em: 12 out. 2025.

SILVA, Monica, et. al. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das ciências sociais/sociologia, no estado do Paraná (1970-2002)**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. . Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, I. L.F.; ALVES NETO, H. F. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL E A SOCIOLOGIA (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262–283, 20 abr. 2020.

SILVA, M. R. DA; ARAÚJO, R. M. L. DE. EDUCAÇÃO NA CONTRAMÃO DA DEMOCRACIA - A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 6–14, 27 maio 2021.

Substituir livros impressos por slides em escolas paulistas representa um péssimo uso da tecnologia. Disponível em: <https://itforum.com.br/colunas/substituir-livros-impressos-por-slides-em-escolas-paulistas-r-e-presenta-um-pessimo-uso-da-tecnologia/>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUSA NETO, M. M. DE; ALMEIDA, R. D. O.; PESSOA, M. K. M. Ferramenta didática ou guia curricular? Percepção de professores sobre o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia em escolas do Ceará. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 155, 2 abr. 2016.

SOUSA NETO, Manoel Moreira de. **Livros didáticos entre o estado e a ciência : uma análise do PNL D sociologia 2012-2018.** / Manoel Moreira de Sousa Neto. – Curitiba, 2021.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019.

TURRA DIAZ, O. R. A atualidade do livro didático como recurso curricular. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 34, p. 609–624, 31 set./dez. 2011.

VILLAS BÔAS, Glaucia. **A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva (Volume 1).** São Paulo: Editora UNB, 2015. 463 p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva (Volume 2).** São Paulo: Editora UNB, 1999. 586 p.

WIECZORKIEWICZ, A. K. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. **Revista Educação Pública**, v. 22, n. 29, 9 ago. 2022.

Livros didáticos:

VÁRIOS AUTORES. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.** 1ed. São Paulo: Moderna, 2020.

VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento.** 2^a.ed. São Paulo: Moderna, 2017.